

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	14
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	16
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	21
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	22
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	60
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	146
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.861.553
Preferenciais	5.723.167
Total	8.584.720
Em Tesouraria	
Ordinárias	84.251
Preferenciais	72.808
Total	157.059

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	55.567.846	45.633.520
1.01	Ativo Circulante	7.012.753	7.215.516
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.220.723	442.016
1.01.02	Aplicações Financeiras	74.158	31.113
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	74.158	31.113
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	74.158	31.113
1.01.03	Contas a Receber	1.825.306	1.844.012
1.01.03.01	Clientes	1.825.306	1.844.012
1.01.04	Estoques	32.803	26.278
1.01.06	Tributos a Recuperar	42.733	73.115
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	42.733	73.115
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.817.030	4.798.982
1.01.08.03	Outros	1.817.030	4.798.982
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	19.154	283.071
1.01.08.03.03	Outros Tributos	250.531	569.079
1.01.08.03.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	895.118	1.070.693
1.01.08.03.05	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	326.632	673.508
1.01.08.03.06	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	5.378	8.757
1.01.08.03.07	Outros Valores a Receber	0	1.775.691
1.01.08.03.08	Despesas Antecipadas	42.725	29.042
1.01.08.03.09	Demais Ativos	277.492	389.141
1.02	Ativo Não Circulante	48.555.093	38.418.004
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.821.807	13.331.788
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	17.611	16.882
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	17.611	16.882
1.02.01.06	Tributos Diferidos	4.699.143	4.318.604
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.699.143	4.318.604
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	13.484	228.269
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	13.484	228.269
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.091.569	8.768.033
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	7.571.633	7.068.920
1.02.01.09.04	Outros Tributos	208.913	245.987
1.02.01.09.05	Ativos Relacionados aos Fundos de Pensão	46.003	58.329
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	895.504	1.073.000
1.02.01.09.07	Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	24.508	24.508
1.02.01.09.08	Despesas Antecipadas	24.441	30.044
1.02.01.09.09	Demais Ativos	320.567	267.245
1.02.02	Investimentos	28.983.694	19.437.617
1.02.02.01	Participações Societárias	28.983.694	19.437.617
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	18.606.479	19.411.927
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	10.377.215	25.690
1.02.03	Imobilizado	5.484.540	5.398.725
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.700.616	4.564.621
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	783.924	834.104
1.02.04	Intangível	265.052	249.874
1.02.04.01	Intangíveis	265.052	249.874

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1.02.04.01.02	Software	151.069	153.168
1.02.04.01.03	Intangível em Formação	23.634	5.821
1.02.04.01.06	Outros	90.349	90.885

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	55.567.846	45.633.520
2.01	Passivo Circulante	4.839.547	7.256.054
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	148.323	198.107
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	148.323	198.107
2.01.02	Fornecedores	1.481.078	1.659.794
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.481.078	1.659.794
2.01.03	Obrigações Fiscais	63.008	67.424
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	63.008	67.424
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	63.008	67.424
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	437.235	2.288.654
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	437.235	2.288.654
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	329.341	2.217.557
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	107.894	71.097
2.01.05	Outras Obrigações	1.866.299	2.087.706
2.01.05.02	Outros	1.866.299	2.087.706
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	188.028	220.168
2.01.05.02.04	Outros Tributos	788.373	1.179.803
2.01.05.02.05	Programa de Refinanciamento Fiscal	55.196	52.838
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	461.304	309.532
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	20.506	0
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	352.892	325.365
2.01.06	Provisões	843.604	954.369
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	843.604	954.369
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	11.507	48.426
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	136.983	169.166
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	95.095	184.075
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	600.019	552.702
2.02	Passivo Não Circulante	26.082.754	26.853.328
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	20.650.829	21.522.772
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.650.829	21.522.772
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	14.158.515	11.301.445
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.492.314	10.221.327
2.02.02	Outras Obrigações	2.282.843	2.210.110
2.02.02.02	Outros	2.282.843	2.210.110
2.02.02.02.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	512.978	517.063
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	111.954	93.524
2.02.02.02.05	Outros Tributos	661.240	609.618
2.02.02.02.06	Demais Obrigações	996.671	989.905
2.02.04	Provisões	3.149.082	3.120.446
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.149.082	3.120.446
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	136.223	82.405
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	424.128	427.282
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	498.287	458.988
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.090.444	2.151.771
2.03	Patrimônio Líquido	24.645.545	11.524.138
2.03.01	Capital Social Realizado	21.438.220	7.471.209

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.02	Reservas de Capital	1.610.071	1.873.099
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	767.726	767.726
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.367.552	-2.104.524
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	2.309.296	2.309.296
2.03.02.10	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.04	Reservas de Lucros	2.316.881	2.323.992
2.03.04.01	Reserva Legal	383.527	383.527
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	1.933.354	1.940.465
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.654	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-252.876	-52.631
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-473.405	-91.531

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.641.952	3.293.989	1.724.503	3.441.424
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-698.525	-1.465.530	-765.627	-1.660.865
3.03	Resultado Bruto	943.427	1.828.459	958.876	1.780.559
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-732.912	-802.840	-617.540	-697.836
3.04.01	Despesas com Vendas	-310.860	-623.913	-357.396	-671.202
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-321.671	-642.446	-354.965	-632.382
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.993	95.840	219.312	527.266
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	72.034	147.881	161.993	235.447
3.04.04.02	Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas - Não Recorrentes	-52.041	-52.041	57.319	291.819
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-214.664	-390.464	-155.400	-300.343
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	94.290	758.143	30.909	378.825
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	210.515	1.025.619	341.336	1.082.723
3.06	Resultado Financeiro	-655.454	-1.378.390	-534.558	-1.093.292
3.06.01	Receitas Financeiras	244.004	422.675	109.925	240.330
3.06.02	Despesas Financeiras	-899.458	-1.801.065	-644.483	-1.333.622
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-444.939	-352.771	-193.222	-10.569
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	224.080	359.425	68.997	148.654
3.08.01	Corrente	11.671	-1.177	-2.794	-5.458
3.08.02	Diferido	212.409	360.602	71.791	154.112
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-220.859	6.654	-124.225	138.085
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-220.859	6.654	-124.225	138.085
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,13800	0,00200	-0,24000	0,08000
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00200	0,00000	0,08000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,13800	0,00200	-0,24000	0,08000
3.99.02.02	PN	0,00000	0,00200	0,00000	0,08000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-220.859	6.654	-124.225	138.085
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-509.671	-381.874	-24.490	-49.436
4.02.01	Ganho (Perda) de Contabilidade de "hedge"	8.250	110.432	-32.116	-46.309
4.02.02	Ganho (Perda) Reflexa de Contabilidade de "hedge"	-7.247	18.368	7.626	-3.127
4.02.03	Perda Atuarial	-36.316	-36.316	0	0
4.02.04	Perda Atuarial Reflexa	-278.440	-278.440	0	0
4.02.05	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	-210.623	-210.623	0	0
4.02.06	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	14.705	14.705	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-730.530	-375.220	-148.715	88.649

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	58.222	112.928
6.01.01	Recebimentos de clientes	4.472.888	4.762.957
6.01.02	Pagamentos a fornecedores	-2.211.000	-2.303.124
6.01.03	Pagamentos ao pessoal	-655.006	-442.670
6.01.04	Pagamentos relativos a impostos, taxas e outros	-1.548.660	-1.904.235
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.021.058	1.121.025
6.02.01	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	0	835.006
6.02.02	Recebimentos provenientes da venda de investimentos, ativo imobilizado e intangível	1.779.325	359.955
6.02.03	Juros e proveitos similares	84.029	34.844
6.02.04	Pagamentos provenientes da venda de investimentos, ativo imobilizado e intangível	-414.849	-516.627
6.02.05	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-43.774	0
6.02.06	Dividendos recebidos	379.328	407.847
6.02.07	Aquisição/alienação de investimentos	-3.805.117	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	4.741.543	-1.730.688
6.03.01	Captações de empréstimos líquidas de custos	430.138	1.500.000
6.03.02	Aumentos de capital	8.230.606	0
6.03.03	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-2.458.001	-1.508.294
6.03.04	Juros e custos similares	-880.055	-548.970
6.03.05	Dividendos pagos	-1.182	-953.634
6.03.06	Prêmio de emissão e custos associados	-319.644	0
6.03.07	Outras atividades de financiamento	-260.319	-219.790
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.778.707	-496.735
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	442.016	1.043.984
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.220.723	547.249

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.471.209	1.873.099	2.323.992	0	-144.162	11.524.138
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.471.209	1.873.099	2.323.992	0	-144.162	11.524.138
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.967.011	-263.028	-7.111	0	-200.245	13.496.627
5.04.01	Aumentos de Capital	13.959.900	0	0	0	0	13.959.900
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	-200.245	-200.245
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-263.028	0	0	0	-263.028
5.04.08	Aumento de Capital com Incentivos Fiscais de Reinvestimento	7.111	0	-7.111	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.654	-381.874	-375.220
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.654	0	6.654
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-381.874	-381.874
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	110.432	110.432
5.05.02.08	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	18.368	18.368
5.05.02.09	Ganhos (Perdas) Atuariais	0	0	0	0	-36.316	-36.316
5.05.02.10	Ganhos (Perdas) Atuariais Reflexa	0	0	0	0	-278.440	-278.440
5.05.02.11	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-210.623	-210.623
5.05.02.12	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	14.705	14.705
5.07	Saldos Finais	21.438.220	1.610.071	2.316.881	6.654	-726.281	24.645.545

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	7.308.753	2.198.011	1.722.299	0	-119.786	11.109.277
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.308.753	2.198.011	1.722.299	0	-119.786	11.109.277
5.04	Transações de Capital com os Sócios	162.456	-324.912	-391.322	0	0	-553.778
5.04.01	Aumentos de Capital	162.456	-162.456	0	0	0	0
5.04.08	Resgate de Ações Bonificadas	0	-162.456	0	0	0	-162.456
5.04.09	Aprovação do Dividendo Adicional Proposto	0	0	-391.322	0	0	-391.322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	138.085	-49.046	89.039
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	138.085	0	138.085
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-49.046	-49.046
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	62	62
5.05.02.07	Perda de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	-46.309	-46.309
5.05.02.08	Perda Reflexa de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	-3.127	-3.127
5.05.02.09	Variação de Porcentagem de Participação	0	0	0	0	328	328
5.07	Saldos Finais	7.471.209	1.873.099	1.330.977	138.085	-168.832	10.644.538

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	4.492.144	5.088.051
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.390.716	4.649.485
7.01.02	Outras Receitas	145.363	524.252
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-43.935	-85.686
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.837.674	-2.057.349
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-589.458	-809.691
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.210.030	-1.222.488
7.02.04	Outros	-38.186	-25.170
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.654.470	3.030.702
7.04	Retenções	-810.064	-604.542
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-417.375	-409.815
7.04.02	Outras	-392.689	-194.727
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-250.528	-138.174
7.04.02.02	Outras Despesas	-142.161	-56.553
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.844.406	2.426.160
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.180.818	619.155
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	758.143	378.825
7.06.02	Receitas Financeiras	422.675	240.330
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.025.224	3.045.315
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.025.224	3.045.315
7.08.01	Pessoal	337.976	303.528
7.08.01.01	Remuneração Direta	281.518	237.874
7.08.01.02	Benefícios	38.606	40.526
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.608	20.328
7.08.01.04	Outros	7.244	4.800
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	714.844	1.050.976
7.08.02.01	Federais	-164.130	40.823
7.08.02.02	Estaduais	867.028	1.005.154
7.08.02.03	Municipais	11.946	4.999
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.965.750	1.552.726
7.08.03.01	Juros	1.674.260	1.302.435
7.08.03.02	Aluguéis	291.490	250.291
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.654	138.085
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.654	138.085

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	107.831.964	70.096.071
1.01	Ativo Circulante	25.374.900	17.687.138
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.531.139	2.424.830
1.01.02	Aplicações Financeiras	268.192	492.510
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	268.192	492.510
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	268.192	492.510
1.01.03	Contas a Receber	9.681.234	7.096.679
1.01.03.01	Clientes	9.681.234	7.096.679
1.01.04	Estoques	787.453	432.633
1.01.06	Tributos a Recuperar	825.174	907.140
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	825.174	907.140
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.281.708	6.333.346
1.01.08.03	Outros	8.281.708	6.333.346
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	123.144	452.234
1.01.08.03.02	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.112.224	1.316.252
1.01.08.03.03	Outros Tributos	1.122.680	1.474.408
1.01.08.03.04	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.049.932	0
1.01.08.03.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	5.880	9.596
1.01.08.03.06	Outros Valores a Receber	0	1.775.691
1.01.08.03.07	Despesas Antecipadas	805.759	399.062
1.01.08.03.08	Outros Investimentos	2.704.455	0
1.01.08.03.09	Demais Ativos	1.357.634	906.103
1.02	Ativo Não Circulante	82.457.064	52.408.933
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.742.344	23.529.516
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	189.120	99.129
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	189.120	99.129
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.113.730	8.274.432
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.113.730	8.274.432
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.439.494	15.155.955
1.02.01.09.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	11.809.082	11.050.936
1.02.01.09.04	Outros Tributos	779.162	890.835
1.02.01.09.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	48.004	60.197
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.342.537	1.620.945
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro Disponível para Venda	4.002.944	914.216
1.02.01.09.08	Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	118.526	242.040
1.02.01.09.09	Despesas Antecipadas	122.626	145.506
1.02.01.09.10	Demais Ativos	216.613	231.280
1.02.02	Investimentos	298.599	173.640
1.02.02.01	Participações Societárias	298.599	173.640
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	298.599	173.640
1.02.03	Imobilizado	35.879.883	24.786.286
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	31.009.004	20.216.604
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	4.870.879	4.569.682
1.02.04	Intangível	19.536.238	3.919.491
1.02.04.01	Intangíveis	19.536.238	3.919.491
1.02.04.01.02	Software	1.664.270	1.309.868

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1.02.04.01.03	Carteira de Clientes	3.100.155	0
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	141.386	184.387
1.02.04.01.05	Licenças Regulatórias	2.920.885	1.968.404
1.02.04.01.06	Ágio	10.505.920	154.395
1.02.04.01.07	Outros	1.203.622	302.437

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	107.831.964	70.096.071
2.01	Passivo Circulante	21.447.548	15.540.457
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	926.814	650.982
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	926.814	650.982
2.01.02	Fornecedores	6.459.741	4.732.174
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.459.741	4.732.174
2.01.03	Obrigações Fiscais	436.211	432.317
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	436.211	432.317
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	436.211	432.317
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	6.818.746	4.158.708
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	6.818.746	4.158.708
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.812.213	3.255.590
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.006.533	903.118
2.01.05	Outras Obrigações	5.413.804	4.158.455
2.01.05.02	Outros	5.413.804	4.158.455
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	234.693	230.721
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	598.785	409.851
2.01.05.02.05	Outros Tributos	1.732.533	2.112.598
2.01.05.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	101.246	100.302
2.01.05.02.07	Autorizações e Concessões a Pagar	585.389	457.173
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	2.161.158	847.810
2.01.06	Provisões	1.392.232	1.407.821
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.392.232	1.407.821
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	150.096	106.552
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	334.347	427.442
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	95.365	184.295
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	812.424	689.532
2.02	Passivo Não Circulante	60.318.584	43.031.476
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	46.126.673	31.694.918
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	46.126.673	31.694.918
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	18.095.895	18.031.599
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	28.030.778	13.663.319
2.02.02	Outras Obrigações	5.990.996	6.484.500
2.02.02.02	Outros	5.990.996	6.484.500
2.02.02.02.03	Outros Tributos	1.535.616	1.747.012
2.02.02.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	149.306	156.800
2.02.02.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	671.878	1.027.234
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	978.286	1.020.002
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	2.655.910	2.533.452
2.02.03	Tributos Diferidos	253.464	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	253.464	0
2.02.04	Provisões	7.947.451	4.852.058
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.947.451	4.852.058
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	618.798	533.820
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	811.628	714.832
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	3.410.166	459.267

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.106.859	3.144.139
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	26.065.832	11.524.138
2.03.01	Capital Social Realizado	21.438.220	7.471.209
2.03.02	Reservas de Capital	1.610.071	1.873.099
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	767.726	767.726
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.367.552	-2.104.524
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimento	123.558	123.558
2.03.02.09	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	2.309.296	2.309.296
2.03.02.10	Juros Sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.11	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.04	Reservas de Lucros	2.316.881	2.323.992
2.03.04.01	Reserva Legal	383.527	383.527
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	1.933.354	1.940.465
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.654	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-252.876	-52.631
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-473.405	-91.531
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.420.287	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.349.243	15.225.746	7.073.058	14.114.231
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.518.753	-8.257.338	-3.706.728	-7.526.633
3.03	Resultado Bruto	3.830.490	6.968.408	3.366.330	6.587.598
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.963.235	-4.292.223	-2.659.786	-4.756.811
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.515.091	-2.819.976	-1.553.510	-3.008.786
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.122.056	-2.017.643	-995.540	-1.838.613
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	297.000	1.711.648	469.964	1.210.593
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	218.598	386.119	306.064	510.648
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais, Líquidas - Não Recorrentes	78.402	1.325.529	163.900	699.945
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-624.676	-1.165.229	-577.399	-1.112.736
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.588	-1.023	-3.301	-7.269
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	867.255	2.676.185	706.544	1.830.787
3.06	Resultado Financeiro	-1.241.016	-2.434.859	-871.237	-1.631.608
3.06.01	Receitas Financeiras	399.196	678.211	366.900	642.249
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.640.212	-3.113.070	-1.238.137	-2.273.857
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-373.761	241.326	-164.693	199.179
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	156.275	-231.299	40.468	-61.094
3.08.01	Corrente	34.438	-363.197	-109.704	-318.213
3.08.02	Diferido	121.837	131.898	150.172	257.119
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-217.486	10.027	-124.225	138.085
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-217.486	10.027	-124.225	138.085
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-220.859	6.654	-124.225	138.085
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.373	3.373	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,13800	0,00200	-0,24000	0,08000
3.99.01.02	PN	0,00000	0,00200	0,00000	0,08000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.99.02.01	ON	-0,13800	0,00200	-0,24000	0,08000
3.99.02.02	PN	0,00000	0,00200	0,00000	0,08000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-217.486	10.027	-124.225	138.085
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-524.349	-396.552	-24.490	-49.436
4.02.01	Ganho (Perda) de Contabilidade de "hedge"	1.003	128.800	-24.490	-49.436
4.02.02	Perda Atuarial	-314.756	-314.756	0	0
4.02.03	Variação Cambial sobre Investimento no Exterior	-210.596	-210.596	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-741.835	-386.525	-148.715	88.649
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-730.530	-375.220	-148.715	88.649
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-11.305	-11.305	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.204.055	1.398.617
6.01.01	Recebimentos de clientes	19.905.798	19.019.563
6.01.02	Pagamentos a fornecedores	-8.678.377	-8.759.625
6.01.03	Pagamentos ao pessoal	-2.052.041	-1.313.462
6.01.04	Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	-387.747	-352.649
6.01.05	Pagamentos relativos a impostos, taxas e outros	-6.583.578	-7.195.210
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.778.263	-1.168.480
6.02.01	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	258.951	1.920.290
6.02.02	Recebimentos provenientes da venda de investimentos, ativo imobilizado e intangível	3.313.072	1.061.450
6.02.03	Juros e proveitos similares	133.739	148.851
6.02.04	Dividendos recebidos	27.368	75.994
6.02.05	Aquisição/ alienação de investimentos	1.087.904	-307.981
6.02.06	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-17.039	0
6.02.07	Investimentos financeiros	-1.979	0
6.02.08	Pagamentos provenientes da venda de investimentos, ativo imobilizado e intangível	-3.022.947	-4.067.084
6.02.09	Outras atividades de investimento	-806	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-858.509	-2.196.331
6.03.01	Captações de empréstimos líquidas de custos	1.313.995	1.744.772
6.03.02	Aumentos de capital e prêmios de emissão	8.230.606	0
6.03.03	Subsídios	1.917	0
6.03.04	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos e derivativos	-8.229.439	-1.552.585
6.03.05	Juros e custos similares	-1.443.494	-1.013.831
6.03.06	Prêmio de emissão e custos associados	-319.644	0
6.03.07	Dividendos pagos	-34.839	-1.080.394
6.03.08	Outras atividades de financiamento	-377.611	-294.293
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-17.500	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.106.309	-1.966.194
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.424.830	4.408.161
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.531.139	2.441.967

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.471.209	1.873.099	2.323.992	0	-144.162	11.524.138	0	11.524.138
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.471.209	1.873.099	2.323.992	0	-144.162	11.524.138	0	11.524.138
5.04	Transações de Capital com os Sócios	13.967.011	-263.028	-7.111	0	-200.245	13.496.627	1.431.592	14.928.219
5.04.01	Aumentos de Capital	13.959.900	0	0	0	0	13.959.900	0	13.959.900
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	-200.245	-200.245	0	-200.245
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-263.028	0	0	0	-263.028	0	-263.028
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-37.010	-37.010
5.04.08	Aumento de Capital com Incentivos Fiscais de Reinvestimento	7.111	0	-7.111	0	0	0	0	0
5.04.09	Aquisição de Participação - PT Portugal	0	0	0	0	0	0	1.468.602	1.468.602
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.654	-381.874	-375.220	-11.305	-386.525
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.654	0	6.654	3.373	10.027
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-381.874	-381.874	-14.678	-396.552
5.05.02.07	Ganho de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	110.432	110.432	0	110.432
5.05.02.08	Ganho de Contabilidade de "hedge" Reflexa	0	0	0	0	18.368	18.368	0	18.368
5.05.02.09	Ganhos (Perdas) Atuariais	0	0	0	0	-36.316	-36.316	0	-36.316
5.05.02.10	Ganhos (Perdas) Atuariais Reflexa	0	0	0	0	-278.440	-278.440	0	-278.440
5.05.02.11	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior	0	0	0	0	-210.623	-210.623	-14.678	-225.301
5.05.02.12	Varição Cambial sobre Investimento no Exterior Reflexa	0	0	0	0	14.705	14.705	0	14.705
5.07	Saldos Finais	21.438.220	1.610.071	2.316.881	6.654	-726.281	24.645.545	1.420.287	26.065.832

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	7.308.753	2.198.011	1.722.299	0	-119.786	11.109.277	0	11.109.277
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	7.308.753	2.198.011	1.722.299	0	-119.786	11.109.277	0	11.109.277
5.04	Transações de Capital com os Sócios	162.456	-324.912	-391.322	0	0	-553.778	0	-553.778
5.04.01	Aumentos de Capital	162.456	-162.456	0	0	0	0	0	0
5.04.08	Resgate de Ações Bonificadas	0	-162.456	0	0	0	-162.456	0	-162.456
5.04.09	Aprovação do Dividendo Adicional Proposto	0	0	-391.322	0	0	-391.322	0	-391.322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	138.085	-49.046	89.039	0	89.039
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	138.085	0	138.085	0	138.085
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-49.046	-49.046	0	-49.046
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	62	62	0	62
5.05.02.07	Perda de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	-46.309	-46.309	0	-46.309
5.05.02.08	Perda Reflexa de Contabilidade de "hedge"	0	0	0	0	-3.127	-3.127	0	-3.127
5.05.02.09	Varição de Porcentagem de Participação	0	0	0	0	328	328	0	328
5.07	Saldos Finais	7.471.209	1.873.099	1.330.977	138.085	-168.832	10.644.538	0	10.644.538

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	21.081.455	19.539.602
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	19.767.122	18.940.583
7.01.02	Outras Receitas	1.708.317	1.204.024
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-393.984	-605.005
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.852.393	-8.144.876
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.919.186	-2.477.689
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.364.665	-5.197.927
7.02.04	Outros	-568.542	-469.260
7.03	Valor Adicionado Bruto	13.229.062	11.394.726
7.04	Retenções	-3.254.807	-2.729.131
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.562.181	-2.103.361
7.04.02	Outras	-692.626	-625.770
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-560.601	-444.001
7.04.02.02	Outras Despesas	-132.025	-181.769
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.974.255	8.665.595
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	677.188	634.980
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.023	-7.269
7.06.02	Receitas Financeiras	678.211	642.249
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.651.443	9.300.575
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.651.443	9.300.575
7.08.01	Pessoal	1.411.286	1.064.457
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.087.694	780.860
7.08.01.02	Benefícios	216.856	182.952
7.08.01.03	F.G.T.S.	65.739	68.928
7.08.01.04	Outros	40.997	31.717
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.683.717	4.941.900
7.08.02.01	Federais	992.427	871.861
7.08.02.02	Estaduais	3.611.938	4.027.355
7.08.02.03	Municipais	79.352	42.684
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.546.413	3.156.133
7.08.03.01	Juros	2.934.007	2.135.220
7.08.03.02	Aluguéis	1.612.406	1.020.913
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	10.027	138.085
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.654	138.085
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.373	0

2T14

Relações com Investidores



RELATÓRIO TRIMESTRAL

Informações e Resultados Consolidados (Não Auditados)

Este relatório contempla o desempenho operacional e financeiro da Oi S.A. e de suas controladas diretas e indiretas no segundo trimestre de 2014.

Oi S.A. | www.oi.com.br/ri





Resultados Operacionais

Resultados Consolidados

	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Oi S.A. Pro-forma								
Unidades Geradoras de Receita (Mil)	102.149	100.254	101.689	1,9%	0,5%	102.149	100.254	1,9%
Brasil	74.895	74.757	74.600	0,2%	0,4%	74.895	74.757	0,2%
Portugal	12.940	12.807	13.038	1,0%	-0,8%	12.940	12.807	1,0%
Outros ⁽¹⁾	14.314	12.690	14.051	12,8%	1,9%	14.314	12.690	12,8%
Receita Líquida (R\$ Milhões)	9.024	8.989	9.073	0,4%	-0,5%	18.097	17.898	1,1%
Brasil	6.935	7.073	6.877	-2,0%	0,8%	13.811	14.114	-2,1%
Portugal	1.853	1.693	1.954	9,5%	-5,2%	3.808	3.341	14,0%
Outros ⁽¹⁾	236	223	243	5,6%	-2,9%	478	443	8,0%
EBITDA (R\$ Milhões)	2.549	3.239	3.823	-21,3%	-33,3%	6.372	6.194	2,9%
Margem EBITDA (%)	28,3%	36,0%	42,1%	-7,8 p.p.	-13,9 p.p.	35,2%	34,6%	0,6 p.p.
EBITDA de Rotina (R\$ Milhões)	2.471	2.312	2.577	6,9%	-4,1%	5.048	4.663	8,2%
Margem EBITDA de Rotina (%)	27,4%	25,7%	28,4%	1,7 p.p.	-1,0 p.p.	27,9%	26,1%	1,8 p.p.
Lucro Líquido ⁽²⁾ (R\$ Milhões)	-221	-124	228	77,8%	n.m.	7	138	-95,2%
Dívida Líquida (R\$ Milhões)	46.239	30.262	30.291	52,8%	52,6%	46.239	30.262	52,8%
Caixa Disponível (R\$ Milhões)	5.988	3.320	4.166	80,4%	43,7%	5.988	3.320	80,4%
CAPEX (R\$ Milhões)	1.676	1.934	1.540	-13,3%	8,8%	3.216	3.940	-18,4%

Obs: (1) Outros ativos internacionais

(2) O lucro líquido do 2T14 consolida a PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal") após o aumento de capital concluído em 5 de maio.

Receita Líquida:

Tabela 1 – Composição da Receita Líquida

R\$ Milhões	Trimestre					Semestre			Composição %	
	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano	2T14	2T13
Receita Líquida Total (Pro-forma)	9.024	8.989	9.073	0,4%	-0,5%	18.097	17.898	1,1%	100,0%	100,0%
Brasil	6.935	7.073	6.877	-2,0%	0,8%	13.811	14.114	-2,1%	76,9%	78,7%
Residencial	2.519	2.578	2.552	-2,3%	-1,3%	5.072	5.133	-1,2%	27,9%	28,7%
Mobilidade Pessoal	2.231	2.255	2.166	-1,1%	3,0%	4.397	4.571	-3,8%	24,7%	25,1%
Corporativo / PMEs	2.096	2.154	2.091	-2,7%	0,2%	4.187	4.232	-1,1%	23,2%	24,0%
Outros serviços	89	86	66	3,4%	33,2%	155	178	-12,9%	1,0%	1,0%
Portugal	1.853	1.693	1.954	9,5%	-5,2%	3.808	3.341	14,0%	20,5%	18,8%
Residencial	534	475	579	12,4%	-7,7%	1.113	947	17,5%	5,9%	5,3%
Mobilidade Pessoal	474	439	488	7,9%	-2,8%	962	856	12,4%	5,3%	4,9%
Corporativo / PMEs	577	541	614	6,8%	-6,0%	1.191	1.075	10,8%	6,4%	6,0%
Outros serviços	268	238	274	12,6%	-2,1%	541	463	17,0%	3,0%	2,6%
Outros	236	223	243	5,6%	-2,9%	478	443	8,0%	2,6%	2,5%

Em 2T14, a receita líquida total pro-forma alcançou R\$ 9.024 milhões, um crescimento de 0,4% ano contra ano, se beneficiando da apreciação do Euro em relação ao Real.

A receita líquida dos negócios no Brasil ("Brasil") caiu 2,0% comparado ao 2T13, totalizando R\$ 6.935 milhões, como reflexo principalmente de: (i) queda da receita de uso de rede devido principalmente ao corte das tarifas reguladas de interconexão do serviço móvel ("VU-M"), (ii) menor receita de voz fixa devido à queda da base de clientes e à redução das tarifas fixo-móvel ("VCs") e (iii) menor tráfego de voz e dados impactado



Resultados Operacionais

por menor número de dias úteis em Junho. Estes efeitos foram parcialmente compensados por: (i) aumento das vendas de aparelhos, (ii) crescimento da receita de clientes, suportada pela resiliente performance do consumo de recargas e dados no segmento de Mobilidade Pessoal e (iii) maiores receitas de TV paga e banda larga no segmento Residencial.

A receita líquida dos negócios em Portugal (“Portugal”) cresceu 9,5% comparado ao 2T13, alcançando R\$ 1.853 milhões no 2T14. Em moeda local, a receita líquida total somou Euro 606 milhões (-3,4% comparado ao 2T13), mantendo tendência similar aos trimestres anteriores, impulsionada pela manutenção do forte desempenho das ofertas convergentes M₄O em termos de adições líquidas, tanto no segmento Residencial quanto na Mobilidade Pessoal. Em 2T14, a receita de clientes de Portugal caiu 4,5% comparado ao 2T13, apresentando melhoria de 6,1% em relação ao 1T14 e o melhor desempenho dos últimos seis trimestres.

Outros negócios, que incluem principalmente os ativos africanos consolidados, aumentaram em 5,6% comparado ao 2T13, totalizando R\$ 236 milhões no 2T14 também se beneficiando positivamente do efeito cambial.

BRASIL

Em 2T14, a receita líquida pro-forma somou R\$ 6,935 bilhões (-2,0% comparado a 2T13).

Na comparação sequencial, a receita líquida aumentou 0,8% especialmente em razão do aumento da base de clientes móveis, do crescimento de uso de dados, da resiliente performance das recargas pré-pagas e das vendas de aparelhos, que mais que compensaram a queda da receita de voz fixa.



Residencial

	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Residencial								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	2.519	2.578	2.552	-2,3%	-1,3%	5.072	5.133	-1,2%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	17.514	18.438	17.661	-5,0%	-0,8%	17.514	18.438	-5,0%
Linhas fixas em serviço	11.360	12.242	11.556	-7,2%	-1,7%	11.360	12.242	-7,2%
Banda Larga Fixa	5.268	5.296	5.277	-0,5%	-0,2%	5.268	5.296	-0,5%
TV Paga	887	900	828	-1,5%	7,0%	887	900	-1,5%
ARPU - Residencial (R\$)	73,9	70,2	73,6	5,3%	0,4%	73,8	69,5	6,2%

A receita líquida do segmento Residencial totalizou R\$ 2.519 milhões no 2T14 (-2,3% comparado ao 2T13), impactada principalmente pela (i) redução das tarifas fixo-móvel (“VCs”) e (ii) queda das adições brutas, especialmente das linhas fixas e banda larga, resultado da (a) reestruturação dos canais de vendas em curso, (b) reengenharia dos processos de negócio, (c) implementação da ferramenta de *Workforce Management* (WFM), Click, e (d) menor número de dias úteis no mês de Junho.

No 2T14, a Oi continuou a focar em preparar a companhia para oferecer pacotes convergentes (*multiple-play*), com impacto positivo esperado em ARPU e na fidelização dos clientes. Apesar da reestruturação ainda estar em fase de implementação, as receitas de banda larga e TV paga cresceram anualmente 4,0% e 3,3%, respectivamente, compensando parcialmente a queda na receita de voz fixa (-4,0% no 2T14 versus 2T13).



Resultados Operacionais

O ARPU atingiu neste trimestre R\$ 73,9 (+5,3% comparado ao 2T13), impulsionado pelo foco em *upselling* e *cross selling* e por uma gestão mais eficiente de churn. Como efeito, o desempenho do ARPU se beneficiou do (i) crescimento das vendas do serviço de TV paga, com o relançamento das ofertas da Oi TV incluindo pacotes mais completos e canais da Globo, além de canais *premium* adicionais, e (ii) foco na melhoria do serviço de banda larga, sustentado pelas melhorias na rede e ofertas atraentes visando oferecer maiores velocidades a preços atrativos.

No que se refere à rede, é importante ressaltar que a participação de UGRs com velocidade igual ou superior a 5 Mbps no *mix* das adições brutas tem aumentado substancialmente e, conseqüentemente, tem impactado o *mix* da base. No 2T14, a velocidade média para os clientes de banda larga atingiu 4,1 Mbps (+14,9% comparado ao 2T13).

Como resultado do empenho na estratégia de convergência, em 30 de junho de 2014, 60% das residências conectadas à rede da Oi tinham mais de um produto Oi, um incremento anual de 3,0pp.

Fixo

A Oi fechou o 2T14 com uma base de clientes de telefonia fixa no segmento Residencial de 11,360 mil (-7,2% comparado ao 2T13) com desconexões líquidas de 196 mil no trimestre. Este desempenho foi motivado principalmente pela queda das adições brutas, resultado da (i) redução do volume de vendas no contexto da reestruturação dos canais e processos de vendas, já mencionado acima; (ii) implementação de uma política de crédito mais conservadora; (iii) greve dos funcionários terceirizados de operações de campo, que aconteceu em Salvador e na região Sul do Brasil e impactou os procedimentos de instalação e reparo dos serviços de voz fixa e banda larga.

A Companhia continua focada nas ofertas personalizadas de telefonia fixa e pacotes convergentes, que combinam banda larga, TV paga e serviços móveis, além de planos no segmento de Mobilidade Pessoal que promovem a convergência fixo-móvel por meio de *cross selling* e outras iniciativas de retenção, com o objetivo de oferecer produtos mais adequados às necessidades dos clientes. Nesse contexto, os pacotes de ofertas convergentes Oi Conta Total (“OCT”) e Oi Voz Total (“OVT”) têm contribuído para aumentar o ARPU e reduzir o *churn* do segmento. Essas ofertas convergentes possuem taxas de *churn* significativamente mais baixas quando comparadas aos produtos avulsos.

O OCT é uma oferta comercial que combina telefonia fixa, banda larga fixa e móvel pós-pago, podendo também incluir TV paga e pacotes de dados móveis.

O OVT é uma oferta comercial que combina linha fixa e móvel pré-pago com objetivo de promover a convergência fixo-móvel e aumentar a fidelização dos clientes. Essa oferta já corresponde a aproximadamente 13% da base fixa do Residencial no 2T14 e apresentou um crescimento anual de 54,1% no número de linhas fixas combinadas com o pré-pago. Os clientes OVT apresentam churn significativamente mais baixos comparados aos clientes que possuem apenas a linha fixa. Além disso, a média de cartões SIM por cliente OVT aumentou 22%, de 1,2 no 2T13 para 1,5 no 2T14.

Banda Larga

A Oi encerrou o 2T14 com 5.268 mil UGRs de banda larga fixa no segmento Residencial (-0,5% comparado ao 2T13), com desconexões líquidas de 9 mil neste trimestre. Esta performance é explicada pela reestruturação de processos em curso, pela redução da atividade comercial em junho e pela greve dos funcionários terceirizados já mencionadas acima.



Resultados Operacionais

A penetração da banda larga fixa da Oi em residências que possuem produtos Oi atingiu 45,9% (+3,0pp comparado ao 2T13). Não obstante adições brutas mais baixas, em 2T14, houve uma melhoria contínua nos níveis de retenção e rentabilização dos clientes, resultado direto de investimentos na expansão e capacidade de sua rede de banda larga e no aumento das velocidades. A velocidade média da banda larga do segmento Residencial aumentou 14,9% comparado ao 2T13, alcançando 4,1 Mbps no 2T14. Além disso, a participação de UGRs com velocidade igual ou superior a 5 Mbps e 10 Mbps alcançou 43,7% (+8,2pp comparado ao 2T13) e 20,2% (+3,8pp em comparação ao 2T13), respectivamente.

A velocidade média das adições brutas registrou um aumento de 35,5% comparado ao 2T13, alcançando 4,6 Mbps no 2T14. Atualmente, cerca de 55% das nossas adições brutas possuem velocidade igual ou superior a 5 Mbps e 22% possuem velocidade igual ou superior a 10 Mbps.

Assim como a TV paga, a banda larga exerce um papel importante no aumento da rentabilidade do segmento Residencial por meio de *cross selling* e *upselling* de ofertas convergentes. Como resultado, o *churn* da banda larga continuou a cair, refletindo a estratégia da Companhia com foco na qualidade da base de clientes.

TV Paga

Ao final do 2T14, a base de TV paga era de 887 mil UGRs, (-1,5% comparado ao 2T13). Esta redução se deve principalmente à limpeza da base realizada no 4T13 e ao foco na qualidade das vendas, em antecipação à nova oferta Oi TV relançada no final de Março de 2014. Na comparação sequencial, a base de clientes cresceu 7,0%.

A nova oferta Oi TV é baseada em uma proposta de valor diferenciada que inclui mais canais, incluindo os canais locais da Globo, e novos serviços interativos e de *pay-per-view*. O relançamento ocorreu após a implementação de uma nova plataforma de TV utilizando o satélite SES-6, contratado em 2013, permitindo a Companhia alcançar uma importante vantagem competitiva: a maior capacidade satelital no mercado brasileiro, melhorando assim a qualidade e a cobertura do seu sinal e possibilitando a Oi ser a única operadora a oferecer canais abertos em HD via DTH, mesmo nos pacotes de entrada. Em março de 2014, a Oi fechou um contrato para aumentar de 13 para 43 o número de emissoras afiliadas da Rede Globo, tornando-se a operadora de TV paga via satélite com maior quantidade de canais da Globo. Essas 43 emissoras abrangem cerca de 3 mil cidades, sendo que a Oi é a única operadora de TV paga com o sinal da Globo em 2 mil desses municípios, contribuindo ainda mais para a diferenciação da oferta de TV paga da Companhia.

A nova oferta Oi TV tem permitindo também um maior potencial de *upselling* no portfólio da Oi, impulsionando o crescimento do ARPU e desempenhando um papel estratégico na retenção e fidelização dos clientes residenciais.

O relançamento da Oi TV ao final do 1T14 contribuiu para impulsionar as vendas da TV paga, resultando em um aumento sequencial de 66% das adições brutas. A Oi TV alcançou a marca de aproximadamente 3 mil vendas diárias. A penetração da Oi TV alcançou 7,7% dos domicílios com produtos Oi no 2T14 (+0,4pp contra o 2T13 e +0,5pp contra 1T14). O processo de instalação da Oi TV não foi impactado pela greve em Salvador e na região Sul do Brasil, pois esse serviço é prestado por outro fornecedor.

ARPU Residencial

A Companhia encerrou 2T14 com 11.483 mil domicílios conectados a sua rede, dos quais 60%, ou 6.901 mil domicílios, possuíam mais de um produto da Oi (+3.0pp comparado ao 2T13). Como resultado do foco na



Resultados Operacionais

venda de pacotes convergentes e iniciativas de *upselling*, o ARPU residencial continuou a registrar resultados positivos, encerrando o 2T14 em R\$ 73,9 (+5,3% comparado ao 2T13). Adicionalmente, no 1S14, o ARPU totalizou R\$ 73,8 (+6,2% versus 2T13).



Mobilidade Pessoal

	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Mobilidade Pessoal								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	2.231	2.255	2.166	-1,1%	3,0%	4.397	4.571	-3,8%
Serviços	2.023	2.127	2.053	-4,9%	-1,5%	4.075	4.295	-5,1%
Clientes ⁽¹⁾	1.698	1.595	1.654	6,5%	2,7%	3.352	3.193	5,0%
Uso de Rede	324	532	399	-39,0%	-18,8%	723	1.103	-34,4%
Material de Revenda	208	128	114	62,5%	83,3%	322	276	16,5%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	48.618	46.896	48.145	3,7%	1,0%	48.618	46.896	3,7%
Pré-Pago	41.801	40.235	41.417	3,9%	0,9%	41.801	40.235	3,9%
Pós-Pago ⁽²⁾	6.817	6.661	6.729	2,3%	1,3%	6.817	6.661	2,3%

Obs: (1) Inclui: assinaturas, chamadas originadas, longa distância móvel, *roaming* e serviços de valor adicionado.

(2) Inclui: pós-pago de alto valor, Oi Controle, terminais móveis convergentes (Oi Conta Total e Oi Internet Total) e 3G (mini-modem)

No segmento de Mobilidade Pessoal, a receita líquida foi de R\$ 2.231 milhões no 2T14 (-1,1% comparado ao 2T13), impactada, principalmente, pela redução das tarifas de interconexão (VU-M), pela queda na receita de longa distância e pelo menor número de dias úteis em Junho, parcialmente compensados pelo aumento da receita de dados e aparelhos.

A receita de clientes totalizou R\$ 1.698 milhões neste trimestre, um aumento de 6,5% quando comparado ao 2T13. As tendências mostraram melhora acentuada em relação aos crescimentos de 3,6% no 1T14 e de +3,4% 4T13, respectivamente comparados ao 1T13 e 4T12.

Este desempenho se deve principalmente pela (i) expansão de 3,7% comparado ao 2T13 na base de clientes, (ii) aumento sólido na receita de dados (internet móvel, banda larga móvel e serviços de valor agregado), que atingiu R\$ 471 milhões (+36,1% comparado ao 2T13) ou 28% da receita total de clientes (+6,0pp comparado ao 2T13), (iii) crescimento contínuo e consistente do volume médio de recargas no segmento pré-pago, suportado pelo uso da ferramenta *Active Campaign Management (ACM)* para direcionar de forma mais eficiente as ofertas do segmento pré-pago, e (iv) o crescimento da oferta de Oi Controle, no segmento pós-pago.

A receita do uso de rede totalizou R\$ 324 milhões, uma queda de 39,1% comparado ao 2T13 e de 18,8% comparado ao 1T14, devido ao corte da VU-M em fevereiro deste ano. A VU-M por minuto cobrada pela Oi ficou em R\$ 0,34945, R\$ 0,36185 e R\$ 0,35107 nas Regiões I, II e III, respectivamente, entre 24 de fevereiro de 2012 e 5 de abril de 2013. Entre 6 de abril de 2013 e 23 de fevereiro de 2014, a VU-M ficou em R\$ 0,31034, R\$ 0,31949 e R\$ 0,30970 nas Regiões I, II e III, respectivamente, com um passo intermediário na Região I em R\$ 0,31511 em 9 de junho de 2013. A partir de 24 de fevereiro de 2014, a VU-M caiu para R\$ 0,23275, R\$ 0,23961 e R\$ 0,23227 nas Regiões I, II e III, respectivamente. Isto representou um corte de 25% contra o nível anterior. Adicionalmente, a partir de 24 de fevereiro de 2015, as tarifas de VU-M devem cair adicionais 33,3% para R\$ 0,15517, R\$ 0,15974 e R\$ 0,15485, respectivamente, nas Regiões I, II e III.

No 2T14, as vendas de aparelhos totalizaram R\$ 208 milhões no trimestre (+62,5% comparado ao 2T13).



Resultados Operacionais

Embora a política de subsídios tenha se mantido restrita e com foco na qualidade das vendas e proteção do fluxo de caixa, a Oi impulsionou suas vendas de aparelhos através de parcerias com grandes varejistas, em uma iniciativa estratégica para alavancar as vendas de cartão SIM e ampliar a penetração de smartphone em sua base de clientes. Este movimento concentra-se na revenda de aparelhos para clientes pré-pagos e Oi Controle e também visa estimular o uso de dados.

A Oi encerrou o 2T14 com 48.618 mil UGRs no segmento de Mobilidade Pessoal (+3,7% comparado ao 2T13). As adições líquidas atingiram 1.722 mil nos últimos 12 meses (+1,4% comparado ao 2T13), sendo 1.566 mil no segmento pré-pago e 156 mil no segmento pós-pago. No 2T14, as adições líquidas totalizaram 473 mil, maior em 44,4% quando comparado ao 2T13. O *churn* médio mensal caiu 0,3pp em comparação ao 2T13, atingindo 3,6%, permanecendo entre os menores níveis desde o 4T11, um resultado direto da nova estratégia de vendas com foco na qualidade das vendas.

A base de clientes móveis (Mobilidade Pessoal + Corporativo / PMEs) da Oi encerrou o mês de junho de 2014 com 51.103 mil UGRs, sendo 48.618 mil no segmento de Mobilidade Pessoal e 2.485 mil no segmento Corporativo / PMEs. A Oi registrou 6,0 milhões adições brutas e 502 mil adições líquidas no 2T14.

Pré-pago

A base de clientes do pré-pago encerrou o 2T14 com 41.801 mil UGRs (+3,9% comparado ao 2T13 e +0,9% comparado ao 1T14), com 1.566 mil adições líquidas nos últimos 12 meses.

O pré-pago continua a ser a principal oferta da Mobilidade Pessoal, em razão de suas características intrínsecas: (i) custos baixos de aquisição de clientes; (ii) nenhum custo com emissão de fatura e cobrança; (iii) inexistência de inadimplência, e (v) impacto favorável no capital de giro, em linha com o foco da Oi na geração de caixa e disciplina financeira.

A Oi tem concentrado seus esforços em aumentar o uso de voz e dados dos clientes pré-pagos, focando especialmente naqueles clientes com perfil ativo de consumo e recarga, o que tem resultado em um crescimento substancial e contínuo do volume de recargas registrado nos últimos trimestres.

A Companhia também tem encorajado o aumento no consumo de recargas ao promover ofertas como Tudo Por Dia e pacotes de dados e SMS. Com isso, as recargas continuaram a apresentar um perfil muito sólido, levando ao crescimento anual de 7,2% no volume bruto de recarga. A recarga média aumentou em 10,8% quando comparada ao 2T13, superando o crescimento de 3,9% na base de clientes pré-pagos no mesmo período.

Adicionalmente, o crescimento do volume de recargas que a Oi tem registrado nos últimos trimestres também tem se beneficiado da utilização da ferramenta *Active Campaign Management*. Esta é uma ferramenta de gestão de campanhas de recarga por meio do conceito de marketing *one-to-one*, com a criação, execução e gestão de campanhas individualizadas para clientes pré-pagos e Oi Controle, possibilitando o envio de mensagens em tempo real a fim de estimular os clientes a recarregar suas contas e adquirir pacotes adicionais com base em seu perfil, aumentando assim o contexto e a relevância das promoções.

Os dados móveis no pré-pago continuam a apresentar um crescimento expressivo e consistente da receita. O volume de dados aumentou mais de 100% quando comparado ao 2T13, dobrando a participação percentual do uso de dados no consumo da recarga. Adicionalmente, a receita de serviços de valor adicionado (SVA) do segmento pré-pago aumentou em 17% em relação ao 2T13, resultado direto (i) dos pacotes adicionais que complementam as ofertas dos clientes e (ii) do uso de ferramentas de marketing ativo.



Resultados Operacionais

Pós-pago

No 2T14, o total de UGRs pós-pagas no segmento de Mobilidade Pessoal fechou em 6.817 mil (+2,3% comparado ao 2T13 e +1,3% comparado ao 1T14), apesar do processo de reestruturação dos canais de venda e da atuação comercial mais restritiva adotada neste segmento desde o ano passado.

No final deste trimestre, o segmento pós-pago representava 14,0% da base de Mobilidade Pessoal e seu atual desempenho vem sendo sustentado pelas vendas do Oi Controle.

O plano Oi Controle consiste em uma oferta fixo-móvel acessível que inclui ligações ilimitadas para Oi fixo e Oi móvel no Brasil por R\$ 29,90/mês, além de R\$ 10,90/mês para usar com outros serviços, incluindo ligações *off-net*, e R\$ 0,75/dia para uso de dados, SMS e Wifi. O pagamento deste serviço é feito por cartão de crédito. Além disso, se os créditos acabarem antes do tempo, o cliente pode realizar recargas a qualquer momento. Intrinsecamente, enquanto se beneficia da ausência de inadimplência e do impacto favorável no capital de giro, em linha com as vantagens das ofertas do pré-pago, o Oi Controle também possui um perfil de consumo mais forte, alinhado às ofertas do pós-pago, o que permite a este plano híbrido um ARPU mais atrativo (~2,2x) que o dos planos do pré-pago. No 2T14, a base de clientes Oi Controle aumentou 9,2% comparado ao 2T13, e já corresponde a cerca de 10% da receita de clientes. Adicionalmente, Oi Controle possui uma menor taxa de *churn* que as ofertas do pré-pago.

Cobertura 3G e 4G LTE

A cobertura 3G da Oi alcançou um total de 937 municípios, o equivalente a 77% da população urbana, um aumento de 8%, ou 67 municípios, em comparação com 2T13. A Oi continua a investir na melhoria de sua cobertura e capacidade do 3G para atender as demandas de crescimento do uso de dados e volume, e capturar a oportunidade de crescimento de receita no segmento de dados móveis.

A Oi já oferece pacotes de dados pela tecnologia 4G LTE em 45 municípios, incluindo as doze cidades que sediaram a Copa do Mundo da FIFA.

ARPU Móvel

O ARPU móvel considera a receita total da móvel (Mobilidade Pessoal + Corporativo / PMEs) na visão de uma empresa móvel separada, ou seja, considera a receita oriunda do tráfego *intercompany* com a fixa. Da mesma forma, em conformidade com essa ótica, a receita de longa distância SMP (origem móvel) que pertence à licença do STFC (concessão) não está incluída no cálculo. Assim, esse valor é dividido pela base média para então se chegar ao ARPU móvel.

O ARPU móvel ficou em R\$ 17,7 no 2T14 (-10,8% comparado ao 2T13), apesar da queda anual de 25% da taxa de interconexão. A menor receita de interconexão foi parcialmente compensada pela maior receita de dados e pelo aumento do nível de recargas do pré-pago. Excluindo a receita de interconexão, o ARPU móvel registrou um crescimento de 6,7% quando comparado ao 2T13, sustentado pelo aumento do ARPU do pré-pago neste período.



Resultados Operacionais

Corporativo / PMEs

	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Corporativo / PMEs								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	2.096	2.154	2.091	-2,7%	0,2%	4.187	4.232	-1,1%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	8.108	8.755	8.137	-7,4%	-0,4%	8.108	8.755	-7,4%
Fixa	4.995	5.306	5.050	-5,9%	-1,1%	4.995	5.306	-5,9%
Banda larga	628	615	630	2,1%	-0,4%	628	615	2,1%
Móvel	2.485	2.834	2.456	-12,3%	1,2%	2.485	2.834	-12,3%

A receita líquida foi de R\$ 2.096 milhões, uma queda de 2,7% em comparação ao 2T13, principalmente devido a redução das tarifas de interconexão, menor número de dias úteis em junho, greve de funcionários terceirizados da força de campo na Bahia e na região Sul do Brasil, o que impactou as instalações, e a redução no uso de voz nos dois segmentos em consequência da migração para o uso de dados. Adicionalmente, no segmento Corporativo houve redução nas receitas excedentes aos pacotes devido à migração de clientes para planos mais adequados que incluem voz e dados.

A Oi encerrou o 2T14 com 8.108 mil UGRs no segmento Corporativo / PMEs, uma redução de 7,4% em comparação ao 2T13, refletindo os pontos mencionados acima, incluindo: (i) o processo contínuo de reestruturação no segmento PME e pelo foco da Companhia na qualidade de vendas, com revisão de processos, canais de vendas e parcerias com franquias para melhorar a qualidade do *mix* de adições de clientes, que levou a uma queda no volume de vendas, e (ii) a estratégia de racionalidade no subsídio de aparelhos, uma importante ferramenta para aumentar as vendas do segmento, em linha com o foco em disciplina financeira e melhoria da geração de caixa.

PMEs

No 2T14, o segmento de PMEs continuou a dar foco à implementação da reestruturação proposta, composta de três etapas. Na primeira fase, o foco foi a melhoria da qualidade das vendas através da alteração do modelo de comissionamento dos franqueados e da implementação do *quality call*, que permitiu à Companhia registrar crescimento sustentável das vendas. A segunda etapa consistiu em ganho de competitividade, com o reposicionamento de ofertas e canais. Por fim, na terceira e última fase, a Companhia focou em produtividade por meio de iniciativas para melhorar a taxa de aproveitamento das vendas brutas em ativação/adução.

Após concluir a implementação da primeira e segunda etapas, a Companhia está agora focada em acelerar a produtividade de seus canais de vendas por meio da expansão do marketing ativo e da retomada do aumento do número de franquias, mas com um rígido controle financeiro e de qualidade. O resultado foi um aumento de 25% nas adições brutas em relação ao trimestre anterior, principalmente devido a um crescimento trimestral significativo das adições brutas de linhas móveis, resultado direto das novas ofertas convergentes lançadas na segunda etapa do processo reestruturação. A participação das ofertas convergentes nas adições brutas totais de linhas móveis melhorou de 6% em dezembro de 2013 para 36% em março de 2014 e 50% em junho de 2014, assim demonstrando a atratividade da estratégia de convergência nesse segmento.

O desempenho das adições brutas, associado a uma redução anual significativa nas taxas de *churn*, resultou no nível mais baixo de desconexões desde o 4T12.

No 2T14, o segmento de PMEs foi impactado principalmente pela redução das tarifas de interconexão e pela queda esperada no tráfego e no volume de vendas, em razão do menor número de dias úteis em junho. Por outro lado, vale destacar que, no 2T14, o segmento apresentou uma melhora significativa nas contas a receber



Resultados Operacionais

em atraso por mais de 30 dias, com queda de 50% em comparação ao 2T13, em linha com a estratégia da Companhia de melhorar a qualidade das vendas e sua estrutura de fluxo de caixa.

Corporativo

Em junho de 2014, a Oi foi a fornecedora oficial de serviços de telecomunicações e TI da Copa do Mundo da FIFA. A Oi prestou serviços à FIFA de duas maneiras: FITS (rede corporativa da FIFA) e Serviços de Mídia (internet a cabo e sem fio, e soluções telefônicas para os profissionais de mídia). Através da FITS e dos Serviços de Mídia, a Oi ofereceu soluções de comunicação de dados e voz para atender às necessidades da FIFA (rede corporativa, credenciamento e gestão de ingressos) e dos Profissionais de Mídia (agências de notícias, jornalistas e fotógrafos) em mais de 70 locais de eventos (estádios, hotéis usados pela FIFA, sede da FIFA, hotel dos árbitros da FIFA, Hotel VIP, aeroportos, depósitos de transporte, centros de venda de ingressos da FIFA, e outros locais chave) nas 12 cidades anfitriãs.

Durante o evento, 74 terabytes de dados foram trafegados nas redes de mídia e informática fornecidas pela Oi à FIFA, dos quais 57 terabytes foram utilizadas pelos cerca de 20 mil profissionais de mídia de 113 países credenciados para cobrir o evento no Brasil. O comitê organizador reconheceu a alta qualidade dos serviços prestadores pela Oi neste evento de alto nível.

Embora o segmento Corporativo tenha apresentado uma queda anual do número de UGRs, houve aumento significativo de 8,2% na base de dados, com destaque para redes e IP. Adicionalmente, houve expansão dos serviços de formação de rede VPN em 17,2%, de acesso à internet em 16,5% e de troncos digitais de telefonia fixa em 4,2%.

Em termos de receita, os destaques foram os serviços de dados e TI. As ofertas inovadoras de *data center*, nuvem e TI, aliadas a soluções de telecomunicações, apresentaram um crescimento anual expressivo de 22%, o que contribuiu positivamente para o aumento de 3,0pp da participação de serviços não-voz na receita.

PORTUGAL

No 2T14, as receitas do negócio de telecomunicações em Portugal totalizaram R\$ 1.853 milhões, crescendo 9,5% comparado ao 2T13, refletindo impacto favorável do câmbio.

Em moeda local, a receita líquida total ficou em Euro 606 milhões no 2T14, com queda de 3,4% comparado ao 2T13.

No 2T14, as receitas de clientes do negócio de telecomunicações em Portugal caíram 4,5% comparadas ao 2T13, apresentando uma evolução em relação ao trimestre anterior e o melhor desempenho dos últimos seis trimestres.

As receitas do segmento B2C apresentaram queda de 3,0% no 2T14 comparado ao 2T13, com melhoria em relação ao trimestre anterior, no qual as receitas caíram 3,5% em comparação ao 1T14. O MEO apresentou outro trimestre de performance resiliente em termos de adições líquidas e *market share*, tanto no segmento Residencial quanto no de Mobilidade Pessoal.

As receitas do Residencial totalizaram R\$ 534 milhões no 2T14, crescimento de 12,4% comparado ao 2T13.



Resultados Operacionais

Em moeda local, as receitas residenciais totalizaram Euro 175 milhões, com queda de 0,7% comparado ao 2T13. O MEO continuou ganhando participação de mercado nas ofertas de *triple-play* e no *quadruple-play*. Como resultado, os acessos fixos do varejo apresentaram o dobro de adições líquidas do 1T14 e o melhor desempenho dos últimos seis trimestres. As receitas do segmento de Mobilidade Pessoal totalizaram R\$ 474 milhões, maior em 7,9% em comparação ao 2T13, enquanto que em moeda local totalizaram Euro 155 milhões ou queda de 4,9% em comparação ao 2T13, principalmente impactado pelo menor volume de vendas e maiores pressões competitivas e de preço no segmento pré-pago. O segmento Corporativo / PMEs também foi penalizado pelas dinâmicas competitivas que estão impactando o ambiente concorrencial, mais especificamente nos serviços de mobilidade. As receitas do segmento Corporativo / PMEs somaram R\$ 577 milhões, maior em 6,8% em comparação ao 2T13. Em moeda local, as receitas do segmento apresentaram queda de 5,7% quando comparadas ao 2T13, para Euro 189 milhões, melhorando a tendência em relação aos trimestres anteriores, mantendo uma forte posição no mercado. As receitas do Atacado, outras e eliminações alcançaram R\$ 268 milhões, 12,6% maior na comparação ao 2T13, enquanto que, em moeda local, o montante foi de Euro 87 milhões, reduzindo em 0,8% em comparação ao 2T13 e refletindo menores acessos e receitas de tráfego internacional.



Residencial

	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Residencial								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	534	475	579	12,4%	-7,7%	1.113	947	17,5%
Receita Líquida (Euro Milhões)	175	176	179	-0,7%	-2,2%	353	355	-0,4%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	3.884	3.810	3.848	2,0%	0,9%	3.884	3.810	2,0%
Linhas fixas em serviço	1.637	1.660	1.638	-1,4%	-0,1%	1.637	1.660	-1,4%
Banda Larga Fixa	1.057	1.015	1.042	4,1%	1,4%	1.057	1.015	4,1%
TV Paga	1.190	1.134	1.168	4,9%	1,9%	1.190	1.134	4,9%
ARPU - Residencial (Euro)	31,7	31,6	32,1	0,3%	-1,2%	31,9	31,7	0,5%

No 2T14, as UGRs do segmento Residencial aumentaram em 2,0% comparadas ao 2T13, alcançando o montante de 3.884 mil, com os acessos de TV paga e banda larga já correspondendo a 57,8% do total de acessos residenciais no varejo em 30 de junho de 2014.

No trimestre, as adições líquidas de linhas fixas em serviço somaram 36 mil acessos, o dobro das adições líquidas do 1T14 (18 mil), refletindo: (i) as desconexões líquidas de mil acessos de PSTN/ISDN; (ii) 22 mil adições líquidas de TV paga e (iii) 14 mil adições líquidas de banda larga fixa.

Este desempenho, não obstante o aumento da pressão competitiva e alta penetração de TV paga no mercado português, foi a melhor performance dos últimos seis trimestres. A TV paga alcançou 1.190 mil clientes no 2T14, 4,9% acima quando comparado ao 2T13, enquanto que a banda larga fixa do varejo totalizou 1.057 mil clientes ou um crescimento de 4,1% comparado ao 2T13, sustentado pelas ofertas convergentes da PT e o M4O, que ainda está ganhando força. Clientes únicos do segmento Residencial totalizaram 1.793 mil acessos. Clientes *triple-play* ficaram em 876 mil, um acréscimo de 11,3% comparado ao 2T13, o equivalente a 48,9% dos clientes residenciais da PT, assim ampliando sua liderança no mercado. O crescimento contínuo e sustentável de ofertas convergentes *triple-play* e *quadruple-play* também sustentaram a expansão do ARPU em 0,3% em comparação ao 2T13, totalizando Euro 31,7, e o aumento de UGRs por cliente exclusivo de 2,07 no 2T13 para 2,17 no 2T14.



Resultados Operacionais

No 2T14, as receitas no segmento Residencial somaram Euro 175 milhões, um decréscimo de 0,7% comparado ao 2T13. Como resultado da maior penetração de ofertas *triple-play* e *quadruple-play*, a contribuição de serviços não-voz nas receitas de serviço do Residencial alcançou 68,0% no 2T14 (+2,3pp em comparação ao 2T13), enquanto o peso das receitas de tarifas planas foi de 90,3% (+0,3pp em comparação ao 2T13).



Mobilidade Pessoal

	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Mobilidade Pessoal								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	474	439	488	7,9%	-2,8%	962	856	12,4%
Receita Líquida (Euro Milhões)	155	163	151	-4,9%	2,8%	305	321	-4,8%
Serviços	137	140	133	-2,1%	3,1%	269	280	-3,6%
Clientes	125	131	123	-4,5%	2,2%	248	263	-5,7%
Uso de Rede	11	8	10	35,4%	14,7%	21	17	28,3%
Material de Revenda	18	23	18	-22,0%	0,4%	36	41	-12,9%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	6.189	6.183	6.316	0,1%	-2,0%	6.189	6.183	0,1%
Pré-Pago	4.374	4.843	4.630	-9,7%	-5,5%	4.374	4.843	-9,7%
Pós-Pago	1.815	1.340	1.686	35,5%	7,7%	1.815	1.340	35,5%

No 2T14, os clientes de Mobilidade Pessoal, incluindo clientes de voz e banda larga, permaneceram praticamente estáveis em relação ao 2T13, em 6.189 mil. O foco está no crescimento da base de clientes pós-pagos com base em ofertas convergentes. O pós-pago teve o melhor desempenho dos últimos dez trimestres e já representa 29,3% da base de clientes da Mobilidade Pessoal. O sólido desempenho da base de clientes (130 mil adições líquidas no 2T14) está ancorado no forte sucesso comercial do M4O, que está sustentando a transformação do mercado de telefonia móvel português através da introdução da convergência, permitindo diferenciação adicional enquanto, enquanto ao mesmo tempo, está mudando o foco do pré-pago para o pós-pago. Inclusive, de acordo com a Anacom, regulador português de telecomunicações, a PT ganhou participação de mercado no 1T14 pelo sexto trimestre consecutivo, alcançando 48% do mercado (+2,5pp em comparação ao 2T13).

Neste trimestre, a receita de clientes no segmento de Mobilidade Pessoal caiu 4,5% comparada ao 2T13, para Euro 125 milhões, e melhorando a tendência na comparação com o 1T14 (-6,8% comparado ao 1T13). O peso das receitas de clientes de tarifa plana aumentou 12,5pp em relação ao 2T13, para 50,0%, impulsionado pelo M4O e pelo desempenho de planos tarifários ilimitados. As receitas de interconexão aumentaram 35,4% em comparação ao 2T13, para Euro 11 milhões no 2T14, uma vez que as tarifas de interconexão, que caíram ao longo de 2012, permaneceram estáveis e contribuíram para uma melhora das receitas de interconexão. O ARPU do segmento de Mobilidade Pessoal decresceu 3,5% comparado ao 2T13, para Euro 7,3, apresentando melhora quando comparado ao 1T14 e ao 4T13 (quedas anuais de 9,2% e 10,8%, respectivamente). O peso de receitas não-voz nas receitas de serviços ficou em 38,2% no 2T14 (+3,4pp comparado ao 2T13), refletindo o sólido desempenho dos pacotes de dados "internetnotelemovel".



Resultados Operacionais



Corporativo / PMEs

	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Corporativo / PMEs								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	577	541	614	6,8%	-6,0%	1.191	1.075	10,8%
Receita Líquida (Euro Milhões)	189	200	189	-5,7%	-0,4%	378	403	-6,1%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) - Mil	2.633	2.569	2.638	2,5%	-0,2%	2.633	2.569	2,5%
Fixa	703	733	714	-4,2%	-1,5%	703	733	-4,2%
Banda larga	274	250	271	9,5%	1,2%	274	250	9,5%
TV Paga	170	134	165	27,0%	3,5%	170	134	27,0%
Móvel	1.487	1.452	1.489	2,4%	-0,1%	1.487	1.452	2,4%

A PT manteve uma sólida liderança, tanto em empresas de grande porte quanto em negócios de pequeno e médio porte, ancorada em seus amplos serviços e produtos diferenciados oferecidos em ambos os segmentos de mercado, alavancada em sua rede de excelência.

No 2T14, o segmento Corporativo / PMEs apresentou uma performance operacional positiva com UGRs empresariais crescendo 2,5% em comparação ao 2T13 ou 2.633 mil, com os acessos de TV paga e banda larga já representando 38,7% (+4,4pp em comparação ao 2T13) do total de acessos empresariais no varejo em 30 de junho de 2014. Neste trimestre, os acessos fixos do varejo alcançaram duas mil desconexões líquidas, refletindo: (i) 11 mil desconexões líquidas de PSTN/ISDN; (ii) seis mil adições líquidas de TV paga, e (iii) três mil adições líquidas de banda larga fixa.

As receitas operacionais do segmento Corporativo / PMEs caíram 5,7% em comparação ao 2T13, para Euro 189 milhões no 2T14, impactada pelas iniciativas de forte redução de custos e significativa redução dos investimentos em novos projetos dos setores público e privado, e a competitividade do mercado.

Com o objetivo de melhorar o seu *share-of-wallet* e a resiliência do negócio, TI, dados e nuvem permaneceram como foco principal, visando alavancar a rede da PT Portugal e os investimentos em tecnologia. No 2T14, as receitas não-voz do segmento Corporativo / PMEs representaram 58,5% das receitas empresariais do varejo, maior em 5,1pp em comparação ao 2T13.



Resultados Operacionais

Custos e Despesas Operacionais

Tabela 2 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais

Item - R\$ Milhões	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Custos e Despesas Operacionais (Pro-forma)								
Pessoal	1.015	860	966	18,1%	5,2%	1.981	1.729	14,6%
Interconexão	840	1.195	925	-29,7%	-9,1%	1.765	2.420	-27,0%
Serviços de terceiros	2.025	1.992	2.019	1,6%	0,3%	4.044	3.940	2,6%
Serviço de manutenção da rede	485	624	520	-22,2%	-6,6%	1.005	1.317	-23,6%
Custos de aparelhos e outros	241	214	181	12,5%	33,4%	422	425	-0,7%
Publicidade e Propaganda	230	256	151	-10,4%	51,7%	381	359	6,3%
Aluguéis e seguros	857	562	845	52,4%	1,3%	1.702	1.131	50,5%
Provisões para contingências	211	172	147	22,6%	43,5%	357	306	17,0%
Provisão para devedores duvidosos	200	338	217	-40,9%	-7,9%	416	654	-36,3%
Outras despesas operacionais, líquidas	449	464	526	-3,1%	-14,5%	975	955	2,1%
OPEX de rotina	6.553	6.677	6.497	-1,9%	0,9%	13.050	13.235	-1,4%

No 2T14, os custos e despesas operacionais (“Opex”) de rotina, pro-forma, ficaram em R\$ 6.553 milhões (-1,9% comparado ao 2T13). A queda registrada no 2T14 foi observada não obstante o impacto da valorização do Euro em relação ao Real (R\$ 138 milhões), a inflação e os custos associados aos alugueis de alguns ativos que foram vendidos em 2013 (R\$ 137 milhões), como a GlobeNet e as torres fixas e móveis.

Excluindo o impacto da desvalorização do Real em relação ao Euro e os alugueis adicionais, o Opex teria reduzido 6,0% comparado ao 2T13.

O desempenho dos custos reflete principalmente: (i) menores custos de interconexão; (ii) menores provisões para devedores duvidosos, resultado das medidas bem sucedidas realizadas nos últimos 12 meses para melhorar a qualidade de vendas, e (iii) a disciplina em todos os itens de custos.

Pessoal

Os custos e despesas com pessoal totalizaram R\$ 1.015 milhões no 2T14 (+18,1% comparado ao 2T13), incluindo o efeito da desvalorização do Real frente ao Euro no montante de R\$ 35 milhões. Excluindo esse impacto, os custos com pessoal teriam crescido 14,0% comparado ao 2T13.

Este aumento, excluindo o efeito cambial, se deve principalmente ao dissídio coletivo ajustado pela inflação, ocorrido em dezembro de 2013 (R\$ 28 milhões), a internalização de uma parte das operações de manutenção da rede interna da Oi, ocorrida no 2T13, e às vendas porta-a-porta do segmento PMEs (R\$ 81 milhões).

É importante destacar que o aumento dos custos com pessoal no ano foi parcialmente compensado por iniciativas de aumento da produtividade, sendo alguns resultados já aparentes em 2014.

Interconexão

Os custos de interconexão totalizaram R\$ 840 milhões no 2T14 (-29,7% comparado ao 2T13), incluindo o impacto de R\$ 19 milhões relativo à desvalorização do Real frente ao Euro, ao Dólar namibiano e ao Dólar americano. Excluindo esse impacto, os custos de interconexão teriam apresentado queda anual de 31,3%, especialmente devido à queda de 25% da tarifa de VU-M no Brasil, registrada em fevereiro de 2014. Além disso, no Brasil este trimestre registrou redução no tráfego *off-net* de SMS e de voz, refletindo o sucesso das



Resultados Operacionais

ofertas baseadas no tráfego *on-net*. Vale destacar que as tarifas de interconexão em Portugal diminuíram ao longo de 2012 e se estabilizaram em 2013.

Serviços de Terceiros

No 2T14, as despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 2.025 milhões (+1,6% comparado ao 2T13), incluindo o impacto de R\$ 56 milhões da desvalorização do Real frente ao Euro. Sem esse impacto, os custos com serviços de terceiros teriam apresentado queda anual de 1,2%.

Esta queda é explicada principalmente pela menor quantidade de serviços terceirizados em Portugal. No Brasil, os maiores gastos com conteúdo de TV e a implementação de projetos de TI para a Copa do Mundo mais que compensaram (i) o menor volume de comissões, reflexo de menores adições brutas como resultado do foco na qualidade das vendas e de um modelo de comissionamento condicionado ao pagamento das duas primeiras faturas, e (ii) menores despesas com *call centers*, resultado de processos de venda mais eficientes.

Serviços de Manutenção de Rede

No 2T14, as despesas com serviços de manutenção de rede somaram R\$ 485 milhões (-22,2% comparado ao 2T13), incluindo o impacto de R\$ 5 milhões da depreciação do Real em relação ao Euro. Excluindo esse impacto, os custos de manutenção de rede reduziriam 23,1% comparado ao 2T13.

Custos de Aparelhos / Outros (CPV)

Os custos de aparelhos aumentaram 12,5% comparado ao 2T13, somando R\$ 241 milhões no 2T14, incluindo o efeito cambial de R\$ 7 milhões em razão da depreciação do Real frente ao Euro. Excluindo esse efeito, os custos de aparelhos cresceriam 9,2% na comparação anual.

Este aumento é resultado do maior volume de venda de aparelhos. Conforme explicado anteriormente, a Oi impulsionou suas vendas de aparelhos através de parcerias com grandes redes varejistas em uma iniciativa estratégica para alavancar as vendas de chips e aumentar a penetração de smartphone na sua base de clientes.

Publicidade e Propaganda

As despesas com publicidade e propaganda somaram R\$ 230 milhões no 2T14 (-10,4% comparado ao 2T13), incluindo um montante de R\$ 5 milhões referente à desvalorização do Real frente ao Euro. Excluindo o impacto cambial, a queda seria de 12,5% comparado ao 2T13.

Esta redução se deve principalmente ao maior foco nas campanhas publicitárias relacionadas à Copa do Mundo da FIFA, não obstante os esforços de mídia para o relançamento da nova oferta de Oi TV, cujas campanhas publicitárias tiveram início ao final do 1T14. Em Portugal, a queda das despesas com publicidade e propaganda é explicada por esforços comerciais no primeiro semestre de 2013 com o lançamento do M4O, apesar das campanhas publicitárias que auxiliaram no relançamento da marca da PT no segmento de mobilidade, de TMN para MEO, ocorrido ao longo do primeiro semestre de 2014. Na comparação sequencial, os custos com publicidade e propaganda cresceram 51,7%, devido aos investimentos e promoções da Copa do Mundo, incluindo o lançamento da oferta Oi Eu Tô na Copa, bem como de outras campanhas publicitárias.



Resultados Operacionais

Aluguéis e Seguros

As despesas com aluguéis e seguros aumentaram 52,4% em comparação ao 2T13, totalizando R\$ 857 milhões, incluindo o impacto da desvalorização do Real frente ao Euro no valor de R\$ 6 milhões. Sem este efeito, os custos com aluguéis e seguros aumentaria 51,3% na comparação anual.

Este crescimento é explicado especialmente pelo (i) aumento no *leasing* operacional da infraestrutura de rede, decorrente das vendas de alguns ativos brasileiros desde 2013, incluindo a GlobeNet e as torres fixas e móveis (R\$ 137 milhões), (ii) aumento de despesas com aluguel de capacidade satelital relacionado ao satélite SES-6, lançado em junho de 2013, (iii) aumento de despesas com a internalização das operações de manutenção da planta interna no Brasil, incluindo aluguel de veículos e seguros, (iv) acordos de pagamentos celebrados com outras operadoras, e (iv) reajustes contratuais anuais.

Na comparação com o 1T14, o aumento de 1,3% é explicado pelo aumento do *leasing* operacional da infraestrutura de rede, decorrente das torres móveis vendidas em março de 2014.

Provisões para Contingências

As despesas com provisões para contingências atingiram R\$ 211 milhões (+22,6% comparado ao 2T13).

Provisões para Devedores Duvidosos – PDD

No 2T14, as provisões para devedores duvidosos somaram R\$ 200 milhões (-40,9% comparado ao 2T13), incluindo o impacto da desvalorização do Real frente ao Euro no valor de R\$ 4 milhões. Excluindo este efeito cambial, a PDD teria reduzido 41,9% na comparação anual.

Esta queda é resultando direto da melhoria do *churn* e das políticas de crédito mais restritas aos novos clientes. Neste trimestre, a PDD correspondeu a 2,2% da receita líquida, uma queda de 1,6pp em relação ao 2T13 (3,8%).

Outras Despesas (Receitas) Operacionais

Outras despesas operacionais totalizaram R\$ 449 milhões (-3,1% comparado ao 2T13), incluindo o efeito da desvalorização do Real frente ao Euro no total de R\$ 1 milhão. Excluindo este impacto, outras despesas operacionais teriam reduzido 3,3% comparado ao 2T13.

Este resultado é explicado principalmente pelas menores despesas em Portugal, como, em 2T13, houve provisões e outros custos adicionais no valor de R\$ 76 milhões (Euro 28 milhões), que mais que compensaram o aumento das outras despesas operacionais no Brasil, resultado principalmente de: (i) maiores despesas com combustível e outros materiais relacionados à internalização da manutenção da planta interna; (ii) menores receitas devido à venda de ativos, e (iii) outras despesas.



Resultados Operacionais

EBITDA

Tabela 3 – EBITDA e Margem EBITDA

	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Oi S.A. Pro-forma								
EBITDA (R\$ MM)	2.549	3.239	3.823	-21,3%	-33,3%	6.372	6.194	2,9%
Brasil	1.719	1.797	2.957	-4,4%	-41,9%	4.675	3.948	18,4%
Portugal	782	448	806	74,5%	-3,0%	1.588	1.203	32,0%
Outros	49	995	60	-95,0%	-18,2%	110	1.043	-89,5%
Margem EBITDA (%)	28,3%	36,0%	42,1%	-7,8 p.p.	-13,9 p.p.	35,2%	34,6%	0,6 p.p.
Itens Não Rotina	-78	-927	-1.246	-	-	-1.325	-1.531	-
OPEX reportado	6.475	5.750	5.250	12,6%	23,3%	11.725	11.704	0,2%
EBITDA de Rotina (R\$ MM)	2.471	2.312	2.577	6,9%	-4,1%	5.048	4.663	8,2%
Brasil	1.640	1.633	1.710	0,4%	-4,1%	3.350	3.248	3,1%
Portugal	782	628	807	24,5%	-3,1%	1.588	1.314	20,8%
Outros	49	51	60	-3,0%	-18,2%	110	101	8,5%
Margem EBITDA de Rotina (%)	27,4%	25,7%	28,4%	1,7 p.p.	-1,0 p.p.	27,9%	26,1%	1,8 p.p.
Brasil	23,7%	23,1%	24,9%	0,6 p.p.	-1,2 p.p.	24,3%	23,0%	1,2 p.p.
Portugal	42,2%	37,1%	41,3%	5,1 p.p.	0,9 p.p.	41,7%	39,3%	2,4 p.p.
Outros	20,9%	22,8%	24,8%	-1,9 p.p.	-3,9 p.p.	22,9%	22,8%	0,1 p.p.

Em 2T14, o EBITDA consolidado pro-forma totalizou R\$ 2.549 milhões (-21,3% comparado ao 2T13), enquanto o EBITDA no Brasil fechou em R\$ 1.719 milhões e o EBITDA nos negócios de telecomunicações em Portugal (“Portugal”) alcançou R\$ 782 milhões.

No Brasil, o EBITDA de rotina somou R\$ 1.640 milhões (+0,4% comparado ao 2T13), sustentado pela disciplina em custos, menores despesas com interconexão, apesar da queda da receita e das maiores despesas com publicidade e propaganda. A margem EBITDA fechou em 23,7% comparado ao 23,1% no 2T13.

O EBITDA de rotina de Portugal atingiu R\$ 782 milhões, equivalente a uma margem de 42,2%. Na moeda local, o EBITDA alcançou Euro 255 milhões (+10,0% comparado ao 2T13), beneficiando-se da contenção de custos.

Investimentos

Tabela 4 – Investimentos

R\$ Milhões	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Investimentos (Pro-forma)								
Brasil	1.380	1.506	1.208	-8,4%	14,2%	2.588	3.196	-19,0%
Portugal	236	347	258	-31,9%	-8,4%	494	608	-18,8%
Outros	60	82	75	-26,3%	-19,3%	135	136	-0,8%
Total	1.676	1.934	1.540	-13,3%	8,8%	3.216	3.940	-18,4%

No 2T14, o total de investimentos, na base pro-forma, totalizou R\$ 1.676 milhões (-13,3% comparado ao 2T13). Os investimentos no Brasil somaram R\$ 1.380 milhões (-8,4% comparado ao 2T13) enquanto os investimentos em Portugal alcançaram R\$ 236 milhões (-31,9% comparado ao 2T13).



Resultados Operacionais

No Brasil, a Oi continua a investir na sua rede com uma abordagem granular e também buscando compartilhar investimentos em infraestrutura com outras empresas do setor. Em 2T14, 74,5% dos investimentos no Brasil foram direcionados à rede, incluindo: (i) a melhoria na qualidade e cobertura do 3G e 4G; (ii) a infraestrutura para o fornecimento de serviços de TI e de comunicação para a Copa do Mundo da FIFA, conforme mencionado antes; (iii) a melhoria da qualidade e aumento das velocidades dos acessos de banda larga, e (iv) os investimentos em infraestrutura e no equipamento do cliente relacionados à implantação do serviço de TV paga.

No 2T14, na moeda local, os investimentos em Portugal reduziram 40,0% comparado ao 2T13, totalizando Euro 77 milhões, representando 12,8% do total das receitas (-7.8pp comparado ao 2T13), principalmente devido a menores investimentos em projetos de TI/SI, seguindo a transformação IP e consolidação de todas as aplicações de TI, menores investimentos de infraestrutura e tecnologia, resultado dos fortes investimentos realizados nos últimos anos, tanto em FTTH e redes 4G-LTE, e a menores investimentos relacionados a clientes.

Fluxo de Caixa Operacional (EBITDA – Investimentos)

Tabela 5 – Fluxo de Caixa Operacional

R\$ Milhões	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Oi S.A. - Pro-forma								
EBITDA de Rotina	2.471	2.312	2.577	6,9%	-4,1%	5.048	4.663	8,2%
Capex	1.676	1.934	1.540	-13,3%	8,8%	3.216	3.940	-18,4%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina (EBITDA - Capex)	795	378	1.036	110,3%	-23,3%	1.831	723	153,1%

Neste trimestre, o fluxo de caixa operacional de rotina (EBITDA de rotina menos Capex), na visão pro-forma, aumentou 110,3%, totalizando R\$ 795 milhões. Este aumento está em linha com a estratégia de abordar os investimentos de forma granular e de concentrar esforços na melhoria do perfil de fluxo de caixa da Companhia.

Depreciação / Amortização

A Companhia registrou despesas com depreciação e amortização de R\$ 1.598 milhões, praticamente estável quando comparado ao 2T13, e incluindo o impacto da desvalorização do Real face ao Euro no montante de R\$ 66 milhões. Excluindo este impacto, depreciações e amortizações teriam caído 3,4% comparado ao 2T13, atingindo R\$ 1.532 milhões.

Essa queda é explicada principalmente por uma menor contribuição das operações brasileiras, já se beneficiando dos menores investimentos no primeiro semestre de 2014 em relação ao ano de 2013.

Tabela 6 – Depreciação e Amortização

R\$ Milhões	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Depreciação e Amortização Pro-forma								
Total	1.598	1.586	1.716	0,8%	-6,8%	3.314	3.080	7,6%



Resultado Financeiro

Resultado Financeiro

Tabela 7 – Resultado Financeiro (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	2T14	2T13	1T14	1S14	1S13
Oi S.A. Consolidado					
Juros Líquido (s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.)	-711	-526	-663	-1.374	-1.001
Resultado Cambial Líquido (s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.)	-248	-239	-243	-491	-397
Outras Receitas / Despesas Financeiras	-282	-107	-288	-570	-233
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	-1.241	-871	-1.194	-2.435	-1.632

A Oi S.A. registrou despesas financeiras líquidas de R\$ 1.241 milhões no 2T14 (+3,9% comparado ao 1T14 e +42,5% comparado ao 2T13). Os resultados deste trimestre foram impactados pela consolidação das despesas financeiras líquidas da PT Portugal, em maio e junho, no valor de R\$ 203 milhões. Excluindo esse impacto, no 2T14 as despesas financeiras líquidas diminuíram 13,1% comparado ao 1T14 e aumentaram 19,1% na comparação com 2T13.

O desempenho sequencial no Brasil deveu-se à queda de (i) despesas de juros líquidas no valor de R\$ 86 milhões, como resultado do aumento de capital, com impacto positivo sobre a dívida líquida e bruta, e (ii) outras despesas financeiras no valor R\$ 81 milhões, principalmente em razão dos dividendos recebidos da Portugal Telecom SGPS em maio deste ano.

Na comparação anual, o crescimento foi explicado especialmente pelo (i) aumento das taxas do CDI e IPCA, com impacto sobre os resultados dos juros líquidos, e (ii) aumento de outras despesas financeiras, principalmente devido aos maiores pagamentos relativos a contingências e a juros e variações monetárias sobre outros passivos.

Lucro Líquido

Oi S.A. registrou um prejuízo líquido de R\$ 221 milhões no 2T14. No 1S14, o lucro líquido foi de R\$ 7 milhões. A queda sequencial neste trimestre foi explicada principalmente por um menor EBIT seguido de um EBITDA impactado por menores receitas não-rotina, como no 1T14 houve impacto de R\$ 1.247 milhões referente à venda do segundo lote de torres móveis. É importante mencionar que o resultado do 2T14 não é comparável aos trimestres anteriores, devido à consolidação dos resultados da PT Portugal desde Maio de 2014.

Tabela 8 – Lucro Líquido (Oi S.A. Consolidado)

	2T14	2T13	1T14	Δ Ano	Δ Tri.	1S14	1S13	Δ Ano
Lucro Líquido								
Lucro Líquido (R\$ MM)	-221	-124	228	77,8%	n.m.	7	138	-95,2%
Margem Líquida	-2,4%	-1,4%	2,5%	-1,1 p.p.	n.m.	0,0%	0,8%	-0,7 p.p.
Lucro Líquido por ação (R\$)	-0,026	-0,076	0,139	-65,4%	n.m.	0,001	0,084	-99,1%



Endividamento & Liquidez

Endividamento & Liquidez

Tabela 9 – Dívida

R\$ Milhões	jun/14	jun/13	mar/14	% Dívida Bruta
Endividamento				
Curto Prazo	7.294	4.360	4.589	14,0%
Longo Prazo	44.933	29.222	29.869	86,0%
Dívida Total	52.228	33.582	34.458	100,0%
Em moeda nacional	19.908	20.954	21.133	38,1%
Em moeda estrangeira	33.037	13.966	14.158	63,3%
Swap	-718	-1.338	-833	-1,4%
(-) Caixa	-5.988	-3.011	-4.166	-11,5%
Saldo transferido para ativos não-correntes a venda ⁽¹⁾	-	-308	-	-
(-) Caixa	-5.988	-3.320	-4.166	-11,5%
(=) Dívida Líquida	46.239	30.262	30.291	88,5%

(1) Refere-se ao caixa e equivalentes de caixa da GlobeNet, que em conformidade ao acordo firmado para a venda deste negócio, foi reclassificado para fins contábeis, junto a outros ativos da GlobeNet, para ativos não-correntes à venda.

A dívida bruta consolidada da Oi S.A. totalizou R\$ 52.228 milhões em 2T14 (+51,6% comparado ao 1T14 e +55,5% comparado ao 2T13). Em 5 de maio de 2014, a Companhia concluiu seu aumento de capital com a integração dos negócios da PT Portugal. Desde então, os ativos e passivos da PT Portugal passaram a ser consolidados no balanço patrimonial da Oi.

O Brasil respondeu por R\$ 32,1 bilhões da dívida bruta, uma redução de 6,8% comparado ao 1T14 e de 4,4% comparado ao 2T13. O *accrual* da dívida, o *hedge* e as operações de financiamento do BNDES/ECA no trimestre foram mais do que compensados pelas amortizações e vencimentos da dívida no período, o que explica essa redução. A PT Portugal contribuiu R\$ 20,1 bilhões para a dívida bruta consolidada.

Considerando que praticamente a totalidade da dívida da PT Portugal está atrelada ao Euro, a dívida bruta denominada em moeda estrangeira alcançou 63,3% do total no 2T14. Ao fim deste trimestre, embora as subsidiárias brasileiras possuam 39,9% de sua dívida total denominada em moeda estrangeira, a exposição a flutuações da taxa de câmbio ficou abaixo de 0,1% do total da dívida bruta, como resultado da política de *hedge* da Companhia. Como as dívidas da PT Portugal são denominadas principalmente em Euros, esta exposição cambial pode causar alguma volatilidade nos resultados consolidados, a partir de uma perspectiva de DRE. Do ponto de vista do fluxo de caixa, no entanto, essa exposição é minimizada pelos fluxos de caixa da Companhia em Euros ou pela possibilidade de se refinarciar nessa moeda. No final do 2T14, o prazo médio da dívida alcançou 4,0 anos.

No 2T14, a Companhia registrou um saldo de caixa de R\$ 5.988 milhões e, conseqüentemente, a dívida líquida fechou em R\$ 46.239 milhões. É importante ressaltar que este saldo de caixa não considera a exposição financeira ao papel comercial da Rio Forte Investments S.A., no valor de R\$ 2.763 milhões.



Endividamento & Liquidez

Tabela 10 – Movimentação da Dívida Líquida

R\$ Milhões	2T14	2T13	1T14
Dívida Líquida Inicial	30.291	28.390	31.331
(-) EBITDA	2.207	1.633	1.710
(-) Receitas (Despesas) Não Recorrentes ⁽¹⁾	78	164	0
(+) Capex ⁽²⁾	1.573	1.506	1.208
(+) Depósitos Judiciais	280	274	199
(+) IR/CS	278	187	184
(+) PIS / COFINS sobre ICMS	0	0	0
(+) Var. Capital de Giro ⁽³⁾	-587	7	359
(+) Licenças 3G/4G	0	830	458
(+) Fistel / Bônus	0	880	782
(+) Resultado Financeiro	934	1.045	784
(-) Venda de Ativos	0	1.061	3.304
(-) Aumento de Capital	7.956	-	-
(+) Dívidas PT	21.277	-	-
(+) Título RioForte	2.763	-	-
(+) Variação Cambial	-433	-	-
(+) Outros movimentos	104	90	0
Dívida Líquida Final	46.239	30.262	30.291

(1) Exclui as vendas de ativos

(2) Capex econômico do período

(3) Inclui diferença entre Capex econômico e desembolso de Capex

No 2T14, a dívida líquida da Oi aumentou de R\$ 30.291 milhões para R\$ 46.239 milhões. Este desempenho foi explicado por: (i) R\$ 7.956 milhões de impacto favorável do aumento de capital realizado em 5 de maio de 2014; (ii) a consolidação da dívida líquida da PT Portugal, incluindo a capitalização das *holdings*, no montante de R\$ 21,277 milhões; (iii) exclusão da exposição financeira ao papel comercial da Rio Forte Investments S.A. do cálculo da dívida líquida, no valor de R\$ 2.763 milhões; (iv) R\$ 433 milhões de impacto favorável referente à depreciação do Real frente ao Euro, e (v) a geração negativa do fluxo de caixa livre no valor de R\$ 297 milhões.

É importante destacar que, em linha com a estratégia da Companhia, a geração negativa do fluxo de caixa livre reduziu, passando de R\$ 1,3 bilhão no 2T13 para R\$ 297 milhões, tal como referido acima.

Tabela 11 - Cronograma de Amortização da Dívida Bruta

(R\$ milhões)	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Cronograma de Amortização da Dívida Bruta							
Amortização da Dívida em Reais	752	2.051	4.003	4.348	2.942	5.812	19.908
Amortização da Dívida em Euros	3.949	358	3.124	4.616	2.627	7.714	22.388
Amortização da Dívida em outras moedas + swap	811	966	777	526	462	6.391	9.931
Amortização da Dívida Bruta	5.512	3.374	7.904	9.490	6.031	19.916	52.228



Endividamento & Liquidez

Tabela 12 – Detalhamento da Dívida Bruta

R\$ Milhões

Distribuição da Dívida Bruta	2T14
Mercado de Cap. Inter.	29.226
Mercado de Cap. Nacional	7.636
ECAs e Bancos de Desenv. Inter.	5.323
Bancos de desenvolv. Nacionais	6.626
Bancos Comerciais	4.696
Hedge e Custo de Captação	-1.279
Dívida Bruta Total	52.228

A Companhia mantém linhas de crédito já contratadas e disponíveis para desembolso conforme abaixo:

- BNDES: R\$ 1,7 bilhão em linhas de crédito vinculadas aos investimentos durante o triênio 2012-2014
- Linhas de crédito rotativo com bancos comerciais:
 - R\$ 5,4 bilhões em US\$/Euro
 - R\$ 1,5 bilhão
- Papéis comerciais: R\$ 2,1 bilhões
- ECAs: R\$ 653 milhões em US\$



Endividamento & Liquidez

Venda de Ativos

Desde 2012, a Oi assinou contratos para a venda de alguns de seus ativos não estratégicos. O objetivo dessas operações é monetizar ativos que não são essenciais para as atividades operacionais da Companhia, com o propósito de trazer maior flexibilidade financeira para a Oi e gerar economias, uma vez que a Companhia vai contratar os respectivos serviços em condições financeiras mais favoráveis, além de criar valor para os acionistas.

Estas operações, entretanto, geram custos adicionais de aluguel para a Companhia, que naturalmente deixa de contar com eventuais receitas provenientes desses ativos. Por outro lado, economiza em investimentos e em custos de manutenção relativos a esses ativos. Portanto, após a conclusão de cada operação, os resultados da Companhia passam a ser afetados pelos impactos acima citados, líquidos de seus efeitos tributários. A Companhia estima um impacto de aproximadamente R\$ 650 milhões sobre o EBITDA de 2014 devido a essas transações (este valor não inclui a alienação das torres móveis em junho de 2014). Inclusive, os custos operacionais relacionados a estas vendas impactou o EBITDA do 2T14 em R\$ 149 milhões.

Vale destacar que o custo que essas operações representam para a Oi, entre 7% e 8% (incluindo custos, despesas, investimentos e efeitos tributários), é inferior ao seu custo médio de captação, o que demonstra o foco da Companhia em disciplina financeira e na melhoria do perfil de fluxo de caixa.

Segue abaixo tabela com maiores detalhes relativos às operações já anunciadas:

Números Pro-Forma	Torres Fixas	Imóveis ¹	Torres Fixas	GlobeNet	Torres Móveis	Torres Móveis ¹
Data da assinatura do contrato	abr/13	jul/13	jul/13	jul/13	dez/13	jun/14
Período de arrendamento (anos)	20 - 40	-	20 -40	13	15	15
Quantidade	4.226	1	2.113	-	2.007	1.641
Data de fechamento do negócio	ago/13	set/13	nov/13	dez/13	mar/14	-
Valor da operação (R\$ bilhões)	1,1	0,2	0,7	1,8	1,5	1,2
Impacto das alienações no EBITDA (R\$ bilhões)	n.m.	0,2	n.m.	1,5	1,3	1.0 ²

1 - Entrada no caixa ainda pendente

2 - Considerando o PL atual

A tabela acima reflete a visão atual da administração, e está sujeita a diversos riscos e incertezas, inclusive de natureza econômica, regulatória e de defesa da concorrência. Quaisquer alterações nestas premissas ou fatores poderão resultar em diferenças entre os resultados reais e as estimativas atuais.



Informações Complementares

Oi S.A. Consolidado

Demonstração do Resultado do Exercício - R\$ Milhões	2T14	2T13
Receita Operacional Líquida	8.349,2	7.073,1
Custos e Despesas Operacionais	-6.064,3	-5.278,7
Pessoal	-905,6	-609,2
Interconexão	-794,2	-1.060,3
Serviços de terceiros	-1.841,2	-1.530,8
Serviço de manutenção da rede	-467,8	-576,9
Custo de aparelhos e outros	-216,2	-137,3
Publicidade e propaganda	-218,3	-212,5
Aluguéis e seguros	-835,5	-506,0
Provisões para contingências	-210,5	-173,4
Provisão para devedores duvidosos	-190,8	-323,4
Outras despesas operacionais, líquidas	-462,6	-312,9
Outras Receitas Operacionais Não Recorrentes, líquidas	78,4	163,9
EBITDA	2.285,0	1.794,3
Margem %	27,4%	25,4%
Depreciações e Amortizações	-1.417,7	-1.087,8
EBIT	867,3	706,5
Despesas Financeiras	-1.640,2	-1.238,1
Receitas Financeiras	399,2	366,9
Lucro Antes dos Impostos e Particip.	-373,8	-164,7
Imposto de Renda e Contribuição Social	156,3	40,5
Lucro Líquido do exercício	-217,5	-124,2
Margem %	-2,6%	-1,8%
Lucro Líquido atribuído aos controladores	-220,9	-124,2
Lucro Líquido atribuído aos não controladores	3,4	0,0
Quantidade de Ações em Mil (ex-tesouraria)	8.427.661	1.640.028
Lucro atribuído aos controladores por ação (R\$)	-0,0262	-0,0757



Informações Complementares

Oi S.A. Consolidado

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/06/2014	30/06/2013	31/03/2014
TOTAL DO ATIVO	107.832	68.015	69.568
Ativo Circulante	25.375	17.257	17.053
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.531	2.442	3.635
Aplicações Financeiras	268	501	426
Instrumentos Financeiros Derivativos	123	524	252
Contas a Receber	9.681	7.023	7.499
Estoques	787	381	444
Tributos Correntes e a Recuperar	825	586	397
Outros Tributos	1.123	1.456	1.154
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.112	2.107	1.269
Ativos Não-Correntes a Venda	0	834	0
Outros Investimentos	2.704	0	0
Outros Ativos	3.219	1.404	1.976
Ativo Não Circulante	82.457	50.758	52.515
Realizável a Longo Prazo	26.742	22.494	23.568
.Tributos Diferidos e a Recuperar	8.114	8.944	8.379
.Outros Tributos	779	852	870
.Aplicações Financeiras	189	68	105
.Depósitos e Bloqueios Judiciais	11.809	10.008	11.328
.Instrumentos Financeiros Derivativos	1.343	1.322	1.537
.Ativo Financeiro Disponível para Venda	4.003	773	863
.Outros Ativos	506	528	487
Investimentos	299	175	172
Imobilizado	35.880	23.856	24.980
Intangível	19.536	4.232	3.795

Balanco Patrimonial - R\$ Milhões	30/06/2014	30/06/2013	31/03/2014
TOTAL DO PASSIVO	107.832	68.015	69.568
Passivo Circulante	21.448	16.910	15.409
Fornecedores	6.460	4.202	4.685
Empréstimos e Financiamentos	6.819	4.517	4.007
Instrumentos Financeiros	599	367	833
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	927	573	526
Provisões	1.297	1.521	1.153
Provisões para Fundo de Pensão	95	148	78
Tributos a Recolher e Diferidos	436	318	424
Outros Tributos	1.733	2.153	1.710
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	235	189	225
Autorizações e Concessões a Pagar	585	471	513
Outras Contas a Pagar	2.262	2.163	1.254
Passivo Não Circulante	60.319	40.461	42.280
Empréstimos e Financiamentos	46.127	30.403	31.284
Instrumento Financeiro	149	141	122
Tributos a Recolher e Diferidos	253	0	0
Outros Tributos	1.536	2.382	1.800
Provisões	4.537	4.561	4.466
Provisões para Fundo de Pensão	3.410	643	459
Autorizações e Concessões a Pagar	672	913	611
Outras Contas a Pagar	3.634	1.418	3.537
Patrimônio Líquido	26.066	10.645	11.879
Participação de Acionistas Controladores	24.646	10.645	11.879
Participação de Acionistas Não Controladores	1.420	0	0



Informações Complementares

Em tempo

As principais tabelas divulgadas no Press Release em formato Excel estarão disponíveis no website da Companhia (www.oi.com.br/ri), na seção “Informações Financeiras / Resultados Trimestrais”.

As definições de termos utilizados neste Relatório Trimestral também estão disponíveis no glossário do website da Companhia: http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=44320



Informações Complementares

Transferência de 1,641 Torres Móveis de Telecomunicações

Em 25 de junho de 2014, a Oi divulgou um Comunicado ao Mercado informando que suas controladas Telemar Norte Leste S.A. ("Telemar") e BRT Serviços de Internet S.A. ("BRTSI", e em conjunto com a Telemar, "Vendedoras") celebraram um contrato com SBA Torres Brasil, Limitada ("Compradora"), pelo qual se comprometeram a transferir ações representativas de 100% do capital social de sociedade por elas controlada, detentora de 1.641 torres de telecomunicações originárias das operações de telefonia móvel ("Transação"), em contrapartida ao recebimento do valor total de R\$ 1.172.493.238,00, na data de fechamento ("Fechamento"), previsto para ocorrer em dezembro de 2014.

A Transação reforça e melhora a flexibilidade financeira da Companhia, permitindo alongar os vencimentos da dívida, reduzir o custo associado ao financiamento e fortalecer a posição de liquidez da Oi. Adicionalmente, a Transação aporta como benefício a transferência para a Compradora da responsabilidade pelos custos e investimentos na operação, manutenção e ampliação das torres. Ao mesmo tempo, ela assegura a continuidade da prestação do serviço móvel pessoal (SMP), na medida em que também compreende a locação de espaço nestas torres por meio de contrato de longo prazo, bem como estabelece condições para a ampliação do espaço alugado.

A conclusão da Transação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes estabelecidas em contrato para o Fechamento.

Para mais informações, consulte o Fato Relevante:

http://www.mzweb.com.br/oi2012/web/conteudo_en.asp?idioma=1&tipo=43097&conta=44&id=194111

Aplicações Financeiras da Portugal Telecom

Fato Relevante 1 – 01/07/2014

Oi S.A. ("Oi" ou "Companhia", Bovespa: OIBR3, OIBR4; NYSE: OIBR e OIBR.C), conforme o disposto no art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e na Instrução CVM nº 358/02, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, que teve conhecimento de comunicado (<http://www.telecom.pt/InternetResource/PTSite/PT/Canais/Investidores/Pressrel/Noticias/2014/COM30JUN2014.htm>) divulgado pela Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom"), relativamente à aplicação de recursos da Portugal Telecom em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. ("Rio Forte"), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo ("GES"), além de matérias jornalísticas divulgadas sobre o assunto.

Segundo o citado comunicado:

"A PT subscreveu, através das então subsidiárias PT International Finance BV e PT Portugal SGPS SA, um total de 897 milhões de euros em papel comercial da Rioforte com uma remuneração média anual de 3,6%. Todas as aplicações de tesouraria em papel comercial da Rioforte atualmente em carteira têm vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de euros, respectivamente). As operações de tesouraria são realizadas num contexto de análise de várias opções de investimento de curto prazo disponíveis no mercado, tendo como referência a atratividade da remuneração oferecida, e têm acompanhamento e são sufragadas pela Comissão Executiva. (...)



Informações Complementares

A esta data o montante total de aplicações em papel comercial do GES ascende a 897 milhões de euros, relativo ao investimento em papel comercial da Rioforte. Desde 28 de abril de 2014 não foram realizadas quaisquer aplicações e / ou renovações deste tipo de investimentos. Adicionalmente, nesta data a PT International Finance BV e a PT Portugal SGPS SA mantêm depósitos bancários junto do BES num total de 22 milhões de euros e a Portugal Telecom, SGPS, S.A. depósitos bancários de 106 milhões de euros. Os valores acima representam a totalidade da exposição ao GES/BES.”

A Oi não foi informada, nem participou das decisões que levaram à realização das aplicações de recursos em questão, que foram realizadas anteriormente à subscrição e integralização do capital da Oi pela Portugal Telecom.

A Oi já solicitou esclarecimentos adicionais à Portugal Telecom, analisará as informações recebidas e tomará as medidas necessárias à defesa de seus interesses, mantendo os seus acionistas e o mercado informados sobre as evoluções acerca do assunto.

Fato Relevante 2 – 15/07/2014

Memorando de Entendimentos firmado com Portugal Telecom em relação às Aplicações Financeiras em dívidas de emissão da Rio Forte Investments S.A.

Oi S.A. (“Oi”, Bovespa: OIBR3, OIBR4; NYSE: OIBR e OIBR.C), em atendimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76, nos termos da Instrução CVM nº 358/02, vem informar aos seus acionistas e ao mercado em geral o que segue:

Títulos da Rio Forte

Nesta data, ocorreu o vencimento do montante de 847 milhões de Euros de dívidas de emissão da Rio Forte Investments S.A. (“Rio Forte”), objeto de aplicações financeiras realizadas pela Portugal Telecom SGPS, S.A. (“PT SGPS”) que foram contribuídas no aumento de capital da Oi no dia 5 de maio e são hoje detidas pelas subsidiárias da Oi, PT Portugal SGPS, S.A. e Portugal Telecom International Finance B.V. (também referidas como “Subsidiárias Oi”), sem que a Rio Forte tenha liquidado suas obrigações. As condições de emissão da dívida, todavia, estabelecem um período de cura de 7 dias úteis para que a Rio Forte efetue tal pagamento.

No próximo dia 17/7/2014, também ocorrerá o vencimento de uma parcela adicional de 50 milhões de Euros de dívidas da Rio Forte, também sujeitas ao mesmo período de cura.

Celebração de MOU com PT SGPS

Nesta data, a Oi celebrou com a PT SGPS um Memorando de Entendimentos (“MOU”) tendo por objeto principal fixar as bases de um acordo entre elas com relação às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte (“Títulos”).

Principais termos do MOU

A PT SGPS e as Subsidiárias da Oi realizarão permuta pela qual a PT SGPS entregará à Oi 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (“Ações Permutadas”), totalizando 16,6% do capital votante e 16,6% do



Informações Complementares

capital total da Oi, e a Oi, em contrapartida, entregará os Títulos à PT SGPS, a 100% do seu valor de face, sem torna (“Permuta”). A quantidade de ações que será entregue pela PT SGPS à Oi, e ficará custodiada em Tesouraria, foi acordada de forma a ser equivalente ao valor de face dos Títulos. A efetivação da Permuta e a celebração de Contrato Definitivos estão condicionadas à celebração dos documentos definitivos que a regularão, além da aprovação pela assembleia geral de acionistas da PT SGPS, da aprovação em Reunião Prévia da Telemar Participações S.A. (“CorpCo”) e Conselho de Administração da Oi. Por se tratar de uma operação com ações em tesouraria da Oi, a implementação da Permuta depende de aprovação da Comissão de Valores Mobiliários para sua realização.

A Oi (e/ou as Subsidiárias Oi) outorgará à PT SGPS uma opção de compra, pessoal e intransferível (“Opção”) sobre ações de emissão da Oi em mesmo número e tipo que as Ações Permutadas (ou, após a incorporação de ações da Oi, das respectivas ações da CorpCo emitidas em substituição às Ações Permutadas), devendo tal número ser ajustado para refletir eventuais modificações decorrentes de grupamento e desdobramento de ações (“Ações Objeto da Opção”).

A Opção poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da PT SGPS de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
A partir do 1º aniversário da Data de Fechamento	10%
A partir do 2º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 3º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 4º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 5º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 6º aniversário da Data de Fechamento	18%



Informações Complementares

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Oi (e, conforme o caso, R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da CorpCo), corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% ao ano, calculada *pro rata temporis*, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de cada exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro.

Os termos e condições da Permuta e da Opção serão estabelecidos em contratos definitivos que serão acordados no prazo de até 20 (vinte) dias contados da presente data (“Contratos Definitivos”).

Outros termos, aprovações societárias e operação de combinação de negócios da Oi e da Portugal Telecom

Em decorrência das transações previstas nos Contratos Definitivos, os contratos firmados em 19 de fevereiro de 2014 e que regulam a operação de combinação dos negócios e das bases acionárias da Oi e da PT SGPS (“Operação”) serão aditados para prever, entre outros temas: (i) a extensão dos prazos para a realização da Operação; (ii) o ajuste necessário na estrutura de incorporação da PT SGPS pela CorpCo (conforme divulgada ao mercado anteriormente), de modo que os acionistas da PT SGPS possam ter a oportunidade de receber, o quanto antes possível, ações de emissão da CorpCo, de acordo com estrutura legalmente permitida que venha a ser definida pelas Partes de comum acordo; e (iii) a limitação dos direitos políticos da PT SGPS, no Estatuto Social da CorpCo, ao máximo de 7,5% (sete e meio por cento). Referidos ajustes estarão previstos nos Contratos Definitivos.

O MOU permanecerá em vigor até a data que ocorrer primeiro entre (i) a data de assinatura dos Contratos Definitivos e (ii) 08 de setembro de 2014.

Outras informações

A Oi ressalta que a celebração do MOU possibilitará que Operação, conforme anunciada em outubro de 2013 e em fevereiro de 2014, continue sendo implementada, com intuito de migrar a CorpCo para o segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, com os melhores padrões de governança corporativa, aumento de liquidez, com controle disperso no mercado e aceleração da sinergias criadas pela transação.

Com a transferência dos Títulos para a PT SGPS, esta passará a ser a única responsável pela negociação com a Rio Forte e pelas decisões relacionadas aos Títulos. A Oi, como controladora da PT Portugal, prestará todo o suporte documental à PT SGPS para a tomada das medidas necessárias à cobrança dos créditos representados pelos Títulos.

A Oi manterá os seus acionistas e o mercado informados sobre quaisquer eventos subsequentes relevantes relacionados aos temas descritos neste Fato Relevante.

Fato Relevante 3 – 28/07/2014

**Termos da Permuta de Créditos por ações da Oi/CorpCo
e da Opção de Compra de Ações em Tesouraria
a serem submetidos aos órgãos sociais das Companhias**

Prosseguimento das Etapas Finais da Operação de Reorganização Societária



Informações Complementares

Oi S.A. (“Oi”, Bovespa: OIBR3, OIBR4; NYSE: OIBR e OIBR.C) e **Telemar Participações S.A.**, (“TmarPart” ou “CorpCo”) conforme o disposto no art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e na Instrução CVM nº 358/02, vêm, em complemento ao Fato Relevante datado de 15 de julho de 2014, informar aos seus acionistas e ao mercado em geral o que segue sobre os termos dos acordos que poderão ser celebrados entre Oi, a TmarPart e a Portugal Telecom SGPS S.A. (“PT SGPS”) com relação às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte Investments, S.A. (“Títulos” e “Rio Forte”, respectivamente).

Nesta data, foram definidos entre Oi e PT SGPS os termos que constarão dos contratos definitivos e que serão submetidos à aprovação do Conselho de Administração da Oi e à assembleia de acionistas da PT SGPS e que, uma vez obtida a referida aprovação, serão celebrados entre, de um lado, a PT SGPS e, de outro lado, as sociedades que se tornaram subsidiárias da Oi em resultado da contribuição de ativos da PT SGPS em 5 de maio de 2014, a saber, PT International Finance B.V. (“PT Finance”) e PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal” e, em conjunto com PT Finance, as “Subsidiárias Oi”) e, ainda, a Oi e a TmarPart, e têm por objetivo fixar os termos e condições pelos quais poderão vir a ser efetivadas as operações acordadas pela Oi e pela PT SGPS com relação às aplicações financeiras realizadas nos Títulos (“Contratos Definitivos”).

Os Contratos Definitivos preveem (i) a realização de uma permuta na qual as Subsidiárias Oi entregarão à PT SGPS os Títulos, e a PT SGPS em troca entregará às Subsidiárias Oi ações ordinárias e preferenciais de emissão da Oi (ou da CorpCo, na hipótese da permuta ser efetivada após a incorporação de ações da Oi pela CorpCo (“Incorporação de Ações”)); e (ii) a outorga pelas Subsidiárias Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Oi em favor da PT SGPS.

Principais termos do Contrato de Permuta e Outras Avenças (“Contrato de Permuta”)

As Subsidiárias Oi e a PT SGPS realizarão uma permuta pela qual a PT SGPS entregará às Subsidiárias Oi ações livres de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, entregará os Títulos à PT SGPS, no valor total principal de €897 milhões, sem torna (“Permuta”).

Por se tratar de uma operação com ações em tesouraria da Oi, a implementação da Permuta depende da autorização da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para (a) o recebimento das Ações Permutadas pelas Subsidiárias Oi; (b) a manutenção de ações de emissão da Oi (e, após a Incorporação de Ações, da CorpCo) em tesouraria, em volume equivalente ao número máximo de Ações Permutadas; e (c) a outorga da opção de compra pelas Subsidiárias Oi em favor da PT SGPS, em volume equivalente ao número máximo de Ações Permutadas.

A conclusão da Permuta, com a transferência das Ações Permutadas às Subsidiárias Oi e dos Títulos à PT SGPS, deverá ser realizada no prazo de até 3 dias úteis, contados a partir da aprovação da CVM. Em caso de não aprovação até 31 de março de 2015, nenhuma das companhias terá obrigação de consumir a Permuta, nos termos previstos nos Contratos Definitivos.

Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)

Nos termos do Contrato de Opção, as Subsidiárias Oi outorgarão à PT SGPS uma opção (“Opção”) para aquisição das 474.348.720 ações ordinárias e 948.697.440 ações preferenciais de emissão da Oi (ou do número correspondente de Ações da CorpCo, após a Incorporação de Ações (“Ações Objeto da Opção”).



Informações Complementares

A Opção poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 anos, observado que o direito da PT SGPS de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
A partir do 1º aniversário da Data de Fechamento	10%
A partir do 2º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 3º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 4º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 5º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 6º aniversário da Data de Fechamento	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Oi (e, conforme o caso, R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da CorpCo), corrigido pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% ao ano, calculada *pro rata temporis*, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

A Oi ou a CorpCo não estão obrigadas a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PT Portugal, a PT Finance e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à PT SGPS, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Sempre que exercida a Opção, a PT SGPS empreenderá seus melhores esforços para cumprir o objetivo de integração das bases acionárias da PT SGPS e da CorpCo, no menor prazo possível.

Enquanto vigorar a Opção, a PT SGPS não poderá comprar ações de emissão da Oi ou da CorpCo, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A PT SGPS não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a PT SGPS emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi ou da CorpCo deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da PT SGPS para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao



Informações Complementares

capital social da PT SGPS; (ii) a PT SGPS passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a PT SGPS viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

A Opção somente terá eficácia e passará a produzir efeitos após a efetivação da Permuta, sendo automaticamente rescindida caso a Permuta não seja efetivada até o dia 31 de março de 2015.

Outras informações relativas à Operação, aprovações societárias e operação de combinação de negócios da Oi e da Portugal Telecom

Os termos e condições do Contrato de Permuta e do Contrato de Opção foram acordados entre a Diretoria da Oi e o Conselho de Administração da PT SGPS e aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração da PT SGPS. A celebração dos Contratos Definitivos e a efetivação da Permuta e da Opção acima descritas estão sujeitas à implementação de condições, incluindo, entre outras aprovações societárias, a aprovação pelo Conselho de Administração da Oi e pela assembleia de acionistas da PT SGPS.

Serão submetidas, ainda, à reunião prévia dos acionistas da TmarPart e ao Conselho de Administração da TmarPart e da PT SGPS: (i) a alteração do estatuto social da CorpCo para incluir limitação ao máximo de 7,5% dos direitos políticos (I) da PT SGPS, e (II) de qualquer acionista que, em razão da distribuição de ações de emissão da CorpCo pela PT SGPS aos seus acionistas, resulte com uma participação superior a 15% (quinze por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital social da CorpCo, excluídas as ações de emissão da CorpCo anteriormente detidas ou que venham a ser adquiridas por outro meio; (ii) a alteração de prazos e outras disposições dos aditivos aos acordos de acionistas, do compromisso provisório de voto e dos termos de resilição aos acordos de acionistas todos firmados em 19 de fevereiro de 2014.

Além da limitação de voto descrita acima, não haverá no estatuto social da CorpCo qualquer outra limitação ao direito de voto dos acionistas em razão de sua participação no capital social da CorpCo.

Será definida uma nova estrutura de integração das bases acionárias da PT SGPS e da CorpCo, passando o primeiro Conselho de Administração da CorpCo a ser eleito em preparação para a sua adesão ao Novo Mercado a ser assim composto: Antônio Gomes Mota, Fernando Magalhães Portella, Fernando Marques dos Santos, Paulo José Lopes Varela, José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, Rafael Luís Mora Funes, Renato Torres de Faria, Rui Horta e Costa, Sérgio Franklin Quintella, Thomas C. Azevedo Reichenheim e Vitor da Conceição Gonçalves.

Outras informações

A Oi reitera que os Contratos Definitivos, quando celebrados, possibilitarão que a operação de combinação dos negócios e das bases acionárias da Oi e da PT SGPS continue sendo implementada, com intuito de migrar a CorpCo para o segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, com os melhores padrões de governança corporativa, aumento de liquidez, com controle disperso no mercado e aceleração da sinergias criadas pela transação.

A Oi manterá os seus acionistas e o mercado informados sobre quaisquer eventos subsequentes relevantes relacionados aos temas descritos neste Fato Relevante.



Informações Complementares

Renúncia de Gerente de Subsidiárias

Em 11 de julho de 2014, a Oi publicou um Comunicado ao Mercado anunciando a renúncia de Luís Pacheco de Melo dos cargos de Presidente do Conselho de Administração da PT Portugal SGPS, S.A. e gerente de determinadas controladas da PT Portugal SGPS, AS.

Para mais informações, consulte o Comunicado ao Mercado:

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_en.asp?idioma=1&tipo=43097&conta=44&id=195451

Fitch revisa rating de risco da Oi

Em 17 de junho de 2014, a Oi publicou um Comunicado ao Mercado informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Standard & Poor's anunciou a revisão rating de crédito atribuído à Companhia, rebaixando o rating de longo prazo na escala global de BBB- para BB+ e na escala nacional de AA+ para AA, com perspectiva estável.

Para mais informações, consulte o Comunicado ao Mercado:

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_en.asp?idioma=1&tipo=43097&conta=44&id=197473

Standard & Poor's revisa rating de risco da Oi

Em 18 de junho de 2014, a Oi publicou um Comunicado ao Mercado informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Standard & Poor's anunciou a revisão rating de crédito atribuído à Companhia, rebaixando o rating de longo prazo na escala global de BBB- para BB+ e na escala nacional de brAAA para brAA+, com perspectiva estável.

Para mais informações, consulte o Comunicado ao Mercado:

http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_en.asp?idioma=1&tipo=43097&conta=44&id=197522



Informações Complementares

INSTRUÇÃO CVM Nº 358, ART. 12: Os acionistas controladores, diretos ou indiretos e os acionistas que elegerem os membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer outra pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando os mesmos interesses, que detiverem participação direta ou indireta equivalente a 5% (cinco por cento) ou mais de qualquer espécie ou classe de ações representativas do capital de uma companhia aberta deverão comunicar esse fato à CVM e à Companhia, de acordo com os termos do Artigo acima referido.

A Oi recomenda aos seus acionistas o cumprimento dos termos do Artigo 12 da Instrução CVM nº 358, porém não assume nenhuma responsabilidade pela divulgação ou pela aquisição ou alienação por parte de terceiros de participação equivalente a 5% ou mais de qualquer espécie ou classe de ações ou de direitos sobre essas ações e outros valores mobiliários de sua emissão

	Capital	Treasury	TmarPart	TmarPart Shareholders ⁽²⁾	PT SGPS	Free-Float
Common	2,861,553,199	84,250,695	290,549,788	202,225,872	1,045,803,934	1,238,722,910
Preferred	5,723,166,916	72,808,076	18,289,917	677,287,619	1,720,252,731	3,234,528,573
Total	8,584,720,115	157,058,771	308,839,705	879,513,491	2,766,056,665	4,473,251,483

Obs: (1) Posição acionária em 30 de junho de 2014

(2) AG Telecom, Andrade Gutierrez, BNDES, Bratel, Funcef, La Fonte Telecom, LF TEL, Petros e Previ.



Detalhes da Audioconferência

Português

Data: Quarta-feira, 6 de agosto de 2014
09h00 (Brasília) / 08h00 (NY) / 13h00 (Portugal / UK)

Acesso: Fone: +55 (11) 3127-4971
+55 (11) 3728-5971
Senha: Oi
Replay: +55 (11) 3127-4999
Disponível até o dia 12/08/2014
Senha: 40338384

Webcast: [Clique aqui](#)

Inglês

Data: Quarta-feira, 6 de agosto de 2014
11h00 (Brasília) / 10h00 (NY) / 15h00 (Portugal / UK)

Acesso: Fone: 1-877-317-6776 (EUA)
1-412-317-6776 (outros países)
Senha: Oi
Replay: 1-877-344-7529 (EUA)
1-412-317-0088 (outros países)
Disponível até o dia 13/08/2014
Senha: 10050160

Webcast: [Clique aqui](#)



Disclaimer

Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Oi S.A. e suas controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2014 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS.)

Após o aumento de capital concluído em 5 de maio de 2014, a PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal") tornou-se uma subsidiária integral da Oi S.A. Os resultados aqui apresentados representam as informações financeiras consolidadas da Oi S.A. para o período findo em 30 de junho de 2014, que inclui dois meses da PT Portugal. No entanto, a fim de proporcionar uma compreensão mais clara do desempenho da Companhia, preparamos informações consolidadas pro-forma de indicadores operacionais, receitas, custos e despesas (EBITDA), depreciação/amortização e investimentos, como se esta consolidação tivesse ocorrido em 1º de março de 2013.

Em função da sazonalidade do setor de serviços de telecomunicações em seus resultados trimestrais, a Companhia irá focar a comparação dos seus resultados financeiros com o mesmo período do ano anterior.

Este relatório contém projeções e/ou estimativas de eventos futuros. As projeções aqui disponíveis foram preparadas de maneira criteriosa, considerando a atual conjuntura baseadas em trabalhos em andamento e suas respectivas estimativas. O uso dos termos "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera", entre outros, pretende sinalizar possíveis tendências e declarações prospectivas que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, sendo que os resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. Estas declarações baseiam-se em diversos pressupostos e fatores, inclusive as condições econômicas, de mercado e do setor, além de fatores operacionais. Quaisquer alterações nesses pressupostos e fatores podem levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve confiar plenamente nessas declarações prospectivas. Declarações prospectivas se aplicam somente à data em que foram preparadas, não se obrigando a Companhia a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros. A Oi não se responsabiliza por operações que sejam realizadas ou por decisões de investimentos que sejam feitos com base nessas projeções e estimativas. As informações financeiras contidas neste documento não foram auditadas, e, portanto, podem diferir dos resultados finais.

Oi – Relações com Investidores

Marcelo Ferreira	55 (21) 3131-1314	marcelo.asferreira@oi.net.br
Cristiano Grangeiro	55 (21) 3131-1629	cristiano.grangeiro@oi.net.br
Patricia Frajhof	55 (21) 3131-1315	patricia.frajhof@oi.net.br
Rodrigo Faria	55 (21) 3131-1316	rodrigo.faria@oi.net.br

Oi S.A. e sociedades controladas

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da controlada integral Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada TMAR junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão prevêem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Em maio de 2014, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Portugal Telecom”), foi aprovado o aumento de capital da Companhia mediante integralização pela Portugal Telecom da totalidade das ações da PT Portugal SGPS, S.A. (“PT Portugal”).

Tendo em vista a transferência das ações da PT Portugal à Companhia após a conclusão do aumento de capital, em maio de 2014, a gestão das atividades, negócios, ativos e passivos da PT Portugal e de suas controladas continua em fase de transição para a Companhia, visando à unificação das tesourarias dessas sociedades com a da Companhia.

A PT Portugal e suas controladas operam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimídia, em Portugal e em outros países da África e da Ásia.

Em Portugal, a prestação do serviço de telefone fixo é efetuada pela PT Comunicações, S.A. (“PT Comunicações”), inicialmente, no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações celebrado em 20 de março de 1995, por um período inicial de 30 anos, sujeito a

Notas Explicativas

renovações subsequentes por períodos de 15 anos. Este contrato foi modificado desde então e revogado pelo Decreto Lei nº 35/2014 de 7 de março, o qual entrou em vigor em 1 de junho de 2014. Em virtude desta revogação em 9 de maio de 2014, o ICP-ANACOM emitiu à PT Comunicações a concessão para prestação do serviço de telefonia fixa (Declaração ICP-ANACOM Nº 03/2014). A PT Comunicações presta igualmente serviços de televisão por assinatura, através das plataformas de IPTV, FTTH e DTH, serviços de internet a clientes residenciais e a pequenas e médias empresas e serviços de transmissão de dados e de internet a grandes clientes.

Os serviços de telefonia móvel são prestados pela Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. ("Meo, S.A."), através do sistema global de comunicações móveis ("GSM"), cuja licença foi concedida pelo Estado Português em 1992 por um período inicial de 15 anos e renovada em 2007 até 16 de março de 2022, e do sistema de telecomunicações móveis universais ("UMTS"), cuja licença foi obtida em 19 de dezembro de 2000 por um período inicial de 15 anos, renovável por um período adicional de 15 anos. Em dezembro de 2011, a MEO, S.A. adquiriu a licença móvel de quarta geração ("licença 4G"), através da qual presta serviços desde 2012 usando a tecnologia "Long Term Evolution" ("LTE"), a qual representa uma evolução da tecnologia GSM, que permite níveis mais elevados de velocidade de banda larga. Esta licença foi concedida por um período inicial de 15 anos, renovável por um período adicional de 15 anos.

Na África, o Grupo presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações de forma indireta através da Africatel Holding BV ("Africatel"). O Grupo presta serviços na Namíbia, em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias "Mobile Telecommunications Limited" ("MTC"), LTM – Listas Telefónicas de Moçambique ("LTM"), Cabo Verde Telecom e CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL ("CST"). Adicionalmente, o Grupo tem uma participação direta de 25% na Unitel, a qual presta serviços de telecomunicações em Angola. Este investimento está classificado no balanço consolidado como um ativo financeiro disponível para venda.

Na Ásia, o Grupo presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom.

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 5 de agosto de 2014, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do dia 5 de agosto de 2014.

União das atividades da Oi S.A. e Portugal Telecom

No dia 2 de outubro de 2013, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a Oi, a Portugal Telecom, a AG Telecom Participações S.A. ("AG"), a LF Tel. S.A. ("LF"), a PASA Participações S.A. ("PASA"), a EDSP75 Participações S.A. ("EDSP75"), a Bratel Brasil S.A. ("Bratel Brasil"), a Avistar, SGPS, S.A. ("BES") e a Nivalis Holding B.V. ("OnGoing") celebraram memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regularão as negociações para uma potencial operação envolvendo a Portugal Telecom, a Oi e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia ("CorpCo"), no sentido de consolidar a aliança industrial entre Oi e Portugal Telecom.

A CorpCo, que será a Telemar Participações S.A. ("TelPart"), reúne os acionistas da Oi, da Portugal Telecom e os atuais acionistas da TelPart, e combina as atividades e negócios desenvolvidos pela Oi no Brasil e pela Portugal Telecom em Portugal, na África e na Ásia. A combinação dos negócios da Portugal Telecom e da Oi resultou na criação de um operador de telecomunicações multinacional, cobrindo uma população de cerca de 260 milhões de pessoas e mais de 100 milhões de clientes. A

Notas Explicativas

transação consolida a posição das duas empresas como o operador líder nos mercados brasileiro e português. A combinação dos dois grupos pretende alcançar significativas economias de escala, maximizar sinergias operacionais e criar valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

Em 19 de fevereiro de 2014, no seguimento do memorando celebrado em 2 de outubro de 2013, a Companhia e a Portugal Telecom celebraram os instrumentos contratuais definitivos relacionados com a combinação dos negócios de ambas. Nestes acordos definitivos, os diversos passos previstos para a operação encontram-se condicionados entre si, sendo os principais:

(a) Aumento de capital da Oi, homologado no Conselho da Administração de 30 de abril de 2014 e de 5 de maio de 2014;

(b) Capitalização da AG, LF e TelPart com os recursos necessários ao pagamento do seu endividamento, o que também ocorreu em maio de 2014;

(c) Reorganização Societária envolvendo as sociedades PASA, AG, EDSP75, LF, Bratel Brasil e TelPart, visando simplificar sua estrutura societária. Após este passo, a TelPart irá deter apenas ações da Oi, diretamente ou através da Valverde Participações S.A., e não terá qualquer dívida, ou terá caixa ou equivalente de caixa para pagar as suas dívidas;

(d) Listagem das ações da TelPart no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e extinção dos acordos de acionistas da AG, LF e TelPart;

(e) Incorporação das ações da Oi na TelPart, tornando-se a Oi uma subsidiária integral da TelPart. Cada ação ordinária da Oi será trocada por uma ação da CorpCo e cada ação preferencial da Oi será trocada por 0,9211 ações da CorpCo. As relações de troca propostas foram determinadas com base no parâmetro de cotações de mercado das ações ordinárias e preferenciais da Oi no período de 30 dias anteriores à divulgação do Fato Relevante que anunciou a operação e na participação, direta ou indireta, que as sociedades envolvidas na operação detêm na Oi, observada a premissa de que tais sociedades não terão passivos ou ativos, ou terão caixa ou equivalentes de caixa em montante suficiente para quitar integralmente seus endividamentos;

(f) Incorporação da Portugal Telecom pela TelPart. No momento da sua incorporação na TelPart, além das ações da TelPart de sua titularidade, a Portugal Telecom não terá qualquer outro ativo nem terá qualquer passivo relevante, ou terá caixa ou equivalentes de caixa para quitar integralmente seu endividamento;

(g) Como resultado dos passos acima mencionados, os acionistas da Portugal Telecom receberão um número de ações da TelPart equivalente ao número de ações da TelPart detidas pela Portugal Telecom, imediatamente antes da incorporação referida no item anterior.

No entanto, conforme descrito em maior detalhe na Nota 27 de Eventos subsequentes, os últimos passos da operação sofrerão alterações devido a não liquidação por parte da Rio Forte Investments S.A. dos investimentos realizados pela PT International Finance BV e pela PT Portugal SGPS S.A. em papel comercial emitido por essa sociedade.

Após a conclusão da operação, as ações da TelPart estarão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como na NYSE Euronext Lisbon e na NYSE.

Notas Explicativas

A TelPart irá concentrar-se na excelência operacional. Um plano de ação claro foi preparado com vistas à integração de áreas com potencial de melhoria de eficiência, incluindo a identificação de equipes para capturar sinergias e dar respostas aos atuais desafios operacionais.

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade") aprovou a operação relativa à união das atividades e negócios da Oi e da Portugal Telecom, sendo que, em 29 de janeiro de 2014, encerrou-se o prazo para eventual interposição de recursos por parte de terceiros ou avocação do caso pelo Tribunal do Cade, sem qualquer manifestação contrária à decisão. Por esse motivo, a decisão do Cade, publicada no dia 14 de janeiro de 2014, restou plenamente confirmada.

Aumento de capital da Companhia mediante integralização pela Portugal Telecom da totalidade das ações da PT Portugal

Em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Portugal Telecom, foi deliberado em Reunião da Administração realizada no dia 30 de abril de 2014, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 13.217.865 mediante a emissão para subscrição pública de 2.142.279.524 ações ordinárias, incluindo 396.589.982 ações ordinárias na forma de "*American Depositary Shares*" ("ADSs") e 4.284.559.049 ações preferenciais, incluindo 828.881.795 ações preferenciais na forma de ADSs. Em 5 de maio de 2014, o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de Agente Estabilizador da Oferta Pública, exerceu parcialmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a opção de distribuição de 120.265.046 ações ordinárias e 240.530.092 ações preferenciais de emissão da Oi ("Ações Suplementares"), no montante de R\$ 742.035. Dessa forma, na referida data, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 21.431.109.

As ações foram emitidas pelo preço de R\$ 2,17 por ação ordinária e R\$ 2,00 por ação preferencial. As ações ordinárias na forma de ADSs ("ADSs ON", cada qual representando uma ação ordinária) foram emitidas ao preço de US\$ 0,970 por ADS ON, e as ações preferenciais na forma de ADSs ("ADSs PN", cada qual representando uma ação preferencial) foram emitidas ao preço de US\$ 0,894 por ADS PN.

Por fim, as ações emitidas foram integralizadas (i) pela Portugal Telecom em bens, por meio da contribuição à Companhia da totalidade das ações da PT Portugal SGPS, S.A. que detêm a totalidade dos (i.a) ativos operacionais da Portugal Telecom, exceto as participações direta ou indiretamente detidas na Companhia e na Contax Participações S.A. e (i.b) passivos da Portugal Telecom na data da contribuição, conforme considerados no Laudo de Avaliação elaborado pelo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Ativos PT"), aprovado em assembleia geral de acionistas da Companhia realizada em 27 de março de 2014; e (ii) à vista, em dinheiro, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. Dessa forma, o aumento de capital da Companhia totalizou R\$ 13,96 bilhões, incluindo os ativos da Portugal Telecom que foram avaliados em R\$ 5,7 bilhões.

Como já destacado, tendo em vista que a transferência das ações da PT Portugal à Companhia ocorreu somente após a conclusão do aumento de capital, em maio de 2014, a gestão das atividades, negócios, ativos e passivos da PT Portugal e de suas controladas continua em fase de transição para a Companhia, visando à unificação das tesourarias dessas sociedades com a da Companhia.

Notas Explicativas

Aquisição dos ativos e passivos da PT Portugal

A aquisição dos ativos e passivos da PT Portugal foi registrada utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelo CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R), considerando o valor justo dos ativos e passivos identificáveis. Os ativos líquidos adquiridos na data da transação eram como segue:

Em milhões de reais			
	Valor contábil	Ajustes a valor de mercado (i)	Valor justo em 5 de maio de 2014
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.088		1.088
Aplicações financeiras	107		107
Contas a receber	2.371		2.371
Estoques	285		285
Tributos correntes a recuperar	266		266
Despesas antecipadas	214		214
Ativo financeiro disponível para venda (ii)	4.089		4.089
Intangível	2.175	3.318	5.493
Imobilizado	10.432	608	11.040
Tributos diferidos a recuperar	603	(1.059)	(456)
Ativos relacionados a planos de pensão	6		6
Demais ativos (iii)	4.784		4.784
Total dos ativos adquiridos	26.420	2.867	29.287
Passivos			
Empréstimos e financiamentos - Circulante	6.209		6.209
Empréstimos e financiamentos - Não circulante	19.026		19.026
Fornecedores	1.795		1.795
Tributos correntes a recolher	229		229
Provisões	142		142
Provisões para planos de pensão	2.688		2.688
Tributos diferidos a recolher	258		258
Demais obrigações	1.756		1.756
Total dos passivos assumidos	32.103		32.103
Total dos ativos adquiridos e passivos assumidos	(5.683)	2.867	(2.816)

- (i) A natureza dos ajustes a valor de mercado encontra-se discriminada em detalhe mais abaixo.
- (ii) Corresponde ao valor justo do investimento na Unitel, o qual foi valorizado ao valor justo apurado pelo Banco Santander na avaliação dos ativos operacionais da Portugal Telecom que serviu de base para a valorização do aumento de capital.
- (iii) Esta rubrica inclui R\$ 2.763 milhões (897 milhões euros) correspondentes aos investimentos efetuados pela PT Portugal e pela sua subsidiária PT Finance em papel comercial emitido pela sociedade Rio Forte Investments, S.A., entidade do Grupo Espírito Santo, o qual não foi liquidado em julho nas respectivas datas de vencimento, conforme descrito em maior detalhe na Nota 27 de Eventos subsequentes.

Notas Explicativas

A natureza dos ajustes a valor de mercado efetuados no âmbito do processo de alocação do valor justo dos ativos e passivos identificáveis são como segue:

Em milhões de reais			
	Valor contábil	Ajustes a valor de mercado	Valor justo
Lista de clientes do segmento residencial (i)		778	778
Lista de clientes do segmento mobilidade pessoal (i)		1.736	1.736
Lista de clientes do segmento corporativo (i)		701	701
Licenças móveis das operações em Portugal (ii)	1.037	103	1.140
Ajustes a valor de mercado nos ativos intangíveis	1.037	3.318	4.355
Imobilizado das operações em Portugal (iii)		608	
Ajustes a valor de mercado antes dos efeitos tributários		3.926	
Efeitos tributários		(1.059)	
Total dos ajustes a valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários		2.867	

- (i) O justo valor das listas de clientes foi determinado através da Abordagem de Renda e, mais concretamente, através do Método dos Lucros Excedentes. De acordo com a Abordagem de Renda, o justo valor é determinado com base em fluxos de caixa (descontados) que o ativo deverá gerar durante a sua vida útil residual. O Método dos Lucros Excedentes é uma variação da Abordagem de Renda que considera o uso de outros ativos na geração de fluxos de caixa projetados de um ativo específico a fim de se isolar o benefício econômico gerado pelo ativo-objeto intangível. A contribuição desses ativos é estimada através do custo de capital dos diversos ativos contributivos. No cálculo do justo valor dos relacionados com clientes, além dos fluxos de caixa futuros, foram também consideradas estimativas de ARPU e taxas de desligamento de clientes. Estes ativos intangíveis serão amortizados durante o período estimado de retenção dos clientes, o qual varia entre 7 e 13 anos dependendo do segmento de cliente em causa.
- (ii) O justo valor das licenças das operações móveis em Portugal foi determinado com base na Abordagem de Mercado, tendo-se recorrido para o efeito à análise de vários leilões de espectro móvel comparáveis com os leilões a que a Portugal Telecom concorreu em termos de (a) largura de banda, (b) localização geográfica (Europa Ocidental) e (c) data de valorização. O justo valor foi calculado como o preço médio por MHz dos leilões selecionados. Estas licenças encontram-se amortizadas até ao termo das mesmas.
- (iii) O justo valor do imobilizado foi determinado com base numa Abordagem de Custos, tendo-se aplicado o Método do Custo de Reprodução. O Custo Novo de Reprodução/Reposição foi estimado recorrendo a índices de custo, por ano, os quais foram aplicados aos custos históricos dos bens do imobilizado. Posteriormente, foi estimada a deterioração, obsolescência e outras formas de amortização que afetam os ativos, tendo-se para o efeito considerado estimativas da vida útil e valor residual das várias classes de ativos.

Abaixo apresentamos o valor total de aquisição, assim como a determinação do ágio na aquisição dos ativos e passivos da PT Portugal:

Em milhões de reais	
Instrumentos de capital	5.710
Valor justo da participação detida anteriormente pela Companhia na Portugal Telecom	571
Participação dos acionistas não controladores	1.478
Menos: Valor justo dos ativos adquiridos e passivos	(2.816)
Ágio apurado em 5 de maio de 2014	10.575

Notas Explicativas

Nas combinações de negócios, é usual existir uma parcela do custo de aquisição que não é possível atribuir em termos contábeis ao valor justo de ativos adquiridos e de passivos assumidos, sendo portanto reconhecida como Ágio (“goodwill”). No caso da aquisição da PT Portugal, o “goodwill” está relacionado com diversos elementos, os quais não podem ser individualmente quantificados de forma confiável e isolados uns dos outros, incluindo força de trabalho qualificada, capacidades tecnológicas e reputação de mercado estabelecida.

A variação no valor do ágio em relação ao saldo em 30 de junho de 2014 é decorrente de perdas com variação cambial apuradas desde a data da aquisição até à data do balanço, as quais foram reconhecidas diretamente como outros resultados abrangentes.

A Companhia ainda se encontra no período de mensuração dos ativos e passivos identificáveis mencionados anteriormente, os quais foram apurados e alocados com base nas informações disponíveis à época e poderão ser revistos no prazo de um ano deste a data de aquisição em função de novas informações que a Administração venha a obter, nomeadamente relativamente à aprovação junto dos órgãos competentes dos acordos celebrados entre a Companhia e a Portugal Telecom no seguimento da não liquidação pela Rio Forte das dívidas à PT Portugal e PT Finance (Nota 27).

Riscos relacionados à participação detida na Unitel

Como resultado do aumento de capital da Oi, no contexto da operação que resultou na combinação de negócios entre a Companhia e a Portugal Telecom (“Operação”), a Companhia passou a deter a totalidade das ações da PT Portugal, por conta da contribuição dessas ações pela Portugal Telecom ao capital da Companhia.

A PT Portugal possui participação indireta de 18,75% na Unitel S.A. (“Unitel”), uma empresa prestadora de serviços de telecomunicações móveis em Angola, por meio de sua subsidiária Africatel Holdings B.V. (“Africatel”), na qual detém uma participação de 75% do capital social. A PT Ventures, uma subsidiária integral da Africatel, detém por sua vez uma participação de 25% na Unitel.

Ressaltamos que o investimento da Companhia em tais ativos está sujeito a riscos, que estão destacados no Formulário de Referência da Companhia. Para maiores detalhes com relação aos riscos associados à participação indireta da Companhia na Unitel, entre outros relacionados aos ativos conferidos pela Portugal Telecom, recomendamos a leitura do Formulário de Referência da Companhia, disponível para consulta nos *websites* da Companhia e da CVM, na seção 4.1. Os riscos descritos abaixo são associados à participação da Companhia na Unitel.

O montante pelo qual a Companhia registrou contabilmente o investimento indireto na Unitel representa a maior parcela do preço de compra da PT Portugal. Qualquer impacto adverso que resulte no “impairment” deste investimento terá um efeito material adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

O Laudo de Avaliação indicou que o valor justo da PT Portugal foi de R\$ 27.339 milhões, o qual deduzido da dívida e outras obrigações da PT Portugal, no montante de R\$ 21.629, resulta num valor justo de R\$ 5.709,9 milhões.

Notas Explicativas

A Companhia registrou contabilmente o valor justo do investimento indireto de 18,75% na Unitel por aproximadamente R\$ 3 bilhões, que representa a maioria da parcela do valor das ações subscritas pela Portugal Telecom no aumento de capital da Companhia, determinado de acordo com o Laudo de Avaliação. Subsequentemente, o valor contábil do investimento indireto da Companhia na Unitel será mensurado a valor justo e submetido a teste de “*impairment*”, quando acontecimentos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor do seu investimento indireto na Unitel poderá ser inferior. Qualquer perda no investimento indireto na Unitel poderá acarretar um efeito material e adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode assegurar quando a PT Ventures obterá os montantes relativos aos dividendos declarados e não pagos pela Unitel, ou que será capaz de obter dividendos que podem ser declarados pela Unitel em relação a 2013 ou nos exercícios fiscais seguintes.

Desde novembro de 2012, a PT Ventures não recebe pagamentos da Unitel em relação aos valores devidos a ela pela Unitel no que diz respeito a dividendos declarados pela Unitel para os exercícios de 2012, 2011 e 2010. A Unitel declarou dividendos em montantes totais de US\$ 190,0 milhões (R\$ 419 milhões em 30 de junho de 2014) com relação a seu exercício fiscal de 2012, US\$ 190,0 milhões (R\$ 419 milhões em 30 de junho de 2014) com relação a seu exercício fiscal de 2011 e US\$ 157,5 milhões (R\$ 348 milhões em 30 de junho de 2014) com relação ao exercício fiscal de 2010. Até a presente data, a PT Ventures não recebeu US\$ 93,8 milhões (R\$ 208 milhões em 30 de junho de 2014) do total dos dividendos declarados pela Unitel no que diz respeito ao exercício fiscal de 2010, e não recebeu qualquer valor com relação aos dividendos declarados pela Unitel no que diz respeito aos exercícios fiscais de 2011 e 2012.

Em 25 de março de 2014, a Unitel emitiu uma declaração alegando que a PT Ventures não está listada no registro de acionistas da Unitel e que o Conselho de Administração da Unitel notificou a Portugal Telecom sobre a existência de uma irregularidade, o que segundo alega a Unitel resultou na sua incapacidade de distribuir dividendos à PT Ventures até a resolução desta irregularidade. A Unitel afirmou que não haverá pagamento de dividendos até a resolução dessas questões. Em junho de 2014, a PT Ventures (nova denominação da sociedade Portugal Telecom International) sanou a alegada irregularidade junto do Instituto do Investimento Estrangeiro, mediante averbamento no Certificado de Investimento Estrangeiro de sua nova denominação, tendo a nossa controlada PT Ventures nos informado ter sido a única entidade que deteve ações da Unitel, desde a data do seu investimento original em dezembro de 2000. Além disso, a nossa controlada PT Ventures nos informou que sua participação indireta na Unitel está registrada nos livros da Unitel como detida pela PT Ventures e que a PT Ventures recebia o pagamento de dividendos no curso normal, ainda que estivesse com a denominação irregular em tais registros, desde a mudança de seu nome em dezembro de 2002.

A PT Ventures exigiu uma explicação da Unitel em várias ocasiões sobre sua incapacidade de pagar à PT Ventures sua parcela de dividendos declarados. Até a presente data, a PT Ventures não recebeu qualquer dos dividendos a ela devidos pela Unitel em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia não pode assegurar o momento do pagamento desses dividendos ou que será capaz de receber dividendos que podem ser declarados pela Unitel nos exercícios fiscais seguintes, podendo o não recebimento desses dividendos ter um efeito material adverso no valor justo da Unitel.

Notas Explicativas

Outros acionistas da Unitel alegaram que a venda pela Portugal Telecom de participação minoritária da Africatel fere o acordo de acionistas da Unitel.

O acordo de acionistas da Unitel prevê o direito de preferência para os demais acionistas caso qualquer acionista deseje transferir qualquer ou todas as suas ações da Unitel, com exceção das transferências para certas empresas afiliadas. O acordo também prevê que a violação de uma obrigação material por qualquer acionista permite que os outros acionistas comprem a participação de tal acionista na Unitel pelo seu valor patrimonial líquido. O acordo de acionistas da Unitel prevê, ainda, que qualquer disputa ou controvérsia sobre os termos do acordo de acionistas devem ser decididas por arbitragem, em Paris, sob as regras da Câmara de Comercio Internacional.

Os demais acionistas da Unitel têm afirmado à PT Ventures que eles acreditam que a venda pela Portugal Telecom de uma participação minoritária na Africatel em 2007 constitui uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A Administração da Oi, baseada em avaliação de seus advogados externos, contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel.

Na presente data, e no melhor conhecimento da Companhia não foram iniciados processos judiciais ou arbitrais com relação à venda de uma participação minoritária na Africatel pela Portugal Telecom. Na hipótese dos outros acionistas da Unitel questionarem a venda de tal participação em um fórum apropriado e caso uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em favor dos demais acionistas, a Companhia poderá ser obrigada a vender sua participação acionária na Unitel a um preço significativamente inferior ao montante que a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras com relação ao investimento indireto em Unitel. A venda da participação da PT Ventures da Unitel, nestas circunstâncias, poderá ter um impacto adverso sobre condição financeira e resultados das operações da Companhia.

Outros acionistas da Unitel alegaram que, como resultado da incapacidade da Portugal Telecom de oferecer a sua participação indireta na Unitel a tais acionistas antes da transferência da PT Portugal para a Oi, esses acionistas teriam o direito de adquirir as ações de emissão da Unitel devidas pela PT Ventures pelo valor líquido dos seus ativos.

O acordo de acionistas da Unitel prevê o direito de preferência para os demais acionistas caso qualquer acionista deseje transferir qualquer ou todas as suas ações de emissão da Unitel, com exceção de transferências para certas empresas afiliadas. O acordo também prevê que a violação de uma obrigação material por qualquer acionista permite que os outros acionistas comprem a participação de tal acionista na Unitel pelo seu valor patrimonial líquido.

Em 25 de março de 2014, a Unitel emitiu um comunicado em que informou ao mercado que os seus acionistas teriam um direito de preferência em caso de venda da participação indireta da Portugal Telecom na Unitel. Adicionalmente, a Portugal Telecom informou à Companhia que recebeu correspondência através da qual os demais acionistas afirmaram que a contribuição de ativos pela Portugal Telecom, inclusive da participação indireta da PT Portugal na Unitel, no âmbito da Oferta, desencadearia esses direitos. A administração da Companhia e da nossa controlada PT Ventures, baseada em avaliação de seus advogados externos, contestam esta interpretação com relação ao acordo de acionistas da Unitel e acreditam que as disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel aplicam-se apenas a uma transferência direta de ações da Unitel pela própria PT Ventures. Caso os outros acionistas da Unitel questionem que esta falha de oferecer a participação indireta da Portugal Telecom na Unitel para os demais acionistas resultaria em uma violação do acordo de acionistas da Unitel em um fórum apropriado e uma decisão vinculativa para esse efeito seja tomada em favor dos demais acionistas, a Companhia

Notas Explicativas

poderá ser obrigada a vender a sua participação indireta na Unitel por seu valor patrimonial líquido, o que é significativamente menor do que a Companhia registrou nas suas demonstrações financeiras em relação ao investimento indireto na Unitel. A venda da participação da PT Ventures na Unitel, nestas circunstâncias, poderá ter impacto adverso relevante sobre condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Na presente data, e no melhor conhecimento da Companhia, não foram iniciados processos judiciais ou arbitrais com relação à contribuição da participação indireta da Portugal Telecom na Unitel no contexto do aumento de capital da Companhia.

Os outros acionistas da Unitel têm impedido a PT Ventures de exercer o direito de nomear o diretor-presidente e uma maioria do conselho de administração da Unitel.

De acordo com o acordo de acionistas da Unitel, a PT Ventures tem o direito de nomear três dos cinco membros do Conselho de Administração da Unitel, incluindo o diretor-presidente da Unitel. Pelo acordo de acionistas da Unitel, a nomeação do diretor-presidente está sujeita à aprovação dos detentores de 75% das ações da Unitel. No entanto, os demais acionistas da Unitel não votaram nos membros do Conselho de Administração indicados pela PT Ventures nas Assembleias de Acionistas da Unitel, e, como resultado, a representação da PT Ventures no Conselho de Administração da Unitel foi reduzida a um único membro do Conselho desde junho de 2006, e o diretor-presidente da Unitel não é uma indicação da PT Ventures desde junho de 2006. Mesmo em caso de alteração do único membro do Conselho restante indicado pela PT Ventures, não está claro para a PT Ventures que os demais acionistas da Unitel irão indicá-lo conforme prevê o acordo de acionistas da Unitel.

Unitel concedeu empréstimos a uma parte relacionada sem aprovação da PT Ventures

Pelo acordo de acionistas da Unitel, a Unitel não está autorizada a celebrar quaisquer acordos com seus acionistas ou qualquer de suas afiliadas, a menos que aprovado por deliberação de seu Conselho de Administração, adotado por, pelo menos, quatro membros do seu Conselho de Administração. Como resultado da incapacidade da PT Ventures de aprovar a nomeação dos seus dois membros adicionais no Conselho de Administração da Unitel, a PT Ventures é impedida de efetivamente exercer o seu direito de veto implícito sobre transações com partes relacionadas.

Entre maio e 6 de outubro de 2012, a Unitel fez desembolsos à Unitel International Holdings BV de €178,9 milhões (R\$ 577 milhões) e US\$ 35,0 milhões (R\$ 82 milhões) sob um "Contrato de Empréstimo" celebrado entre a Unitel e a Unitel International Holdings BV, uma entidade que concorre com a PT Portugal em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, e é controlada pela Sra. Isabel dos Santos, uma acionista indireta da Unitel, e de acordo com as informações públicas divulgadas pela ZON Optimus, uma das acionistas da ZOPT, SGPS, SA (que detém a maioria do capital social votante e total da ZON Optimus), um dos principais concorrentes da PT Portugal. A nossa controlada PT Ventures informou que seu representante no Conselho de Administração da Unitel votou contra essas transações executadas pela Unitel e que a PT Ventures se absteve quando as demonstrações financeiras consolidadas da Unitel, que incluíam essas transações, foram aprovadas em assembleia de acionistas da Unitel.

Segundo informações da PT Ventures, a Unitel fez empréstimos adicionais com partes relacionadas durante o exercício de 2013. A falha por Unitel International Holdings BV para realizar pagamentos nos termos do Contrato de Empréstimo poderá ter impacto adverso relevante sobre condição financeira e resultados operacionais da Unitel.

Notas Explicativas

Adicionalmente, a nossa controlada informou-nos que a Unitel tem registrado um pagamento de uma taxa de administração de US\$ 155,7 milhões em 2013 em favor de um terceiro nas informações financeiras não auditadas, preparadas nos princípios contábeis de Angola.

A Companhia não pode assegurar que será capaz de indicar com sucesso membros adicionais para o Conselho de Administração da Unitel e, portanto, impedir a Unitel de tomar ações que requerem a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Unitel nomeados pela PT Ventures, e por consequência, impedir a aprovação de transações com partes relacionadas com os demais acionistas que acreditam ser prejudiciais para a situação financeira e para os resultados das operações da Unitel. O uso dos recursos da Unitel desta forma pode ter um impacto material adverso sobre o valor do investimento na Unitel, e na posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

A concessão da Unitel para operar em Angola expirou e ainda não foi renovada.

A concessão da Unitel para prestar serviços de telecomunicações móveis na Angola expirou em abril de 2012. A Companhia pode não ser capaz de fornecer todas as garantias sobre os termos em que o Instituto Nacional de Telecomunicações (*Instituto Angolano das Comunicações*) concederá uma renovação desta concessão. A não obtenção da renovação desta concessão pode ter um efeito material adverso sobre a capacidade da Unitel para continuar a prestar serviços de telecomunicações móveis em Angola, o que poderia ter um efeito material adverso sobre a posição financeira e os resultados das operações da Companhia.

O acionista minoritário da Africatel afirmou que a combinação de negócios desencadeou o direito de obrigar a Companhia a adquirir ações de emissão da Africatel sob o acordo de acionistas. Se a Companhia for obrigada a comprar esta participação na Africatel, ela deverá utilizar recursos que poderiam ser utilizados de outra forma, no intuito de reduzir o endividamento ou fazer investimentos no plano de negócios da PT Portugal após a conclusão da Operação Societária. Se tal aquisição for financiada através da assunção de dívida adicional da Companhia, haverá um efeito material adverso sobre a alavancagem consolidada combinada após a combinação de negócios da Companhia.

A PT Portugal detém indiretamente 75% do capital social da Africatel e a Samba Luxco S.à.r.l (“Samba Luxco”), uma afiliada da Helios Investors LP, detém os 25% restantes da Africatel. A Africatel detém a participação da PT Portugal em empresas de telecomunicações na África subsahariana, incluindo sua participação na Unitel, Cabo Verde Telecom, SA em Cabo Verde, MTC - Telecomunicações Limited na Namíbia, e CST Companhia Santomense de Telecomunicações S.A.R.L. em São Tomé e Príncipe, entre outros. A PT Ventures e Samba Luxco são partes do acordo de acionistas pelo qual a PT Portugal detém a propriedade e gestão de controle da Africatel (“Acordo de acionistas da Africatel”).

Em janeiro de 2014, a Portugal Telecom recebeu uma carta da Samba Luxco, afirmando que a Operação desencadeia alguns dos seus direitos nos termos acordo de acionistas da Africatel, sem especificar esses direitos, e expressando seu interesse em conseguir liquidez na Operação. Inicialmente, a Portugal Telecom solicitou à Samba Luxco mais detalhes sobre os direitos que ela afirma possuir. A Samba Luxco enviou uma carta adicional alegando que Samba Luxco possui o direito de venda, nos termos do acordo de acionistas da Africatel, pelo valor patrimonial de mercado de suas ações da Africatel por acreditar que a Operação provocaria uma mudança de controle no âmbito desse acordo. A este respeito, a Samba Luxco afirma possuir o direito de uma avaliação independente da Africatel mas indicou sua disposição para discutir o processo de avaliação.

Notas Explicativas

A conferência das ações da PT Portugal ao capital da Companhia ocorreu em 5 de maio de 2014. A PT Portugal e a Samba Luxco já realizaram inteirações nas quais a Samba Luxco indicou a sua disposição para explorar alternativas para conseguir liquidez em relação ao seu investimento na Africatel. Caso a Companhia seja obrigada a adquirir a participação da Samba Luxco na Africatel após a Operação, voluntariamente ou como resultado do exercício do direito de venda pela Samba Luxco, com base no acordo de acionistas da Africatel, a aquisição dessa participação irá reduzir os recursos financeiros da Companhia. Caso tal aquisição seja financiada através da assunção de dívida da Companhia, haverá um efeito material adverso sobre a alavancagem consolidada da Companhia.

Incorporação da TNL PCS S.A. (“TNL PCS”) na Oi Móvel

Em fevereiro de 2014 a TNL PCS (operadora de telefonia móvel das Regiões I e III) foi incorporada pela Oi Móvel (operadora de telefonia móvel da Região II). Como resultado da incorporação, a Oi Móvel tornou-se a única operadora a fornecer serviços de telefonia móvel da Companhia no Brasil.

A incorporação foi realizada com base nos valores contábeis históricos das entidades envolvidas tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de elaboração

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2014 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de junho de 2014 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2013, não existindo diferenças significativas nas práticas contábeis seguidas pela PT Portugal com relação às adotadas pela Companhia.

A Companhia, com o objetivo de aprimorar as divulgações das Informações Financeiras, realizou as seguintes alterações em suas demonstrações financeiras: (i) apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto, segundo o qual as principais classes de recebimentos brutos e pagamentos brutos são divulgados; (ii) apresentação dos segmentos de negócios por meio de dois segmentos operacionais, Telecomunicações no Brasil e Telecomunicações em Portugal; (iii) apresentação em uma única nota dos resultados por natureza; (iv) apresentação dos resultados com operações não recorrentes em uma linha específica “outras receitas operacionais, líquidas - não

Notas Explicativas

recorrentes"; e (v) apresentação das despesas com participação de empregados e administradores na rubrica de despesas com pessoal. De modo a assegurar a comparabilidade com o ano corrente foram efetuadas apresentações e reclassificações dos valores correspondentes de 2013.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil e em Portugal e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial";
- Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Taxa de câmbio de balanço – 3,015

Taxa de câmbio de resultados (média) – 3,044

Notas Explicativas

(b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de junho de 2014, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais, por esta ser a moeda funcional da Oi e de uma parte significativa das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas denominadas em moeda estrangeira foram convertidas para Reais utilizando as taxas de câmbio em vigor na data do balanço para conversão dos ativos e passivos, as taxas de câmbio médias do período para a conversão das demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa e as taxas de câmbio históricas para a conversão das rubricas de capital próprio.

Notas Explicativas

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Visão geral

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013.

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2014			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Equivalentes de caixa	Valor justo	3.142.801	3.142.801	4.932.046	4.932.046
Aplicações financeiras	Valor justo	91.769	91.769	457.312	457.312
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.825.306	1.825.306	9.681.234	9.681.234
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	914.658	914.658	1.465.681	1.465.681
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	326.632	326.632	1.049.932	1.049.932
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	340.116	340.116		
Ativo financeiro disponível para venda (iv)				4.002.944	4.002.944
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.481.078	1.481.078	6.459.741	6.459.741
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	12.664.846	12.948.150	28.541.666	28.798.371
Debêntures	Custo amortizado	8.423.218	8.431.398	7.601.694	7.587.178
Obrigações	Custo amortizado			16.802.059	18.204.024
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	573.258	573.258	748.091	748.091
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	188.028	188.028	234.693	234.693
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	20.506	20.506	1.257.267	1.257.267
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	568.174	568.174	1.079.532	1.079.532
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	415.699	415.699	415.699	415.699

Notas Explicativas

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2013			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Equivalentes de caixa	Valor justo	418.699	418.699	2.118.646	2.118.646
Aplicações financeiras	Valor justo	47.995	47.995	591.639	591.639
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.844.012	1.844.012	7.096.679	7.096.679
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	1.356.071	1.356.071	2.073.179	2.073.179
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado	673.508	673.508		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	228.269	228.269		
Outros valores a receber	Custo amortizado	1.775.691	1.775.691	1.775.691	1.775.691
Ativo financeiro disponível para venda (v)	Valor justo			914.216	914.216
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	1.659.794	1.659.794	4.732.174	4.732.174
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (ii)	Custo amortizado	13.418.258	13.043.219	26.478.941	26.103.901
Debêntures	Custo amortizado	10.393.168	10.396.157	9.374.685	9.303.058
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	403.056	403.056	566.651	566.651
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	220.168	220.168	230.721	230.721
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			1.484.407	1.484.407
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	569.901	569.901	1.120.304	1.120.304
Demais obrigações (Obrigação de compra de participação acionária) (iii)	Custo amortizado	418.069	418.069	418.069	418.069

(i) Os saldos de contas a receber e fornecedores têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo.

(ii) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, agências de crédito à exportação e outras partes relacionadas, que correspondem a mercados exclusivos e por isso o valor justo é semelhante ao valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações (obrigação de compra de participação acionária) não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(iv) Conforme mencionado na Nota 1, a Companhia possui participação minoritária indireta na Unitel. A Administração considera que a participação minoritária na Unitel não lhe confere influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas, uma vez que a

Notas Explicativas

Companhia não possui representatividade no Conselho de Administração que permita a Companhia participar do processo de definição dessas políticas, inclusive decisões sobre distribuição de dividendos e outras distribuições, bem como relações comerciais relevantes, intercâmbio de diretores ou gerentes ou mesmo fornecimento de informação técnica essencial. Desta forma, a Companhia registrou o investimento na referida empresa, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 32 e 39, como ativo financeiro disponível para venda reconhecido a valor justo. O valor justo do investimento na Unitel foi determinado em conformidade com os laudos de avaliação dos ativos da PT Portugal, no âmbito da operação de aumento de capital.

(v) Em decorrência do aumento de capital da Companhia subscrito pela Portugal Telecom em ativos da PT Portugal, do montante registrado em 30 de abril de 2014, R\$ 570.990 foram reclassificados ao valor do investimento da PT Portugal e R\$ 263.028 foram reclassificados para ações em tesouraria, pois na sequência do aumento de capital da Companhia, a Portugal Telecom manteve apenas investimento na Oi.

3.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

(a) Instrumentos financeiros derivativos

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2014.

(b) Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados ao valor justo

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(c) Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas

Notas Explicativas

premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2 — Os “*inputs*” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

Não ocorreram transferências entre níveis e ou alocação no Nível 3 entre 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Ativos					
Equivalentes de caixa	Nível 2	3.142.801	418.699	4.932.046	2.118.646
Aplicações financeiras	Nível 2	91.769	47.995	457.312	591.639
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	914.658	1.356.071	1.465.681	2.073.179
Ativo financeiro disponível para venda	Nível 3			4.002.944	
Ativo financeiro disponível para venda	Nível 1				914.216
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	573.258	403.056	748.091	566.651

3.3. Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

Notas Explicativas

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar, programa de refinanciamento fiscal e demais obrigações: todas as obrigações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

3.4. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

As Políticas de “*Hedge*” e Aplicações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

De acordo com a Política de “*Hedge*”, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação das Políticas, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que se reúne mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Planejamento Executivo, Diretor de Desenvolvimento e Gestão de Novos Negócios, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos.

Notas Explicativas

3.4.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em títulos emitidos por instituições financeiras no exterior semelhantes aos Certificados de Depósito Bancário (CDBs), negociados no Brasil (“*time deposits*”) e depósitos à prazo em Euros.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos quando convertidos em Reais. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 17,88% (31/12/2013 – 13,25%) do total das disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 62,5% (31/12/2013 – 41,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, são contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 42,8% (31/12/2013 – 99,6%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “*swap*” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item 3.2 (a) acima.

Esses ativos e passivos financeiros estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	33.470	33.470	37.297	37.297
Aplicações financeiras	151	151	869	869
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 18)	909.572	909.572	1.349.991	1.349.991
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	6.600.208	6.600.208	6.753.088	6.753.088
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 18)	394.983	394.983	231.166	231.166

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	955.396	955.396	369.292	369.292
Aplicações financeiras	115.591	115.591	30.334	30.334
Ativo financeiro disponível para venda			914.216	914.216
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 18)	1.313.112	1.313.112	1.954.915	1.954.915
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	33.037.311	33.037.311	14.566.437	14.566.437
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 18)	559.589	559.589	369.464	369.464

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
30/06/2014		31/12/2013	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	4,8 - 7,6	302.356	435.184
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	6,3	308.803	420.215

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
30/06/2014		31/12/2013	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	1,0 - 7,9	567.066	865.664
Contratos de "swap cross currency" US\$/Pré	6,5	308.802	420.215

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
30/06/2014		31/12/2013	
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	(62.364)	130.675
Contratos de "Non Delivery Forward" EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	(34.206)	132.751

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
30/06/2014		31/12/2013	
Contratos de "swap cross currency" US\$/R\$	0,3 - 1,6	1.467	21.649
Contratos de "swap cross currency" R\$/US\$	1,6	(17.227)	(31.969)
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF)	< 1 ano	(72.379)	177.140
Contratos de "Non Delivery Forward" EUR /R\$ (NDF)	< 1 ano	(34.206)	132.752

As operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Notas Explicativas

Contratos de “cross currency swap” (“plain vanilla”)

US\$/R\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar. Nestes contratos, a posição ativa é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada ou de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e a posição passiva é um percentual do CDI ou taxa pré-fixada em Reais. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar.

R\$/US\$: Referem-se a operações de “swap” cambial para reverter contratos de “swap”. Nestes contratos, a posição passiva é em Dólar acrescida de taxa pré-fixada e a posição ativa é um percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta passiva destes instrumentos está na variação cambial do Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos dos “swaps” em Dólar revertidos.

Contratos de NDF “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Dólar. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Dólar para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Dólar para posições mais longas.

Euro/R\$: Referem-se a operações de compra de Euro futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas em Euros. No intuito de alongar o período de proteção, existe a possibilidade de rolar tais instrumentos, através da venda de Euro para o período equivalente ao NDF de curto prazo já existente em carteira, com a simultânea compra de Euro para posições mais longas.

Em 30 de junho de 2014 e de 2013, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 6):

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Ganho (perda) com “swap” cambial	(232.042)	295.790	(336.001)	547.655
Operações de termo em moedas	(279.414)	487.433	(313.757)	487.433
Total	(511.456)	783.223	(649.758)	1.035.088

	Períodos de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Ganho (perda) com “swap” cambial	(494.505)	218.706	(731.802)	409.279
Operações de termo em moedas	(545.529)	240.510	(647.608)	230.226
Total	(1.040.034)	459.216	(1.379.410)	639.505

Notas Explicativas

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” cambiais designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2013	57.474	57.474
Resultado dos “ <i>hedges</i> ” designados	120.995	151.614
Transferência da porção inefetiva ao resultado	10.036	6.284
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado pela taxa efetiva	4.024	4.378
Tributos diferidos sobre contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(45.919)	(55.174)
“ <i>Hedge</i> ” reflexo de controlada	17.966	
Saldo em 30/06/2014	164.576	164.576

(a.1) Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2014, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de junho de 2014. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/06/2014	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	2,2025	0%
Euro	3,0150	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	2,7531	25%
Euro	3,7688	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	3,3038	50%
Euro	4,5225	50%

Em 30 de junho de 2014, a Administração estimou o fluxo de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste período e nas taxas de câmbio apresentadas acima.

Os efeitos de exposição cambial, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

CONTROLADORA				
30/06/2014				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	4.517.052	5.646.315	6.775.578
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(7.885.435)	(9.856.794)	(11.828.153)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(33.621)	(42.026)	(50.432)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.332.991	2.916.239	3.499.487
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.259.844)	(2.824.805)	(3.389.766)
Total vinculado a taxas de câmbio		(3.328.857)	(4.161.071)	(4.993.286)

Notas Explicativas

CONSOLIDADO				
30/06/2014				
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	10.980.279	13.725.349	16.470.419
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(11.166.836)	(13.958.545)	(16.750.254)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(320.031)	(400.039)	(480.047)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	22.438.293	28.047.866	33.657.440
Derivativos (Posição Líquida - Euro)	Queda do Euro	(2.259.844)	(2.824.805)	(3.389.766)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(750.956)	(938.695)	(1.126.434)
Total vinculado a taxas de câmbio		18.920.905	23.651.131	28.381.358

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente para Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América e EURIBOR, no caso da dívida expressa em Euros.

Em 30 de junho de 2014, aproximadamente 41,7% (31/12/2013 – 63,2%) da dívida consolidada contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 49,1% (31/12/2013 – 76,0%) da dívida consolidada estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas após operações de “*hedge*” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “*hedge*”. Porém, como o caixa da Companhia e de suas controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados à variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia e suas controladas.

Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Notas Explicativas

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	3.109.331	3.109.331	381.402	381.402
Aplicações financeiras	91.618	91.618	47.126	47.126
Créditos com partes relacionadas	340.116	340.116	228.269	228.269
Instrumentos financeiros derivativos	5.086	5.086	6.080	6.080
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	10.544.852	10.544.852	13.070.601	13.070.601
Instrumentos financeiros derivativos	178.275	178.275	171.890	171.890

	CONSOLIDADO			
	30/06/2014		31/12/2013	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	5.007.413	5.007.413	1.749.354	1.749.354
Aplicações financeiras	341.721	341.721	561.305	561.305
Instrumentos financeiros derivativos	152.569	152.569	118.264	118.264
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	18.182.261	18.182.261	19.115.168	19.115.168
Instrumentos financeiros derivativos	188.502	188.502	197.187	197.187

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/06/2014	31/12/2013
Contratos de "swap" Pré/DI	6,3	(25.706)	(53.625)

	Derivativos designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/06/2014	31/12/2013
Contratos de "swap" Pré/DI	6,3	(25.706)	(53.625)
Contratos de "swap" US\$ LIBOR/US\$ Pré	1,0	(2.247)	(4.066)

	Derivativos não designados para contabilidade de "Hedge"		
	CONTROLADORA		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
		30/06/2014	31/12/2013
Contratos de "swap" US LIBOR/US\$ Pré	7,6	(147.483)	(112.185)

Notas Explicativas

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”		
	CONSOLIDADO		
	Vencimento (anos)	Valor justo	
		Valores a (pagar)/ a receber	
	30/06/2014	31/12/2013	
Contratos de “swap” US\$ LIBOR/US\$ Pré	1,6 - 7,6	(155.463)	(133.417)
Contratos de “swap” US\$ Pré/US\$ LIBOR	7,6	147.483	112.185

As operações de proteção contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco de taxa de juros são principalmente:

Contratos de “swap” de taxa de juros

US\$ LIBOR/US\$ Pré: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a posição ativa é em LIBOR de Dólar e a posição passiva é em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

US\$ Pré/US\$ LIBOR: Refere-se a operação de “swap” de taxa de juros para trocar os pagamentos da dívida contratada em Dólar com taxa pré-fixada para pós fixada. Neste contrato, a posição ativa é pré-fixada de Dólar e a posição passiva é em taxa LIBOR, com o objetivo de baratear o custo da dívida lastro, dentro da estratégia de gestão do passivo oneroso da Companhia.

R\$ Pré/CDI: Referem-se a operações de “swap” de taxa de juros para conversão de uma posição de “swap” cambial passivo pré-fixado em R\$ para passivo em % DI. Esta operação visa trocar o lastro cambial de determinada dívida em US\$ para uma posição flutuante em DI, anulando o efeito da ponta pré-fixada presente na estrutura.

Em 30 de junho de 2014 e de 2013, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos nos montantes apresentados abaixo: (vide Nota 6)

	Períodos de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	(21.323)	(12.908)	23.169	(3.743)
Total	(21.323)	(12.908)	23.169	(3.743)

	Períodos de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Ganho (perda) com “swap” taxa de juros	(42.405)	(18.747)	22.810	4.486
Total	(42.405)	(18.747)	22.810	4.486

Notas Explicativas

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” de taxa de juros designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2013	(56.624)	(56.624)
Resultado dos “ <i>hedges</i> ” designados	29.355	30.699
Transferência da porção inefetiva ao resultado	678	528
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado pela taxa efetiva	2.233	1.647
Tributos diferidos sobre contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	(10.970)	(11.176)
“ <i>Hedge</i> ” reflexo de controlada	402	
Saldo em 30/06/2014	(34.926)	(34.926)

(b.1) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP, à LIBOR USD EURIBOR e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2014, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP, EURIBOR e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, desde janeiro de 2013, a TJLP se mantém estável em 5,0% a.a..

30/06/2014														
Cenários de taxas de juros														
Cenário provável					Cenário possível					Cenário remoto				
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	EURIBOR 3M	EURIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	EURIBOR 3M	EURIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	EURIBOR 3M	EURIBOR 6M
10,80%	5,00%	0,3268%	0,2070%	0,3030%	13,50%	6,25%	0,4085%	0,2588%	0,3788%	16,20%	7,50%	0,4902%	0,3105%	0,4545%

Em 30 de junho de 2014, a Administração estimou os fluxos futuros de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP, EURIBOR e à LIBOR USD com base nas taxas de juros apresentadas acima. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Notas Explicativas

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

CONTROLADORA				
30/06/2014				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.434.262	2.949.639	3.461.904
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	3.237.854	3.990.719	4.734.927
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	285.619	318.889	340.034
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	23.289	23.843	24.396
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(849.404)	(860.561)	(871.719)
Total vinculado a taxas de juros		5.131.620	6.422.529	7.689.542

CONSOLIDADO				
30/06/2014				
Operação	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	3.386.811	4.092.849	4.793.445
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	4.010.695	4.920.620	5.819.959
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	1.610.083	1.809.204	1.969.052
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	138.836	176.653	180.154
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(89.109)	(91.274)	(93.442)
Dívidas em EURIBOR	Alta da EURIBOR	254.084	257.407	260.730
Total vinculado a taxas de juros		9.311.400	11.165.459	12.929.898

3.4.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 30 de junho de 2014, aproximadamente 92,2% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

3.4.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

Notas Explicativas

O Grupo Oi possui duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados, quando aplicável:

	CONTROLADORA				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2014					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	1.300.087	6.004.903	5.427.509	3.413.588	16.146.087
Debêntures (i)	939.079	5.035.731	4.416.670	1.883.490	12.274.970
Fornecedores (ii)	483.861				483.861

	CONSOLIDADO				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2014					
Empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos (i)	9.111.684	20.183.043	9.205.747	16.962.830	55.463.304
Debêntures (i)	939.079	5.050.551	4.463.023	1.900.337	12.352.990
Fornecedores (ii)	1.760.659				1.760.659
Autorizações e concessões (iii)	3.296	1.251.435	2.536		1.257.267

Os valores incluídos nas tabelas consideram as estimativas dos fluxos de pagamentos contratuais não descontados e não são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e fornecedores.

- (i) Inclui estimativas de pagamentos de juros futuros, calculados com base nas taxas de juros aplicáveis a cada período e considera que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente;
- (ii) Consiste nas estimativas em obrigações de compra de equipamentos de rede de telefonia fixa e móvel no Brasil de acordo com as obrigações contratuais firmadas com nossos fornecedores, incluindo todos os termos significativos e o tempo aproximado da transação; e
- (iii) Consiste em obrigações devidas à ANATEL relacionadas às autorizações de radiofrequências. Inclui juros acumulados e não pagos em cada período.

Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

Notas Explicativas

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/ <i>EBITDA</i>	entre 2x e 4,5x
Dívida Líquida/ <i>EBITDA</i>	entre 1,4x e 3x
Índice de cobertura de juros (*).....	maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

3.4.4. Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas, detalhado na Nota 17, na seção “*Covenants*”.

Notas Explicativas

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receita bruta de vendas e/ou serviços	3.451.067	3.435.600	12.769.197	11.217.053
Deduções da receita bruta	(1.809.115)	(1.711.097)	(4.419.954)	(4.143.995)
Tributos	(534.333)	(601.761)	(2.237.078)	(2.386.922)
Outras deduções	(1.274.782)	(1.109.336)	(2.182.876)	(1.757.073)
Receitas de vendas e/ou serviços	1.641.952	1.724.503	8.349.243	7.073.058

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receita bruta de vendas e/ou serviços	6.894.219	6.836.686	23.929.294	22.461.987
Deduções da receita bruta	(3.600.230)	(3.395.262)	(8.703.548)	(8.347.756)
Tributos	(1.096.727)	(1.208.061)	(4.541.377)	(4.826.352)
Outras deduções	(2.503.503)	(2.187.201)	(4.162.171)	(3.521.404)
Receitas de vendas e/ou serviços	3.293.989	3.441.424	15.225.746	14.114.231

Notas Explicativas

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receitas de vendas e/ou serviços	1.641.952	1.724.503	8.349.243	7.073.058
Despesas (receitas) operacionais:				
Interconexão	(270.818)	(400.290)	(794.181)	(1.060.295)
Pessoal	(213.434)	(177.021)	(905.555)	(609.186)
Serviços de terceiros	(390.721)	(344.357)	(1.841.186)	(1.530.799)
Serviço de manutenção da rede	(130.755)	(163.203)	(467.767)	(576.935)
Custo de aparelhos e outros			(216.236)	(137.288)
Publicidade e propaganda	(4.815)	(24.521)	(218.287)	(212.463)
Aluguéis e seguros	(136.911)	(125.101)	(835.549)	(506.014)
Provisões para contingências	(71.329)	(73.031)	(210.545)	(173.360)
Provisão para devedores duvidosos	(13.540)	(39.533)	(190.758)	(323.372)
Outras despesas operacionais, líquidas	63.378	115.561	(462.595)	(312.922)
Despesas operacionais de rotina	(1.168.945)	(1.231.496)	(6.142.659)	(5.442.634)
Receitas (despesas) não recorrentes (i)	(52.041)	57.319	78.402	163.900
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(1.220.986)	(1.174.177)	(6.064.257)	(5.278.734)
Depreciação e amortização	(210.451)	(208.990)	(1.417.731)	(1.087.780)
Total das despesas (receitas) operacionais	(1.431.437)	(1.383.167)	(7.481.988)	(6.366.514)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	210.515	341.336	867.255	706.544
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	244.004	109.925	399.196	366.900
Despesas financeiras	(899.458)	(644.483)	(1.640.212)	(1.238.137)
Total do resultado financeiro	(655.454)	(534.558)	(1.241.016)	(871.237)
Lucro (prejuízo) antes das tributações	(444.939)	(193.222)	(373.761)	(164.693)
Imposto de renda e contribuição social	224.080	68.997	156.275	40.468
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores			(3.373)	
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	(220.859)	(124.225)	(220.859)	(124.225)
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(698.525)	(765.627)	(4.518.753)	(3.706.728)
Despesas com vendas	(310.860)	(357.396)	(1.515.091)	(1.553.510)
Despesas gerais e administrativas	(321.671)	(354.965)	(1.122.056)	(995.540)
Outras receitas operacionais	72.034	161.993	218.598	306.064
Outras despesas operacionais	(214.664)	(155.400)	(624.676)	(577.399)
Receitas (despesas) não recorrentes	(52.041)	57.319	78.402	163.900
Resultado de equivalência patrimonial	94.290	30.909	1.588	(3.301)
Total	(1.431.437)	(1.383.167)	(7.481.988)	(6.366.514)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receitas de vendas e/ou serviços	3.293.989	3.441.424	15.225.746	14.114.231
Despesas (receitas) operacionais:				
Interconexão	(589.458)	(809.691)	(1.550.151)	(2.154.176)
Pessoal	(379.137)	(345.561)	(1.565.392)	(1.209.000)
Serviços de terceiros	(778.773)	(683.693)	(3.333.245)	(3.031.079)
Serviço de manutenção da rede	(274.365)	(345.599)	(942.619)	(1.221.835)
Custo de aparelhos e outros			(318.584)	(284.691)
Publicidade e propaganda	(6.248)	(33.701)	(336.430)	(288.754)
Aluguéis e seguros	(291.490)	(250.291)	(1.612.406)	(1.020.913)
Provisões para contingências	(138.231)	(119.867)	(356.810)	(316.908)
Provisão para devedores duvidosos	(43.935)	(85.686)	(393.984)	(605.005)
Outras despesas operacionais, líquidas	702.683	433.385	(903.288)	(747.667)
Despesas operacionais de rotina	(1.798.954)	(2.240.704)	(11.312.909)	(10.880.028)
Receitas (despesas) não recorrentes (i)	(52.041)	291.819	1.325.529	699.945
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(1.850.995)	(1.948.885)	(9.987.380)	(10.180.083)
Depreciação e amortização	(417.375)	(409.816)	(2.562.181)	(2.103.361)
Total das despesas (receitas) operacionais	(2.268.370)	(2.358.701)	(12.549.561)	(12.283.444)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	1.025.619	1.082.723	2.676.185	1.830.787
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	422.675	240.330	678.211	642.249
Despesas financeiras	(1.801.065)	(1.333.622)	(3.113.070)	(2.273.857)
Total do resultado financeiro	(1.378.390)	(1.093.292)	(2.434.859)	(1.631.608)
Lucro (prejuízo) antes das tributações	(352.771)	(10.569)	241.326	199.179
Imposto de renda e contribuição social	359.425	148.654	(231.299)	(61.094)
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores			(3.373)	
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	6.654	138.085	6.654	138.085
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.465.530)	(1.660.865)	(8.257.338)	(7.526.633)
Despesas com vendas	(623.913)	(671.202)	(2.819.976)	(3.008.786)
Despesas gerais e administrativas	(642.446)	(632.382)	(2.017.643)	(1.838.613)
Outras receitas operacionais	147.881	235.447	386.119	510.648
Outras despesas operacionais	(390.464)	(300.343)	(1.165.229)	(1.112.736)
Receitas (despesas) não recorrentes	(52.041)	291.819	1.325.529	699.945
Resultado de equivalência patrimonial	758.143	378.825	(1.023)	(7.269)
Total das despesas (receitas) operacionais	(2.268.370)	(2.358.701)	(12.549.561)	(12.283.444)

- (i) As receitas (despesas) não recorrentes no período de seis meses findo em 30 de junho de 2014 incluem essencialmente o ganho, líquido de despesas de transação, no montante de R\$ 1,3 bilhão registrado no âmbito do acordo firmado em 3 de dezembro de 2013 pela Companhia com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma das suas subsidiárias que detém 2.007 torres de telecomunicações usadas na prestação de serviços de telefonia móvel. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, as receitas (despesas) não recorrentes incluem fundamentalmente um ganho de R\$ 201 milhões registrado na sequência da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas, reversões das provisões para a participação dos empregados nos lucros, no montante total de R\$ 330 milhões, e outras receitas e despesas com eventos não recorrentes.

Notas Explicativas

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	89.390	76.632	186.345	159.150
Rendimentos de aplicações financeiras	66.025	12.200	141.255	54.497
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	26.923	16.430		
Dividendos recebidos (i)			28.985	76.547
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(529)	1.512	(13.598)	47.346
Outras receitas	62.195	3.151	56.209	29.360
Total	244.004	109.925	399.196	366.900
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	289.651	(913.109)	392.557	(1.317.385)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(532.779)	770.315	(626.589)	1.031.345
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(173.318)	(180.288)	(619.902)	(375.781)
Juros sobre debêntures	(231.790)	(203.709)	(232.491)	(204.369)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(68.154)	(56.225)		
Sub-total:	(716.390)	(583.016)	(1.086.425)	(866.190)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(67.304)	(18.430)	(197.450)	(103.661)
Atualização monetária de provisões	(60.637)	719	(105.118)	(41.671)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(23.551)	(17.782)	(131.687)	(44.237)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(13.780)	(9.294)	(26.328)	(17.864)
Outras despesas	(17.796)	(16.680)	(93.204)	(164.514)
Sub-total:	(183.068)	(61.467)	(553.787)	(371.947)
Total	(899.458)	(644.483)	(1.640.212)	(1.238.137)
Resultado financeiro	(655.454)	(534.558)	(1.241.016)	(871.237)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	184.166	170.526	382.107	343.690
Rendimentos de aplicações financeiras	101.710	31.539	215.507	136.655
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	55.347	33.818		
Dividendos recebidos (i)			29.611	76.547
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(1.512)	924	(19.217)	34.323
Outras receitas	82.964	3.523	70.203	51.034
Total	422.675	240.330	678.211	642.249
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	643.320	(728.971)	885.128	(1.075.729)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(1.082.439)	440.469	(1.356.600)	643.991
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(345.650)	(355.409)	(1.083.822)	(743.847)
Juros sobre debêntures	(504.551)	(392.523)	(505.933)	(393.824)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(140.617)	(138.264)		
Sub-total:	(1.429.937)	(1.174.698)	(2.061.227)	(1.569.409)
b) Outros encargos				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(137.744)	(51.253)	(403.753)	(241.161)
Atualização monetária de provisões	(112.297)	(18.307)	(203.791)	(127.093)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(43.215)	(34.903)	(178.107)	(79.286)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(27.446)	(18.029)	(52.337)	(34.940)
Outras despesas	(50.426)	(36.432)	(213.855)	(221.968)
Sub-total:	(371.128)	(158.924)	(1.051.843)	(704.448)
Total	(1.801.065)	(1.333.622)	(3.113.070)	(2.273.857)
Resultado financeiro	(1.378.390)	(1.093.292)	(2.434.859)	(1.631.608)

- (i) Em maio de 2014, a controlada TMAR recebeu dividendos da PT de € 0,10 por ação, perfazendo o montante de € 8.965, os quais haviam sido atribuídos em 30 de abril de 2014.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

No Brasil, os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Em Portugal, os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda à alíquota de 23%, acrescida de: (1) um imposto municipal de até um máximo de 1,5% sobre determinada matéria tributável, (2) um imposto estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros, de 5,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros, e de 7,0% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 35 milhões de Euros, resultando numa alíquota máxima agregada de aproximadamente 31,5% para um lucro tributável que exceda os 35 milhões de Euros.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	11.671	(2.794)	34.438	(109.704)
Tributos diferidos	212.409	71.791	121.837	150.172
Total	224.080	68.997	156.275	40.468

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucro antes das tributações	(444.939)	(193.222)	(373.761)	(164.693)
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL			(39.845)	18.489
Total do resultado tributado	(444.939)	(193.222)	(413.606)	(146.204)
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	151.279	65.695	140.626	49.710
Equivalência patrimonial	32.059	10.509	540	(1.122)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	12	(6)	8.006	12.662
Exclusões (adições) permanentes (ii)	40.730	(7.201)	45.186	22.212
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL			280	(26.118)
Efeitos de taxas de imposto diferenciadas (iv)			(19.647)	
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(18.716)	(16.876)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	224.080	68.997	156.275	40.468

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(1.177)	(5.458)	(363.197)	(318.213)
Tributos diferidos	360.602	154.112	131.898	257.119
Total	359.425	148.654	(231.299)	(61.094)

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Lucro antes das tributações	(352.771)	(10.569)	241.326	199.179
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IRPJ/CSLL			(23.815)	41.421
Total do resultado tributado	(352.771)	(10.569)	217.511	240.600
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	119.942	3.593	(73.954)	(81.804)
Equivalência patrimonial	257.769	128.800	(348)	(2.471)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	12		27.103	36.979
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(18.298)	16.261	(112.437)	22.097
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL			445	264
Efeitos de taxas de imposto diferenciadas (iv)			(19.644)	
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)			(52.464)	(36.159)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	359.425	148.654	(231.299)	(61.094)

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos e amortização de ágio (período pré-incorporação).
- (iii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.
- (iv) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo, nomeadamente às operações em Portugal e África.

As Informações Trimestrais findas em 30 de junho de 2014 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades, tendo por base as inovações na legislação fiscal trazidas pela Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627/2013”) e as posteriores alterações promovidas em seu texto original durante a sua tramitação pelo Congresso Nacional, resultando no Projeto de Lei de Conversão nº 02/2014 (“PLV 02/2014”), bem como o disposto na Instrução Normativa nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”). A partir desta avaliação, a Administração não apurou impactos relevantes em comparação ao regime ainda em vigor.

Notas Explicativas

Ressalta-se que, o PLV 02/2014 resultou na publicação, em 14 de maio de 2014, da Lei nº 12.973/2014, a qual, em uma análise preliminar, não altera as conclusões acima expostas. A Companhia avaliará a possibilidade de antecipar dos efeitos decorrentes da referida lei até o prazo a ser definido pela Receita Federal do Brasil. Adicionalmente, não foram apurados ajustes por conta da não adesão antecipada.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e contas bancárias	77.922	23.317	599.093	306.184
Equivalentes de caixa	3.142.801	418.699	4.932.046	2.118.646
Total	3.220.723	442.016	5.531.139	2.424.830

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos exclusivos	3.093.140	360.053	3.994.518	1.354.627
CDB – Certificado de Depósito Bancário	14.426	20.352	352.146	500.984
“Time Deposits”	28.531	32.887	537.159	225.944
Operações compromissadas	6.317	4.997	35.532	30.250
Outros	387	410	12.691	6.841
Equivalentes de caixa	3.142.801	418.699	4.932.046	2.118.646

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos exclusivos	74.158	31.113	238.477	492.510
Títulos privados	17.611	16.882	189.120	99.129
Títulos públicos			23.273	
Outras			6.442	
Total	91.769	47.995	457.312	591.639
Circulante	74.158	31.113	268.192	492.510
Não circulante	17.611	16.882	189.120	99.129

Notas Explicativas

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Operações compromissadas	2.333.820	210.540	2.989.165	772.862
CDB – Certificado de Depósito Bancário	747.314	145.595	911.861	445.981
“Time Deposits”	3.718	3.356	67.019	117.224
Outros	8.288	562	26.473	18.560
Títulos classificados em equivalentes de caixa	3.093.140	360.053	3.994.518	1.354.627
Títulos públicos	74.006	30.244	235.782	462.177
Outros	152	869	2.695	30.333
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	74.158	31.113	238.477	492.510
Total aplicado em fundos exclusivos	3.167.298	391.166	4.232.995	1.847.137

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Serviços faturados	1.467.912	1.495.414	8.284.676	5.589.716
Serviços a faturar	579.453	599.264	1.783.657	1.467.865
Aparelhos e acessórios vendidos	51.134	43.546	878.744	693.140
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(273.193)	(294.212)	(1.265.843)	(654.042)
Total	1.825.306	1.844.012	9.681.234	7.096.679

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
A faturar	579.453	599.264	1.783.657	1.467.865
A vencer	113.587	254.113	3.508.680	2.998.638
A receber de outros provedores	487.194	669.377	1.042.929	1.403.182
Vencidas até 60 dias	743.341	422.578	2.151.549	1.142.804
Vencidas de 61 a 90 dias	40.278	41.468	276.309	162.219
Vencidas de 91 a 120 dias	29.170	35.830	191.248	145.272
Vencidas de 121 a 150 dias	26.668	24.690	171.773	113.931
Vencidas de 151 a 180 dias	78.808	90.904	996.438	316.810
Vencidas a mais de 180 dias (i)			824.494	
Total	2.098.499	2.138.224	10.947.077	7.750.721

(i) Esta rubrica respeita o contas a receber das empresas subsidiárias da PT Portugal, incluindo essencialmente contas a receber de entidades governamentais e de operadores de telecomunicações.

Notas Explicativas

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2013	(294.212)	(654.042)
Aquisição de investimentos - PT Portugal		(652.964)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.935)	(393.984)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	64.954	421.388
Variação cambial		13.759
Saldo em 30/06/2014	(273.193)	(1.265.843)

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	11.162	17.736	495.138	411.782
CS a recuperar (i)	4.023	6.395	110.111	158.475
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	27.548	48.984	219.925	336.883
Total circulante	42.733	73.115	825.174	907.140
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	1.243.976	1.311.330	1.243.976	1.311.330
CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (iii)	447.831	472.079	447.831	472.079
IR sobre diferenças temporárias (iv)	1.165.446	1.216.978	2.180.004	2.739.904
CS sobre diferenças temporárias (iv)	363.675	387.278	775.262	848.677
IR sobre prejuízos fiscais (iv)	1.056.879	603.760	2.302.442	1.859.941
CS sobre base negativa (iv)	381.966	213.608	895.864	747.316
Outros tributos diferidos (v)	39.370	113.571	268.351	295.185
Total não circulante	4.699.143	4.318.604	8.113.730	8.274.432

Notas Explicativas

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	5.973	9.217	294.586	275.735
CS a pagar	57.035	58.207	141.625	156.582
Total circulante	63.008	67.424	436.211	432.317
Tributos diferidos				
IR diferido			253.464	
Não circulante			253.464	
Adições temporárias por natureza:			253.464	
Dividendos não atribuídos			197.227	
Outras diferenças temporárias			56.237	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Adições (Exclusões) temporárias por natureza:	3.220.928	3.387.665	4.647.073	5.371.990
Ajustes ao valor de mercado no âmbito da combinação de negócios com a Portugal Telecom			(1.456.033)	
Provisões	1.160.221	1.170.920	1.875.098	1.704.234
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	175.969	160.795	303.195	206.653
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	216.549	228.027	1.074.284	228.124
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	103.540	107.442	659.669	611.713
Participação nos lucros	8.779	24.459	9.850	63.031
Variações cambiais	183.679	155.202	402.836	493.488
Ágio incorporado (iii)	1.691.807	1.783.409	1.691.807	1.783.409
Ajuste no valor justo de ativos financeiros			266.241	238.974
Contabilidade de "hedge"	(53.970)	2.919	(66.788)	(438)
Outras adições e exclusões temporárias	(265.646)	(245.508)	(113.086)	42.802

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos períodos e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.
- (iii) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2034.

Notas Explicativas

- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. No Brasil a Companhia e suas controladas localizadas no Brasil compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. Esta rubrica inclui também prejuízos fiscais apurados pela PT Portugal, os quais têm uma maturidade de 12 anos e podem ser compensados até ao limite de 70% do lucro fiscal apurado em cada exercício.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 30 de junho de 2014, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 275.516 (31/12/2013 - R\$ 223.503).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, provenientes dos créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e diferenças temporárias:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2014	9.621	728.415
2015	168.874	309.796
2016	336.704	829.241
2017	298.517	751.605
2018	457.243	946.850
De 2019 a 2021	1.697.007	2.905.258
De 2022 a 2023		(24.509)
2024 e exercícios seguintes		(293.084)
Total	2.967.966	6.153.572

- (v) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

Notas Explicativas

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA					
	Saldo em 31/12/2013	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / (Compensações)	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 30/06/2014
Impostos diferidos Ativos / (Passivos)						
Provisões	1.170.920	(10.699)				1.160.221
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	160.795	15.174				175.969
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	228.027	(30.186)		18.708		216.549
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	107.442	(3.902)				103.540
Participação nos lucros	24.459	(15.680)				8.779
Variações cambiais	155.202	28.477				183.679
Ágio incorporado	1.783.409	(91.602)				1.691.807
Contabilidade de "hedge"	2.919			(56.889)		(53.970)
Outras adições e exclusões temporárias	(245.508)	(33.007)		12.869		(265.646)
Prejuízos fiscais	603.760	365.288		87.831		1.056.879
Base negativa de CSSL	213.608	136.739		31.619		381.966
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	113.571		(82.453)		8.252	39.370
Total	4.318.604	360.602	(82.453)	94.138	8.252	4.699.143

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO							
	Saldo em 31/12/2013	Aquisição de investimento - PT Portugal	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / (compensações)	Reconhecido diretamente no Patrimônio líquido	Reconhecido no resultado financeiro	Variações cambiais	Saldo em 30/06/2014
Impostos diferidos ativos com relação a:								
Combinação de negócios com a Portugal Telecom		(1.508.156)	20.489				31.634	(1.456.033)
Provisões	1.704.234	134.714	39.623	(610)			(2.863)	1.875.098
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	206.653		96.542					303.195
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	228.124	857.606	(95.045)		101.878		(18.279)	1.074.284
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	611.713	32.271	16.424				(739)	659.669
Participação nos lucros	63.031		(53.181)					9.850
Variações cambiais	493.488		(90.652)					402.836
Ágio incorporado	1.783.409		(91.602)					1.691.807
Ajuste no valor justo de ativos financeiros	238.974		27.267					266.241
Contabilidade de "hedge"	(438)				(66.350)			(66.788)
Outras adições e exclusões temporárias	42.802	25.334	(207.953)	14.395	12.869		(533)	(113.086)
Prejuízos fiscais	1.859.941	1.751	353.443		87.831		(524)	2.302.442
Base negativa de CSSL	747.316		116.931		31.617			895.864
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	295.185			(64.643)		37.809		268.351
Total	8.274.432	(456.480)	132.286	(50.858)	167.845	37.809	8.696	8.113.730
Impostos diferidos passivos com relação a:								
Dividendos não atribuídos		(201.270)	(178)		(29)		4.250	(197.227)
Outras diferenças temporárias		(56.542)	(210)	(46)			561	(56.237)
Total		(257.812)	(388)	(46)	(29)		4.811	(253.464)

Notas Explicativas

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
ICMS a recuperar (i)	431.973	756.615	1.668.336	2.102.249
PIS e COFINS	12.811	43.865	164.343	197.036
Outros	14.660	14.586	69.163	65.958
Total	459.444	815.066	1.901.842	2.365.243
Circulante	250.531	569.079	1.122.680	1.474.408
Não circulante	208.913	245.987	779.162	890.835

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
ICMS	323.369	712.584	861.877	1.248.232
ICMS Convênio nº 69/1998	16.001	20.568	115.150	443.305
PIS e COFINS	912.593	832.106	1.246.324	1.141.601
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão	107.455	107.730	782.460	762.289
Outros	90.195	116.433	262.338	264.183
Total	1.449.613	1.789.421	3.268.149	3.859.610
Circulante	788.373	1.179.803	1.732.533	2.112.598
Não circulante	661.240	609.618	1.535.616	1.747.012

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Cíveis	6.744.414	6.556.381	8.611.676	8.355.816
Tributárias	617.463	584.377	2.406.040	2.277.236
Trabalhistas	1.104.874	998.855	1.903.590	1.734.136
Total	8.466.751	8.139.613	12.921.306	12.367.188
Circulante	895.118	1.070.693	1.112.224	1.316.252
Não circulante	7.571.633	7.068.920	11.809.082	11.050.936

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

Notas Explicativas

13. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Investimentos em controladas	18.606.479	19.411.927	34.003	
Negócios em conjunto			86.519	86.633
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.656	31.656
Ágio "Goodwill"	10.363.143	11.618		
Outros investimentos	3.799	3.799	146.421	55.351
Total	28.983.694	19.437.617	298.599	173.640

Em maio de 2014, a Oi adquiriu 100% das ações da PT Portugal através do aumento de capital (Nota 22).

O saldo consolidado de Outros investimentos inclui, no montante de R\$ 32.222, o investimento da controlada TMAR na Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar"), que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e a operação de satélites, cuja participação é inferior a 20% e não há influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2013	19.437.617	173.640
Aquisição de investimentos – PT Portugal		126.349
Equivalência patrimonial (i)	758.143	(1.023)
Aquisição de investimento – PT Portugal (Nota 1)	5.709.900	
Aumento de capital na PT Portugal (ii)	3.849.423	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes – PT Portugal	(263.735)	
Variação cambial sobre o investimento na PT Portugal	(210.623)	
Transferência para ações em tesouraria	(263.028)	
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em controladas	18.368	
Dividendos	(32.453)	
Baixa de investimentos	(17.848)	
Aumento de capital		1.000
Outros	(2.070)	(1.367)
Saldo em 30/06/2014	28.983.694	298.599

- (i) No consolidado a equivalência patrimonial é relativa aos investimentos de negócios em conjunto, AIX e Paggo Soluções.
- (ii) Em maio de 2014, foi efetuado aporte de capital na PT Portugal no montante de € 1.250 milhões com o objetivo de pré-pagamento de dívidas a fim de reduzir o endividamento em Euros da Companhia.

Notas Explicativas

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			30/06/2014			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
			Ações			
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
TMAR	18.821.284	637.332	154.032.213	189.400.783	100	100
Oi Serviços Financeiros	5.530	5.530	799		100	100
Oi Holanda	99.935	36.231	100		100	100
Rio Alto	585.079	75.449	215.538.129		50	100
PT Portugal	(704.752)	(9.182)	50.000		100	100

							CONTROLADORA					
							Equivalência patrimonial				Valor do investimento	
							Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em			
							30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013		
Controladas	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	31/12/2013						
BrT CS		66.060		105.130								
BrT Venezuela	(1.677)		(603)			20.739						
TMAR	(1.935)	(29.401)	637.332	278.445	18.821.284	18.999.604						
Oi Serviços Financeiros	4.284	1.016	5.530	1.986	5.530	2.959						
Oi Holanda	33.961	(6.766)	36.012	(6.736)	99.935	63.704						
PT Portugal	(9.182)		(9.182)		(704.752)							
Rio Alto	62.097		82.918		292.539	239.115						
Resultado não realizado com investidas	6.742		6.136		91.943	85.806						
Total	94.290	30.909	758.143	378.825	18.606.479	19.411.927						

Informações financeiras resumidas

Controladas	30/06/2014		
	Ativos	Passivos	Receitas
TMAR	35.431.236	15.775.934	5.939.383
Oi Serviços Financeiros	55.460	49.930	
Oi Holanda	3.475.854	3.375.919	
Rio Alto	739.379	154.300	
PT Portugal (i)	27.927.254	27.211.719	1.414.327

(i) Estes dados respeitam a informação consolidada da PT Portugal, considerando os efeitos da alocação do preço de compra pela Companhia e apenas os dois meses de resultado que a Companhia registrou após a data do aumento de capital.

Notas Explicativas

Controladas	31/12/2013		30/06/2013
	Ativos	Passivos	Receitas
BrT CS			138.253
BrT Venezuela	26.649	5.910	
TMAR	36.968.904	17.969.300	5.873.598
Oi Serviços Financeiros	53.058	50.099	
Oi Holanda	3.653.460	3.589.756	
Rio Alto	530.882	52.651	

14. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2013	834.104	5.195.236	16.492.574	4.173.512	959.329	2.022.561	29.677.316
Adições	441.473		26.758	120		877	469.228
Baixas	(1)	(779)	(10.331)	(14.031)		(2.062)	(27.204)
Transferências	(491.652)	9.026	216.551	167.789	(8.671)	106.957	
Saldo em 30/06/2014	783.924	5.203.483	16.725.552	4.327.390	950.658	2.128.333	30.119.340
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2013		(5.018.200)	(13.652.151)	(3.402.849)	(634.666)	(1.570.725)	(24.278.591)
Despesas de depreciação		(14.311)	(193.017)	(142.448)	(8.335)	(24.543)	(382.654)
Baixas		779	12.575	11.132		1.959	26.445
Transferências		(1)	(35)	(240)	20.829	(20.553)	
Saldo em 30/06/2014		(5.031.733)	(13.832.628)	(3.534.405)	(622.172)	(1.613.862)	(24.634.800)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2013	834.104	177.036	2.840.423	770.663	324.663	451.836	5.398.725
Saldo em 30/06/2014	783.924	171.750	2.892.924	792.985	328.486	514.471	5.484.540
Taxa anual de depreciação (média)		11%	10%	8%	7%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2013	4.569.682	18.433.046	40.786.730	26.560.833	2.901.761	5.107.575	98.359.627
Aquisição de investimentos - PT Portugal	452.844	6.004.681	4.537.199	16.357.177	2.957.154	9.693.740	40.002.795
Adições	1.753.403	29.489	274.934	120.110	31.162	82.053	2.291.151
Baixas	(2.084)	(779)	(35.894)	(22.937)	(11.098)	(4.612)	(77.404)
Transferências	(1.893.575)	60.580	864.068	580.408	629.770	(265.208)	(23.957)
Variações cambiais	(9.391)	(126.773)	(91.688)	(343.256)	(61.500)	(204.417)	(837.025)
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda				(76.640)			(76.640)
Saldo em 30/06/2014	4.870.879	24.400.244	46.335.349	43.175.695	6.447.249	14.409.131	139.638.547
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2013		(16.205.637)	(30.382.012)	(21.106.757)	(1.974.138)	(3.904.797)	(73.573.341)
Aquisição de investimentos - PT Portugal		(5.685.512)	(3.169.003)	(11.029.655)	(1.238.292)	(7.840.705)	(28.963.167)
Despesas de depreciação		(178.749)	(948.982)	(518.387)	(58.582)	(218.510)	(1.923.210)
Baixas		779	27.635	19.622	1.118	4.707	53.861
Transferências		(4.801)	5.460	(5.103)	376.626	(353.283)	18.899
Variações cambiais		120.085	65.134	232.392	26.071	165.650	609.332
Transferência para ativos não circulantes mantidos para venda				18.962			18.962
Saldo em 30/06/2014		(21.953.835)	(34.401.768)	(32.388.926)	(2.867.197)	(12.146.938)	(103.758.664)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2013	4.569.682	2.227.409	10.404.718	5.454.076	927.623	1.202.778	24.786.286
Saldo em 30/06/2014	4.870.879	2.446.409	11.933.581	10.786.769	3.580.052	2.262.193	35.879.883
Taxa anual de depreciação (média)		11%	11%	8%	7%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 30 de junho de 2014, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.787.279 (31/12/2013 – R\$ 2.825.719), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta R\$ 7.710.844 (31/12/2013 - R\$ 7.685.240).

No período findo em 30 de junho de 2014, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a.

Notas Explicativas

15. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA			
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)				
Saldo em 31/12/2013	5.821	2.263.582	148.460	2.417.863
Adições	49.899			49.899
Transferências	(32.086)	31.765	321	
Saldo em 30/06/2014	23.634	2.295.347	148.781	2.467.762
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2013		(2.110.414)	(57.575)	(2.167.989)
Despesas de amortização		(33.864)	(857)	(34.721)
Saldo em 30/06/2014		(2.144.278)	(58.432)	(2.202.710)
Intangível líquido				
Saldo em 31/12/2013	5.821	153.168	90.885	249.874
Saldo em 30/06/2014	23.634	151.069	90.349	265.052
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	

	CONSOLIDADO						
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Carteira de clientes	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2013	615.473	184.387	6.657.925	4.041.011		931.964	12.430.760
Aquisição de investimentos – PT Portugal (1)	10.574.704	52.819	575.983	1.656.050	3.215.523	3.091.687	19.166.766
Adições		299.062	107.249			116.905	523.216
Baixas			(125)			(2.569)	(2.694)
Transferências		(393.886)	358.766			32.274	(2.846)
Variações cambiais	(223.179)	(996)	(10.066)	(34.793)	(67.864)	(64.686)	(401.584)
Saldo em 30/06/2014	10.966.998	141.386	7.689.732	5.662.268	3.147.659	4.105.575	31.713.618
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2013	(461.078)		(5.348.057)	(2.072.607)		(629.527)	(8.511.269)
Aquisição de investimentos – PT Portugal (1)			(428.721)	(514.850)		(2.155.564)	(3.099.135)
Despesas de amortização			(256.924)	(164.757)	(47.962)	(169.328)	(638.971)
Baixas			205			7.028	7.233
Variações cambiais			8.035	10.831	458	45.439	64.763
Saldo em 30/06/2014	(461.078)		(6.025.462)	(2.741.383)	(47.504)	(2.901.953)	(12.177.380)
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2013	154.395	184.387	1.309.868	1.968.404		302.437	3.919.491
Saldo em 30/06/2014	10.505.920	141.386	1.664.270	2.920.885	3.100.155	1.203.622	19.536.238
Taxa anual de amortização (média)			20%	9%		20%	

(1) Inclui a lista de clientes e licenças das operações móveis em Portugal no âmbito da combinação de negócios.

Ágios (“Goodwill”)

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”).

Notas Explicativas

Em dezembro de 2013 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “impairment”, baseadas em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 45,2% para TV, 6,3% para Meios de pagamento, 12,7% para provedor de internet RII e 7,5% para Multimídia RII, taxa de desconto de 11,0% e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos	Ágio (“goodwill”) alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV	46.723	37.690	84.413	1.197.958
Meios de pagamento	65.160	36.211	101.371	182.680
Provedor de internet RII	34.630	73.173	107.803	5.502.574
Multimídia RII	184.943	7.321	192.264	720.447
Total	331.456	154.395	485.851	7.603.659

As adições no ágio ocorridas em 2014 referem-se ao ágio gerado na combinação da Portugal Telecom, conforme demonstrado na Nota 1.

As informações referentes ao item de Aquisição de investimentos – PT Portugal referem-se à consolidação a partir de 5 de maio de 2014 dos ativos intangíveis da PT Portugal e das suas subsidiárias, refletindo essencialmente o justo valor das licenças das operações móveis em Portugal e das carteiras de clientes dos segmentos residencial, pessoal e corporativo, reconhecido no âmbito da alocação do preço de compra referente à combinação de negócios com a Portugal Telecom, conforme descrito na Nota 1.

16. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Materiais de infraestrutura e rede	134.075	244.678	1.052.467	1.329.136
Repasses (interconexão e “cobilling”)	219.757	325.812	989.217	885.592
Serviços	435.174	419.693	2.628.553	870.659
Aluguel de postes e direito de passagem	392.732	419.850	596.225	608.006
Manutenção de planta	64.400	73.336	298.052	335.763
Tecnologia da informação	17.092	55.425	211.950	233.934
Aparelhos e “simcards”			203.694	141.654
“Call Center”	139.514	54.881	140.123	66.932
Aluguel de espaço físico e equipamentos	4.226	5.639	11.704	43.629
Comissões de vendas			7.877	4.212
Outros	74.108	60.480	319.879	212.657
Total	1.481.078	1.659.794	6.459.741	4.732.174

Notas Explicativas

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(Inclui debêntures e títulos conversíveis e não conversíveis)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Empréstimos e Financiamentos	9.233.347	9.213.758	44.455.687	26.179.605
Juros provisionados e outros encargos sobre empréstimos e financiamentos	376.316	272.937	1.272.416	789.383
Debêntures	7.957.679	9.854.649	7.126.770	8.880.740
Juros provisionados sobre debêntures	500.151	578.075	509.536	533.500
Empréstimos (mútuo com controladas)	3.283.759	4.155.757		
Juros provisionados e outros encargos sobre empréstimos (mútuo com controladas)	43.433	48.077		
Arrendamento mercantil			142.695	
Custo de transação incorrido	(306.621)	(311.827)	(561.685)	(529.602)
Total	21.088.064	23.811.426	52.945.419	35.853.626
Circulante	437.235	2.288.654	6.818.746	4.158.708
Não circulante	20.650.829	21.522.772	46.126.673	31.694.918

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013	Vencimento (Principal e Juros)	TIR %
BNDÉS	1.006.427	859.803	6.130.071	5.915.781		
Moeda nacional	1.006.427	859.803	6.130.071	5.915.781	jun/2014 à jul/2021	10,73
Debêntures públicas	7.590.745	9.370.060	7.636.306	9.414.240	jun/2014 à jul/2021	11,19
Debêntures privadas	867.085	1.062.664			jun/2014 à mai/2022	3,16
Instituições financeiras	8.603.235	8.626.892	36.417.334	21.053.207		
Moeda nacional	1.753.192	1.626.257	6.271.452	6.104.897		
CCB			3.193.486	3.192.051	jun/2014 à jan/2028	11,69
“Senior Notes”	1.136.599	1.136.599	1.136.599	1.136.599	jun/2014 à set/2016	11,88
CRI	495.501	460.732	1.537.636	1.428.511	jun/2014 à ago/2022	7,78
Outros	121.092	28.926	403.731	347.736	jun/2014 à dez/2033	12,02
Moeda estrangeira	6.850.043	7.000.635	30.145.882	14.948.310		
Linhas de crédito de ECA	215.881		3.281.327	4.354.639	jun/2014 à mai/2022	6,27
“Senior Notes”	6.634.162	7.000.548	10.011.788	10.593.584	jun/2014 à fev/2022	10,57
Títulos conversíveis em ações			2.292.686		ago/2014	4,125
Títulos não conversíveis			14.560.081		jul/2016 à jun/2025	5,14
Outros		87		87		
Financiamentos do Grupo PT Portugal			3.323.392			
Banco Europeu Investimento			1.614.669		dez/2014 à set/2021	
“Export Credit Facility”			199.535		nov/2014 à mai/2023	
“Commercial paper”			1.224.896		out/2014 à nov/2014	
Arrendamento mercantil			142.698			
Outros financiamentos			141.594			
Mútuo com controladas	3.327.193	4.203.834			jun/2014 à fev/2022	3,16
Subtotal	21.394.685	24.123.253	53.507.103	36.383.228		
Custo de transação incorrido	(306.621)	(311.827)	(561.685)	(529.602)		
Total	21.088.064	23.811.426	52.945.419	35.853.626		

Sigla:

ECA - “Export Credit Agency” (Agência de crédito à exportação)

CCB – Cédula de Crédito Bancário

CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários

Notas Explicativas

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Instituições financeiras	271.321	271.535	471.313	484.494
Moeda nacional	21.487	23.989	90.055	102.621
Moeda estrangeira	249.834	247.546	381.258	381.873
BNDES – Moeda nacional	688	736	5.055	5.552
Debêntures públicas	34.612	39.556	34.612	39.556
Títulos conversíveis e não conversíveis em ações			50.705	
Total	306.621	311.827	561.685	529.602
Circulante	53.938	52.583	98.528	97.055
Não circulante	252.683	259.244	463.157	432.547

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Reais	14.487.856	17.058.338	19.908.108	21.287.189
Dólar Norte-Americano	4.282.927	4.345.261	10.614.730	12.158.610
Euro	2.317.281	2.407.827	22.422.372	2.407.827
Outro			209	
Total	21.088.064	23.811.426	52.945.419	35.853.626

Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Taxa pré-fixada	7.767.262	8.117.419	30.862.785	13.078.474
CDI	9.573.677	12.440.372	8.450.586	10.233.218
TJLP	776.917	630.229	5.380.656	5.138.940
Libor	194.258		2.596.690	3.743.010
IPCA	2.656.267	2.600.117	3.710.368	3.576.429
EURIBOR			1.764.950	
INPC	119.683	23.289	179.384	83.555
Total	21.088.064	23.811.426	52.945.419	35.853.626

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/06/2014	
2015	435.282	1.516.480
2016	2.132.872	7.792.542
2017	4.705.460	9.437.394
2018	1.039.161	6.032.129
2019 e exercícios seguintes	12.590.737	21.811.285
Total	20.903.512	46.589.830

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/06/2014	
2015	27.014	49.155
2016	53.385	92.642
2017	49.832	79.049
2018	43.387	85.884
2019 e exercícios seguintes	79.065	156.427
Total	252.683	463.157

Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em abril de 2014, a Companhia e suas controladas desembolsaram R\$ 836 milhões (sendo R\$ 209,7 milhões para a Oi, R\$ 408,4 milhões para a TMAR e R\$ 217,9 milhões para a Oi Móvel). Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 3,4 milhões, são amortizados no resultado do período conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Durante o período findo em 30 de junho de 2014, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 96 milhões na controladora e R\$ 856 milhões no consolidado.

Financiamentos em moeda estrangeira

Linhas de crédito de ECA

A TMAR contrata financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em abril de 2014, foram desembolsados US\$ 98,1 milhões (R\$ 222,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “*Export Development Canada*” em julho de 2012.

Em março de 2014, foram desembolsados US\$ 92,5 milhões (R\$ 209,4 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela Oi junto à ONDD (“*Office National Du Ducreire/Nationale Delcrededienst*”) em março de 2013, no valor total de US\$ 257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos.

Notas Explicativas

Debêntures públicas e privadas e Títulos conversíveis e não conversíveis em ações

				CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Oi	10ª	R\$ 1.500 milhões	2019	1.541.108	1.604.207	1.541.108	1.604.207
Oi	9ª	R\$ 2.000 milhões	2020	2.282.696	2.262.961	2.282.696	2.262.961
Oi	8ª	R\$ 2.350 milhões	2018	2.350.000	2.350.976	2.350.000	2.350.976
Oi	7ª	R\$ 1.000 milhões	2017	1.096.501	1.039.569	1.096.501	1.039.569
Oi	5ª (1ª série) (i)	R\$ 1.754 milhões	2014		1.792.259		1.792.259
Oi	5ª (2ª série)	R\$ 246 milhões	2020	320.440	320.088	320.440	320.088
TMAR	2ª	R\$ 31 milhões	2021			45.561	44.180
Debêntures públicas				7.590.745	9.370.060	7.636.306	9.414.240
Oi	8ª	R\$ 2.500 milhões	2016		189.966		
Oi	6ª	R\$ 999 milhões	2022	867.085	872.698		
Debêntures privadas				867.085	1.062.664		
“Eurobond”		€1.000 milhões	2020			3.035.248	
“Eurobond”		€750 milhões	2018			2.288.184	
“Eurobond”		€400 milhões	2016			1.238.482	
“Eurobond”		€600 milhões	2016			1.848.587	
“Eurobond”		€750 milhões	2019			2.334.973	
“Fixed rate notes”		€250 milhões	2017			779.297	
“Eurobond”		€500 milhões	2025			1.510.102	
“Eurobond”		€500 milhões	2017			1.525.208	
Títulos não conversíveis em ações (ii)						14.560.081	
Títulos conversíveis em ações		€750 milhões	2014			2.292.686	
Títulos conversíveis em ações (ii)						2.292.686	

(i) Em abril de 2014, a Companhia amortizou integralmente o montante de R\$ 1.754 milhões correspondentes à 1ª série da 5ª emissão de debêntures da Oi S.A.

(ii) Todos os empréstimos em títulos conversíveis e não conversíveis em ações das empresas do Grupo PT Portugal foram emitidos em anos anteriores a 2014.

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

Programas de “commercial paper”

A PT Portugal celebrou diversos programas de “commercial paper”, no âmbito dos quais tinha emitido um montante total de 404,5 milhões de euros (R\$ 1.220 milhões) em 30 de junho de 2014, acrescido de juros provisionados, com maturidade entre julho e novembro de 2014.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas TMAR e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas TMAR e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 5.123 milhões.

Notas Explicativas

Em 5 de maio de 2014 os EMTN “Notes”, “Exchangeable Bonds” e contratos de financiamento vigentes da Portugal Telecom, PT Comunicações e Portugal Telecom International Finance B.V passaram a contar com a garantia da Oi.

“Commercial paper”

Em 5 de maio de 2014 os EMTN “Notes”, “Exchangeable Bonds” e contratos de financiamento vigentes da Portugal Telecom, PT Comunicações e Portugal Telecom International Finance B.V passaram a contar com a garantia da Oi.

“Covenants”

A Companhia e suas controladas TMAR, Oi Móvel e PT Portugal possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“covenants”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES das controladas, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Companhia.

No fechamento das Informações Trimestrais findas em 30 de junho de 2014 todos os índices foram cumpridos.

Em conexão com a combinação de negócios entre a Companhia e a Portugal Telecom (Nota 1), a Companhia continua cumprindo seus “covenants” financeiros nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos em 30 de junho de 2014.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que a Companhia e suas controladas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratados. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

Notas Explicativas

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Ativos				
Contratos de "swap" - cambial	893.410	1.073.000	1.296.931	1.631.015
Contratos de "swap" - taxa de juros	5.086	6.080	152.569	118.264
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	16.162	276.991	16.181	323.900
Total	914.658	1.356.071	1.465.681	2.073.179
Circulante	19.154	283.071	123.144	452.234
Não circulante	895.504	1.073.000	1.342.537	1.620.945
Passivos				
Contratos de "swap" - cambial	282.251	217.601	436.823	355.456
Contratos de "swap" - taxa de juros	178.275	171.890	188.502	197.187
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	112.732	13.565	122.766	14.008
Total	573.258	403.056	748.091	566.651
Circulante	461.304	309.532	598.785	409.851
Não circulante	111.954	93.524	149.306	156.800

19. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
SMP			1.197.163	1.484.407
Concessões do STFC	20.506		60.104	
Total	20.506		1.257.267	1.484.407
Circulante	20.506		585.389	457.173
Não circulante			671.878	1.027.234

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2014		3.296
2015	20.506	648.003
2016		586.903
2017		16.529
2018 a 2019		2.536
Total	20.506	1.257.267

Notas Explicativas

20. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	563.838	565.565	1.069.361	1.108.435
REFIS II - PAES	4.336	4.336	10.171	11.869
Total	568.174	569.901	1.079.532	1.120.304
Circulante	55.196	52.838	101.246	100.302
Não circulante	512.978	517.063	978.286	1.020.002

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, segregados em principal, multas e juros – incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião da reabertura do prazo para adesão levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	30/06/2014				31/12/2013
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	242.184	29.406	306.708	578.298	610.313
Imposto de renda	79.106	6.544	95.619	181.269	186.882
PIS	39.609	2.245	36.188	78.042	80.575
INSS – SAT	1.730	3.237	35.342	40.309	43.204
Contribuição social	24.464	2.323	22.565	49.352	50.679
CPMF	17.176	1.704	18.126	37.006	35.471
Outros	46.838	6.108	62.310	115.256	113.180
Total	451.107	51.567	576.858	1.079.532	1.120.304

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2014	27.492	52.211
2015	54.985	104.475
2016	54.985	104.475
2017	54.985	104.475
2018	54.985	104.475
2019 a 2021	164.954	313.424
2022 a 2025	155.788	295.997
Total	568.174	1.079.532

Notas Explicativas

21. PROVISÕES

Composição do saldo

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Trabalhista				
Horas extras	238.047	246.841	468.162	474.910
Indenizações	69.251	73.511	159.316	150.612
Adicionais diversos	52.952	57.145	127.109	128.765
Estabilidade / Reintegração	67.768	74.632	120.720	120.863
Complemento de aposentadoria	44.733	43.363	78.676	75.048
Diferenças salariais	29.261	33.668	53.754	56.997
Honorários advocatícios/periciais	18.079	20.439	30.239	30.969
Verbas rescisórias	6.463	8.428	22.755	24.945
Multas trabalhistas	3.810	4.201	16.298	16.758
FGTS	5.748	6.345	10.014	10.723
Vínculo empregatício	221	380	5.561	5.467
Subsidiariedade	1.037	1.262	1.836	2.292
Demais ações	23.741	26.233	51.535	43.925
Total	561.111	596.448	1.145.975	1.142.274
Tributária				
ICMS	140.225	124.594	344.136	361.540
FUST / FUNTTEL			150.355	147.350
IR			83.577	
ISS	531	1.629	68.534	67.350
ILL			20.330	19.998
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	4.721	3.024	30.927	12.462
Demais ações	2.253	1.584	71.035	31.672
Total	147.730	130.831	768.894	640.372
Cível				
Societário	1.984.093	2.062.709	1.984.093	2.062.709
Estimativas ANATEL	214.224	210.118	572.637	557.960
Multas ANATEL	102.022	96.572	498.925	487.548
Juizado Especial	79.529	48.720	191.357	137.859
Demais ações	310.595	286.354	672.271	587.595
Total	2.690.463	2.704.473	3.919.283	3.833.671
Total das provisões	3.399.304	3.431.752	5.834.152	5.616.317
Circulante	748.509	770.294	1.296.867	1.223.526
Não circulante	2.650.795	2.661.458	4.537.285	4.392.791

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Notas Explicativas

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Trabalhista	496.891	467.388	940.613	877.287
Tributária	5.666.149	5.097.600	19.293.111	17.995.906
Cível	363.751	343.943	1.421.494	1.037.903
Total	6.526.791	5.908.931	21.655.218	19.911.096

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2013	596.448	130.831	2.704.473	3.431.752
Atualização monetária	58.982	10.875	42.440	112.297
Adições / (Reversões)	(48.534)	6.330	180.435	138.231
Baixas por pagamentos / encerramentos	(45.785)	(306)	(236.885)	(282.976)
Saldo em 30/06/2014	561.111	147.730	2.690.463	3.399.304

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2013	1.142.274	640.372	3.833.671	5.616.317
Aquisição de investimentos - PT Portugal	7.471	86.198	48.040	141.709
Atualização monetária	85.456	45.510	72.825	203.791
Adições / (Reversões) (i)	9.137	36.590	333.766	379.493
Baixas por pagamentos / encerramentos	(98.202)	(37.741)	(368.027)	(503.970)
Atualização cambial	(161)	(2.035)	(992)	(3.188)
Saldo em 30/06/2014	1.145.975	768.894	3.919.283	5.834.152

(i) As adições / (reversões) de provisões para contingências tributárias incluem R\$ 22.684 relativos a contingências relacionadas com imposto de renda que foram classificados na rubrica de imposto de renda na demonstração dos resultados.

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes na data do encerramento do período findo em 30 de junho de 2014 corresponde a R\$ 5.858.681 (31/12/2013 - R\$ 5.370.896) na controladora e R\$ 16.257.742 (31/12/2013 - R\$ 15.498.243) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Notas Explicativas

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Aumento do capital social em função da combinação de negócios da Oi S.A. e Portugal Telecom

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 30 de abril de 2014 e 5 de maio de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 13.959.900 (sendo R\$ 8.250 milhões em espécie e R\$ 5.710 milhões através de ativos da Portugal Telecom (Nota 1)), mediante a emissão e subscrição de 2.262.544.570 ações ordinárias e 4.525.089.141 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Aumento do capital social mediante capitalização de reservas

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$ 7.111, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de reserva de lucros, com o objetivo de incorporar ao capital social o valor do incentivo fiscal de reinvestimento do ano-calendário de 2008, devendo a matéria ser encaminhada oportunamente para AGE da Companhia para deliberação sobre a alteração do art. 5º do Estatuto Social.

Como consequência das alterações acima, o capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 21.438.220 (31/12/2013 - R\$ 7.471.209), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/06/2014	31/12/2013
Capital total em ações		
Ações ordinárias	2.861.553	599.009
Ações preferenciais	5.723.167	1.198.078
Total	8.584.720	1.797.087
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	84.251	84.251
Ações preferenciais	72.808	72.808
Total	157.059	157.059
Ações em circulação		
Ações ordinárias	2.777.302	514.758
Ações preferenciais	5.650.359	1.125.270
Total em circulação	8.427.661	1.640.028

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações preferenciais e ordinárias mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, em ações ordinárias e preferenciais, até que o valor do seu capital social alcance R\$ 34.038.701.741,49, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) do capital social de ações sem direito a voto no caso de emissão de novas ações preferenciais sem esse direito.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

Notas Explicativas

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria na data de 30 de junho de 2014 são originadas de eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro semestre de 2012 e do segundo trimestre de 2014, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Companhia e, conseqüentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Companhia naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Companhia e as ações então detidas pela TNL da Companhia, em decorrência da incorporação da Coari na Companhia, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria;
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.
- (iv) Em decorrência do aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração em 30 de abril e 5 de maio de 2014, e devido a subscrição efetuado pela Portugal Telecom em ativos da PT Portugal, o montante de R\$ 263.028 foi reclassificado contabilmente para ações em tesouraria (Nota 3.1 - item iv).

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representa o acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998.

Notas Explicativas

Outras reservas de capital: formadas pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2013 no montante de R\$ 1.493.015 para a constituição de reserva de investimentos.

(f) Custo de emissões de ações

Nessa rubrica foram reconhecidos os custos de emissão das ações relacionados às transações societárias: (1) aumento do capital social, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Portugal Telecom (Nota 1) e (2) Reorganização Societária de 27 de fevereiro de 2012. Esses custos diretamente atribuíveis aos eventos mencionados são representados basicamente por gastos com elaboração de prospectos e relatórios, serviços profissionais de terceiros, taxas e comissões, custos de transferência e custos de registro.

Notas Explicativas

(g) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

No período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia registrou ganhos de R\$ 128.800 referente aos efeitos da adoção da contabilidade de “*hedge*” (Nota 3), líquidos de imposto de renda, sendo R\$ 18.368 referente a ganho de contabilidade de “*hedge*” registrada na Companhia de forma reflexa de sua controlada TMAR.

O formulário de Informações Trimestrais arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” e “Outros resultados abrangentes” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Custo de emissão de ações” e “Variação de porcentagem de participação”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Custo de emissão de ações”, tampouco a rubrica “Variação de porcentagem de participação”).

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Variação de porcentagem de participação	Total
Saldos em 31/12/2013	(91.531)	(56.547)	3.916	(144.162)
Custo de emissão de ações		(200.245)		(200.245)
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ”	110.432			110.432
Ganho de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” reflexa	18.368			18.368
Perda atuarial	(36.316)			(36.316)
Perda atuarial reflexa	(278.440)			(278.440)
Variação cambial sobre investimento no exterior	(210.623)			(210.623)
Variação cambial sobre investimento no exterior reflexa	14.705			14.705
Saldos em 30/06/2014	(473.405)	(256.792)	3.916	(726.281)

(h) Lucro por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro do período disponível para os mesmos.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período.

Notas Explicativas

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/06/2014	Período de seis meses findos em 30/06/2014	Período de três meses findos em 30/06/2013	Período de seis meses findos em 30/06/2013
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(220.859)	6.654	(124.225)	138.085
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(220.859)	2.141	(124.225)	43.341
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas		4.513		94.744
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	377.091	891.849	514.758	514.758
Ações preferenciais – básicas e diluídas	754.181	1.879.451	1.125.270	1.125.270
Lucro (prejuízo) por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(0,59)	0,002	(0,24)	0,08
Ações preferenciais – básicas e diluídas		0,002		0,08

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas na Nota 25 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Em 30 de junho de 2014, as responsabilidades consolidadas com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estavam relacionadas com fundos de pensão no Brasil e também em Portugal, na sequência da combinação de negócios com a Portugal Telecom concluída em 5 de maio de 2014.

	Brasil	Portugal	Total
Ativos atuariais	53.884		53.884
Circulante	5.880		5.880
Não circulante	48.004		48.004
Passivos atuariais	593.934	2.911.597	3.505.531
Circulante	95.365		95.365
Não circulante	498.569	2.911.597	3.410.166

(a) Fundos de pensão no Brasil

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 30 de junho de 2014.

Notas Explicativas

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	Oi, Oi Móvel, BrT Multimídia, iG e BrTI	FATL
TelemarPrev	Oi, TMAR, Oi Móvel e Oi Internet	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	TMAR e Oi	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
PBS-TNCP	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Telemar Participações S.A., controladora da Companhia, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuarias. Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuarias com planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2014:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2013	643.063	643.562
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	34.505	34.557
Perdas (ganhos) atuarias, líquidos	39.101	39.101
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(123.287)	(123.286)
Saldo em 30 de junho de 2014	593.382	593.934

Notas Explicativas

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2014:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2013	67.086	69.793
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	56.348	56.476
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	(52.750)	
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	(15.923)	(68.673)
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(3.379)	(3.712)
Saldo em 30 de junho de 2014	51.382	53.884

(b) Fundos de pensão em Portugal

A PT Comunicações e a PT SI patrocinam planos de benefícios definidos, os quais garantem o pagamento de complementos de pensões e aposentadoria a empregados aposentados e ativos, o pagamento de auxílio saúde a empregados aposentados e familiares elegíveis e o pagamento de salários a empregados suspensos e pré-aposentados até à idade da aposentadoria.

As obrigações no balanço em 30 de junho de 2014 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2013, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”, ajustadas por custos com benefícios de aposentadoria e pagamentos de benefícios no período e pelas perdas atuariais apuradas em 30 de junho de 2014 relacionadas com a diferença entre a rentabilidade real e estimada dos fundos e com o impacto da revisão das taxas de desconto utilizadas para desconto das obrigações atuariais. As principais premissas atuariais consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2013 e em 30 de junho de 2014 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

	30/06/2014	05/05/2014
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial		
Complementos de pensões	2,50%	3,00%
Cuidados de saúde	3,50%	4,00%
Salários devidos a empregados suspensos e pré-aposentados	1,25%	2,00%
Índice de aumento salarial nominal estimado para responsabilidades com:		
Complementos de pensões e cuidados de saúde	1,75%	1,75%
Salários de suspensos e pré-aposentados	0% - 1,75%	0% - 1,75%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	Indexado a PIB	Indexado a PIB
Taxa estimada de inflação	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento dos custos com saúde	3,00%	3,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	PA (90) ajustada	PA (90) ajustada

Notas Explicativas

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com complementos de pensão e aposentadoria, auxílio saúde e salários devidos a empregados suspensos e pré-aposentados durante o período entre 5 de maio e 30 de junho de 2014:

	Complementos de aposentadoria	Cuidados de saúde	Salários devidos a empregados suspensos e pré-aposentados	Total de responsabilidades com benefícios de aposentadoria
Valor presente da obrigação atuarial em 5 de maio de 2014	363.898	1.157.889	2.454.426	3.976.212
Juros sobre obrigações atuariais	1.629	7.479	7.708	16.816
Custo do serviço corrente	248	1.719		1.967
Custos com redução de efetivos			65	65
Benefícios pagos pelas patrocinadoras	(890)	(11.028)	(78.193)	(90.111)
Benefícios pagos pelos fundos	(11.419)		7.613	(3.806)
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora				
Perdas atuariais incluídas em outros resultados abrangentes		80.364	72.145	152.509
Ajustamentos de conversão cambial	(7.580)	(25.188)	(51.890)	(84.658)
Valor presente da obrigação atuarial no final do período	345.886	1.211.235	2.411.874	3.968.994
Valor justo dos ativos do plano em 5 de maio de 2014	301.124	994.620	(7.703)	1.288.041
Rendimento real dos ativos do plano	5.030	(206.647)		(201.617)
Rendimento estimado dos ativos do plano	1.376	6.108		7.484
Perdas atuariais incluídas em outros resultados abrangentes	3.654	(212.755)		(209.101)
Benefícios pagos pelos fundos	(11.419)		7.613	(3.806)
Contribuições da patrocinadora				
Ajustamentos de conversão cambial	(6.294)	(19.016)	90	(25.221)
Valor justo dos ativos do plano no final do período (i)	288.441	768.957		1.057.398
Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	57.445	442.278	2.411.874	2.911.597

(i) O fundo de cuidados de saúde, que foi constituído em 2004 para cobrir as responsabilidades com o plano de saúde é administrado de forma independente pela PT Prestações de acordo com uma política de investimentos e inclui ações, obrigações e outros investimentos. Em 30 de junho de 2014, a exposição total desses investimentos ao Banco Espírito Santo e aos fundos de capital geridos pela Global Investment Opportunities SICAV da Rocha dos Santos Holding montava a R\$ 215,2 milhões e R\$ 273,5 milhões, respectivamente.

(c) Participações dos empregados nos lucros

No período findo em 30 de junho de 2014, a Companhia e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 25.821 na controladora e R\$ 91.572 no consolidado.

Notas Explicativas

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios são avaliados de acordo com o desempenho das empresas do grupo por meio de dois segmentos operacionais: (a) Telecomunicações no Brasil e (b) Telecomunicações em Portugal.

A geração de receita de cada um dos segmentos de negócios é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

O segmento operacional denominado "Telecomunicações em Portugal" inclui as empresas PT Comunicações (rede fixa), Meo, S.A. (rede móvel), PT Inovação e Sistemas e PT Data Center. Além do segmento reportado, a PT Portugal possui outros negócios que não apresentam individualmente ou em conjunto indicadores quantitativos que requeiram à divulgação como segmento de negócio. Esses negócios estão representados principalmente pelas seguintes empresas: (i) MTC, Cabo Verde Telecom e Timor Telecom que prestam serviços de telefonia fixa e telefonia móvel e (ii) algumas empresas portuguesas que prestam serviços de suporte ao negócio, principalmente relacionado a PT – Sistemas de Informação, Portugal Telecom Inovação, PT Pro Serviços Administrativos e Gestão Partilhados e PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e suas controladas e estão segregados conforme abaixo para os períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 no caso do segmento de telecomunicações no Brasil e apenas para o período entre 5 de maio e 30 de junho de 2014 no caso do segmento de telecomunicações em Portugal:

Notas Explicativas

Composição do resultado operacional por segmento de negócio

	Telecomunicações no Brasil		Telecomunicações em Portugal	
	Períodos de três meses findos em			
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receita de vendas e/ou serviços	6.934.916	7.073.058	1.234.629	
Despesas operacionais				
Depreciação e amortização	(1.010.394)	(1.087.780)	(359.378)	
Interconexão	(670.872)	(1.060.295)	(115.451)	
Pessoal	(707.503)	(609.186)	(125.485)	
Serviços de terceiros	(1.525.350)	(1.530.799)	(306.597)	
Serviços de manutenção de rede	(436.157)	(576.935)	(19.983)	
Custo de aparelhos e outros	(173.066)	(137.288)	(39.677)	
Publicidade e propaganda	(184.139)	(212.463)	(19.840)	
Aluguéis e seguros	(793.230)	(506.014)	(40.939)	
Provisões para contingências	(211.026)	(173.360)	373	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(173.223)	(323.372)	(13.471)	
Outras despesas operacionais, líquidas	(421.935)	(312.922)	(27.839)	
Outras receitas/despesas operacionais – não recorrentes, líquidas	78.402	163.900		
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	706.423	706.544	166.342	

	Telecomunicações no Brasil		Telecomunicações em Portugal	
	Períodos de seis meses findos em			
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receita de vendas e/ou serviços	13.811.419	14.114.231	1.234.629	
Despesas operacionais				
Depreciação e amortização	(2.154.844)	(2.103.361)	(359.378)	
Interconexão	(1.426.842)	(2.154.176)	(115.451)	
Pessoal	(1.367.340)	(1.209.000)	(125.485)	
Serviços de terceiros	(3.017.409)	(3.031.079)	(306.597)	
Serviços de manutenção de rede	(911.009)	(1.221.835)	(19.983)	
Custo de aparelhos e outros	(275.414)	(284.691)	(39.677)	
Publicidade e propaganda	(302.282)	(288.754)	(19.840)	
Aluguéis e seguros	(1.570.087)	(1.020.913)	(40.939)	
Provisões para contingências	(357.291)	(316.908)	373	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(376.449)	(605.005)	(13.471)	
Outras despesas operacionais, líquidas	(862.628)	(747.667)	(27.839)	
Outras receitas/despesas operacionais – não recorrentes, líquidas	1.325.529	699.945		
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	2.515.353	1.830.787	166.342	

Notas Explicativas

Reconciliação do resultado antes do resultado financeiro e tributos por segmento com o resultado consolidado

	Períodos de três meses findos	
	30/06/2014	30/06/2013
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS, RELATIVO AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO		
Telecomunicações no Brasil	706.423	706.544
Telecomunicações em Portugal	166.342	
Outros negócios	(5.510)	
Eliminações		
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	867.255	706.544
RESULTADO FINANCEIRO	(1.241.016)	(871.237)
Receitas financeiras	399.196	366.900
Despesas financeiras	(1.640.212)	(1.238.137)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(373.761)	(164.693)
Imposto de renda e contribuição social	156.275	40.468
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(217.486)	(124.225)
Lucro líquido atribuído ao acionista controlador	(220.859)	(124.225)
Lucro líquido atribuído ao acionista não controlador	3.373	

	Períodos de seis meses findos	
	30/06/2014	30/06/2013
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS, RELATIVO AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO		
Telecomunicações no Brasil	2.515.353	1.830.787
Telecomunicações em Portugal	166.342	
Outros negócios	(5.510)	
Eliminações		
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	2.676.185	1.830.787
RESULTADO FINANCEIRO	(2.434.859)	(1.631.608)
Receitas financeiras	678.211	642.249
Despesas financeiras	(3.113.070)	(2.273.857)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	241.326	199.179
Imposto de renda e contribuição social	(231.299)	(61.094)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	10.027	138.085
Lucro líquido atribuído ao acionista controlador	6.654	138.085
Lucro líquido atribuído ao acionista não controlador	3.373	

Notas Explicativas

Os quadros a seguir apresentam os componentes das receitas na visão segmentada por cliente:

Telecomunicações no Brasil

	Períodos de três meses findos em	
	30/06/2014	30/06/2013
Residencial	2.519.336	2.577.866
Mobilidade pessoal	2.231.074	2.255.053
Empresarial / Corporativo	2.095.933	2.153.837
Outros serviços	88.573	86.302
Total das receitas do segmento telecomunicações no Brasil	6.934.916	7.073.058

	Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2014	30/06/2013
Residencial	5.071.796	5.132.758
Mobilidade pessoal	4.397.380	4.571.484
Empresarial / Corporativo	4.187.181	4.232.417
Outros serviços	155.062	177.572
Total das receitas do segmento telecomunicações no Brasil	13.811.419	14.114.231

Telecomunicações em Portugal

	Períodos de dois meses findos em	
	30/06/2014	30/06/2013
Residencial	353.997	
Mobilidade pessoal	315.290	
Empresarial / Corporativo	387.080	
Outros serviços	178.262	
Total das receitas do segmento telecomunicações em Portugal	1.234.629	

Reconciliação das receitas consolidadas com as receitas dos segmentos

	Períodos de três meses findos em	
	30/06/2014	30/06/2013
Receitas relativas aos segmentos reportados	8.169.545	7.073.058
Receitas relativas a outros negócios (i)	398.541	
Eliminações	(218.844)	
Total das receitas	8.349.242	7.073.058

	Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2014	30/06/2013
Receitas relativas aos segmentos reportados	15.046.048	14.114.231
Receitas relativas a outros negócios (i)	398.541	
Eliminações	(218.844)	
Total das receitas	15.225.745	14.114.231

(i) Representados principalmente pelas empresas MTC, Cabo Verde Telecom, Timor Telecom e algumas empresas portuguesas de suporte ao negócio.

Os investimentos nas empresas PT Portugal foram incorporados na Oi S.A. a partir de maio de 2014 (Nota 1), sendo os resultados apresentados no relatório de segmentos relativos aos meses de maio e junho de 2014 e, conseqüentemente, não apresentam base de comparação.

Notas Explicativas

Composição dos ativos e passivos por segmento geográfico

O total do ativo, passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por segmento geográfico, e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis, são apresentados como segue:

	30/06/2014				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	79.938.547	54.581.711	25.186.477	3.886.424	2.601.942
Portugal	20.987.029	26.497.147	10.217.139	15.320.628	493.263
Outros, principalmente África	6.906.389	687.274	476.267	329.186	35.884

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	30/06/2014	31/12/2013
Ativo		
Contas a receber	611.236	422.863
BrT Call Center	12.775	5.278
BrTI	7.701	7.281
iG Brasil	2.740	7.019
BrT Multimídia	4.671	2.747
Oi Móvel	435.780	284.754
TMAR	136.440	110.323
Oi Internet	8.791	2.705
TNL PCS		2.756
Portugal Telecom	2.338	
Créditos com partes relacionadas	13.484	228.269
TMAR	2.050	190.976
BrT Call Center	430	35.618
BrT Multimídia		69
BrTI		1.606
Oi Móvel	11.004	
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	326.632	673.508
TMAR	322.688	672.522
Oi Serviços Financeiros	3.944	986
Outros	207.475	214.142
TMAR	50.463	68.022
TNL PCS		11.316
BrT Call Center	37.242	37.242
BrTI	266	266
iG Brasil	31	241
BrT Multimídia	44.835	37.358
Oi Móvel	74.638	59.697

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	30/06/2014	31/12/2013
Passivo		
Fornecedores	306.585	640.874
BrT Call Center	138.818	156.860
iG Brasil	773	295
BrT Multimídia	70.375	50.789
Oi Móvel	32.044	137.106
TMAR	57.574	220.239
TNL PCS		71.306
Oi Internet		2.071
Paggo Administradora	6.437	2.208
Portugal Telecom	491	
PT Inovação e Sistemas	73	
Empréstimos e financiamentos	3.327.193	4.203.834
Oi Móvel	1.297	664.498
Oi Holanda	3.325.896	3.539.336
Debêntures	867.085	1.062.664
TMAR	867.085	1.062.664
Demais obrigações	61.087	81.893
BrT Call Center	411	411
BrTI		24.915
iG Brasil	30	30
BrT Multimídia	45.998	37.196
Oi Móvel	14.313	13.247
TNL PCS		5.952
TMAR	335	142

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2014	30/06/2013
Receitas		
Receita dos serviços prestados	116.020	131.759
BrTI	415	1.310
BrT CS		44
iG Brasil	1.046	1.683
BrT Multimídia	2.743	2.370
Oi Móvel	72.740	89.852
TMAR	27.196	25.274
Oi Internet	273	509
TNL PCS	11.032	10.717
Portugal Telecom	575	
Outras receitas operacionais	11.738	12.615
BrT Call Center	1.973	2.280
iG Brasil	1	272
BrT Multimídia	451	682
Oi Móvel	9.313	9.381
Receitas financeiras	26.923	16.430
BrT Call Center	181	91
Oi Móvel	12.276	2.203
BrTI	47	31
BrT Multimídia	2	
TNL PCS		2.146
TMAR	14.417	11.959

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2014	30/06/2013
Receitas		
Receita dos serviços prestados	241.451	257.576
BrTI	1.007	2.210
BrT CS		61
iG Brasil	1.952	2.972
BrT Multimídia	6.503	4.321
Oi Móvel	162.745	173.888
TMAR	53.141	53.415
Oi Internet	641	930
TNL PCS	14.887	19.779
Portugal Telecom	575	
Outras receitas operacionais	23.535	26.017
BrT Call Center	4.009	5.130
iG Brasil	1	585
BrT Multimídia	900	1.402
Oi Móvel	18.625	18.900
Receitas financeiras	55.347	33.818
BrT Call Center	639	92
Oi Móvel	17.592	4.948
BrTI	91	58
BrT Multimídia	4	
TNL PCS	3.738	4.808
TMAR	33.283	23.912

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2014	30/06/2013
Custos e despesas operacionais	(213.944)	(375.107)
BrT CS		(19.572)
BrT Multimídia	(6.523)	(9.713)
Oi Móvel	(91.862)	(175.578)
TMAR	(18.232)	(20.542)
TNL PCS		(27.513)
Pointer		566
Paggo Administradora	(2.873)	(468)
Oi Internet		(2.057)
BrT Call Center	(93.895)	(119.884)
iG Brasil	(118)	(346)
Portugal Telecom	(441)	
Despesas financeiras	(68.154)	(56.225)
Oi Móvel	(16.272)	(4.644)
TMAR	(24.677)	(20.253)
Oi Holanda	(27.205)	(31.328)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2014	30/06/2013
Custos e despesas operacionais	(543.656)	(744.309)
BrT CS		(37.732)
BrT Multimídia	(16.331)	(19.404)
Oi Móvel	(254.499)	(363.854)
TMAR	(36.784)	(39.198)
TNL PCS	(8.323)	(54.394)
Pointer		(2.869)
Paggo Administradora	(3.307)	(948)
Oi Internet		(4.115)
BrT Call Center	(223.517)	(221.052)
iG Brasil	(454)	(743)
Portugal Telecom	(441)	
Despesas financeiras	(140.617)	(138.264)
Oi Móvel	(34.334)	(8.778)
TMAR	(48.521)	(39.714)
Oi Holanda	(57.762)	(56.040)
TNL PCS		(33.732)

Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2013 – 115% do CDI).

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR e Oi Móvel, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias

A Companhia é avalista das controladas TMAR e Oi Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos. A Companhia registrou no período findo em 30 de junho de 2014, a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$ 34.315 (30/06/2013 - R\$ 33.667). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR à Companhia ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No período findo em 30 de junho de 2014, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 192 (30/06/2013 – R\$ 223).

Notas Explicativas

Transações com partes relacionadas não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Contas a receber e outros ativos		1.179	1.342.467	19.237
Portugal Telecom		917		10.272
Unitel (i)			1.150.189	1.855
Contax		262	4.154	6.540
TODO			596	570
Multitel (ii)			21.701	
PT-ACS			15.098	
Fundação PT			2.014	
Sportinvest Multimédia (iii)				
Siresp (iv)				
Fibroglobal (v)			47.696	

- (i) Esta rubrica inclui dividendos a receber pela PT Ventures da referida subsidiária, no montante de R\$ 1.046 milhões, contas a receber relativas a serviços prestados no montante de R\$ 54 milhões e outras contas a receber no montante de R\$ 48 milhões.
- (ii) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 2,5 milhões.
- (iii) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 97,3 milhões.
- (iv) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 3,4 milhões.
- (v) Esta rubrica inclui financiamentos concedidos a esta controlada no montante de aproximadamente R\$ 43,4 milhões.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Contas a pagar e outros	3.452	7.195	68.262	57.626
Portugal Telecom		130		2.006
Unitel			9.182	
Contax	457	2	33.549	27.625
TODO	2.942	5.053	16.240	19.692
PT Inovação e Sistemas		1.697		7.384
Veotex	53	313	133	919
Multitel			1.049	
PT-ACS			953	
Fundação PT			1	
Sportinvest Multimédia			453	
Siresp			6	
Fibroglobal			6.696	

Notas Explicativas

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receita				
Receita dos serviços prestados	192	1.073	55.465	12.001
Portugal Telecom		723	28.522	3.167
Unitel			6.814	376
Contax	192	335	9.385	7.747
TODO		15	121	470
Ability				241
Multitel			795	
Sportinvest Multimédia			73	
Siresp			9.061	
Fibroglobal			694	

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Receita				
Receita dos serviços prestados	2.396	1.162	91.374	22.397
Portugal Telecom	2.011	812	59.936	5.679
Unitel			7.397	417
Contax	385	335	12.984	14.733
TODO		15	434	1.096
Ability				472
Multitel			795	
Sportinvest Multimédia			73	
Siresp			9.061	
Fibroglobal			694	

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(4.941)	(5.110)	(25.327)	(22.481)
Portugal Telecom	(205)	(64)	(13.016)	(645)
PT Inovação e Sistemas				(1.823)
PT Cloud e Data				(375)
PT Comunicações			(782)	
Veotex	(493)	(422)	(2.457)	(2.260)
TODO	(4.243)	(4.624)	(7.568)	(9.674)
Ability				(7.704)
PT-ACS			(1.504)	

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2014	30/06/2013	30/06/2014	30/06/2013
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(9.963)	(11.552)	(49.070)	(46.836)
Portugal Telecom	(664)	(120)	(25.066)	(1.151)
PT Inovação e Sistemas	(58)		(1.442)	(3.118)
PT Cloud e Data				(375)
PT Comunicações			(782)	(158)
Veotex	(905)	(911)	(5.051)	(4.920)
TODO	(8.336)	(10.521)	(15.225)	(20.482)
Ability				(16.632)
PT-ACS			(1.504)	

Serviços prestados pela Contax

A Companhia e as controladas TMAR e Oi Móvel contratam serviços de “call center” e de cobrança da Contax que é controlada pelos controladores da TmarPart. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No período findo em 30 de junho de 2014 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 34.828 (30/06/2013 – R\$ 34.494) na controladora e de R\$ 764.205 (30/06/2013 – R\$ 789.047) no consolidado.

Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 5,45% (31/12/2013 – 13,05%) do capital votante da TmarPart, empresa “holding” do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2014 era de R\$ 1.006 milhões (31/12/2013 – R\$ 860 milhões), na controladora e R\$ 6.130 milhões (31/12/2013 – R\$ 5.916 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 33 milhões (30/06/2013 – R\$ 79 milhões) na controladora e R\$ 234 milhões (30/06/2013 – R\$ 240 milhões) no consolidado.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 7.637 na controladora e R\$ 7.715 no consolidado (30/06/2013 – R\$ 9.640 na controladora e no consolidado).

Notas Explicativas

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

Transferência de torres móveis

O valor de outras receitas operacionais líquidas não recorrentes considera essencialmente o efeito contábil na alienação de ativos e despesas com eventos não recorrentes.

Em 24 de junho de 2014, a Companhia firmou um novo acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 1.641 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel, pelo montante global aproximado de R\$ 1,2 bilhão. A conclusão da transação está prevista para ocorrer em dezembro 2014.

Em 3 de dezembro de 2013, a Companhia firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 2.007 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel. A conclusão da transação ocorreu em 31 de março de 2014 e o ganho registrado, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$ 1,3 bilhão.

Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

A partir do dia 18 de abril de 2014, passou a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Companhia e a sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,65%, tarifas de interconexão local (TU-RL) em 10,69%, a partir do dia 17 de abril de 2014, e reajuste do valor do crédito para utilização dos Telefones de uso Público em 0,40%.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Títulos da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Portugal Telecom, SGPS S.A. (“Portugal Telecom”) divulgou comunicado relativamente à aplicação de recursos da PT International Finance BV (“PTIF”) e da PT Portugal SGPS S.A. (“PT Portugal”) em papel comercial de sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), a Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela PT SGPS e ainda não haviam sido transferidas para a OI S.A. (“Companhia”), o que ocorreu com a conferência das ações da PT Portugal à Oi no contexto do aumento de capital da Companhia.

De acordo com o referido comunicado, o valor total dos Títulos foi de 897 milhões de Euros, com uma remuneração média anual de 3,6% e vencimento em 15 e 17 de julho de 2014 (847 e 50 milhões de Euros, respectivamente), sendo que, “desde 28 de abril de 2014 não haviam sido realizadas quaisquer aplicações e / ou renovações deste tipo de investimentos. Adicionalmente, ainda de acordo com o comunicado, na referida data, a PT International Finance BV e a PT Portugal SGPS SA mantinham depósitos bancários junto do BES num total de 22 milhões de Euros e a Portugal Telecom, SGPS, S.A. depósitos bancários de 106 milhões de Euros. Os valores representavam a totalidade da exposição ao GES/BES.”

Notas Explicativas

Tanto a PT Portugal como a PTIF (“Subsidiárias da Oi”) foram transferidas para a Companhia pela PT SGPS em 5 de maio, em virtude do aumento de capital aprovado em 28 de abril de 2014. Em 15 de julho de 2014, ocorreu o vencimento do montante de 847 milhões de Euros de dívidas de emissão da Rio Forte, objeto de aplicações financeiras realizadas pelas Subsidiárias da Oi. Em 17 de julho, também ocorreu o vencimento de uma parcela adicional de 50 milhões de Euros de dívidas da Rio Forte.

A Rio Forte não liquidou suas obrigações dentro do prazo de vencimento das dívidas, e nos dias 22 e 24 de julho de 2014, encerrou-se o período de cura para pagamento dos títulos de emissão da Rio Forte com vencimento em 15 e 17 de julho, respectivamente, sem que tenha sido pago o valor dos títulos.

Termos do acordo a serem celebrados entre a Companhia, Telemar Participações S.A. (“TmarPart” ou “CorpCo”) e a PT SGPS relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 28 de julho de 2014, foram definidos entre Oi e PT SGPS os termos que constarão dos contratos definitivos e que serão submetidos à aprovação do Conselho de Administração da Oi e à assembleia de acionistas da PT SGPS e que, uma vez obtida a referida aprovação, serão celebrados entre, de um lado, a PT SGPS e, de outro lado, as sociedades que se tornaram subsidiárias da Oi em resultado da contribuição de ativos da PT SGPS em 5 de maio de 2014, a saber, PTIF e PT Portugal e, ainda, a Oi e a TmarPart. Os contratos definitivos cujos termos foram acordados têm por objetivo fixar os termos e condições pelos quais poderão vir a ser efetivadas as operações acordadas pela Oi e pela PT SGPS com relação às aplicações financeiras realizadas nos Títulos (“Contratos Definitivos”). A Oi, com essa operação, tem por objetivo segregar os impactos do inadimplemento dos Títulos pela Rio Forte, uma vez que, com a implementação da permuta, a titularidade dos Títulos não mais será da Oi ou de suas subsidiárias, mas da PT SGPS, a quem caberá tomar as medidas para a cobrança da dívida.

Os Contratos Definitivos preveem (i) a realização de uma permuta na qual as Subsidiárias Oi entregarão à PT SGPS os Títulos, e a PT SGPS em troca entregará às Subsidiárias Oi ações ordinárias e preferenciais de emissão da Oi (ou da CorpCo, na hipótese da permuta ser efetivada após a incorporação de ações da Oi pela CorpCo (“Incorporação de Ações”)); e (ii) a outorga pelas Subsidiárias Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Oi em favor da PT SGPS.

Principais termos do Contrato de Permuta e Outras Avenças (“Contrato de Permuta”)

As Subsidiárias Oi e a PT SGPS realizarão uma permuta pela qual a PT SGPS entregará às Subsidiárias Oi ações livres de emissão da Oi correspondentes a 474.348.720 OIBR3 e 948.697.440 OIBR4 (“Ações Permutadas”); e a Oi, em contrapartida, entregará os Títulos à PT SGPS, no valor total principal de €897 milhões, sem torna (“Permuta”).

Por se tratar de uma operação com ações em tesouraria da Oi, a implementação da Permuta depende da autorização da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para (a) o recebimento das Ações Permutadas pelas Subsidiárias Oi; (b) a manutenção de ações de emissão da Oi (e, após a Incorporação de Ações, da CorpCo) em tesouraria, em volume equivalente ao número máximo de Ações Permutadas; e (c) a outorga da opção de compra pelas Subsidiárias Oi em favor da PT SGPS, em volume equivalente ao número máximo de Ações Permutadas.

Notas Explicativas

A conclusão da Permuta, com a transferência das Ações Permutadas às Subsidiárias Oi e dos Títulos à PT SGPS, deverá ser realizada no prazo de até 3 dias úteis, contados a partir da aprovação da CVM. Em caso de não aprovação até 31 de março de 2015, nenhuma das companhias terá obrigação de consumir a Permuta, nos termos previstos nos Contratos Definitivos.

Principais termos do Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Opção”)

Nos termos do Contrato de Opção, as Subsidiárias Oi outorgarão à PT SGPS uma opção (“Opção”) para aquisição das 474.348.720 ações ordinárias e 948.697.440 ações preferenciais de emissão da Oi (ou do número correspondente de Ações da CorpCo, após a Incorporação de Ações (“Ações Objeto da Opção”))

A Opção poderá ser exercida, total ou parcialmente, a qualquer tempo, de acordo com os seguintes termos e condições:

(i) Prazo: 6 (seis) anos, observado que o direito da PT SGPS de exercer a Opção sobre as Ações Objeto da Opção será reduzido pelos percentuais indicados abaixo:

<u>Data de Redução</u>	<u>% das Ações Objeto da Opção que anualmente deixam de estar sujeitas à Opção</u>
A partir do 1º aniversário da Data de Fechamento	10%
A partir do 2º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 3º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 4º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 5º aniversário da Data de Fechamento	18%
A partir do 6º aniversário da Data de Fechamento	18%

(ii) Preço de Exercício: R\$ 1,8529 por ação preferencial e R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da Companhia (e, conforme o caso, R\$ 2,0104 por ação ordinária de emissão da CorpCo), corrigidos pela variação da taxa do CDI acrescida de 1,5% ao ano, calculada *pro rata temporis*, desde a realização da Permuta até a data do efetivo pagamento do preço de exercício, seja parcial ou total, da Opção. O preço de exercício da Opção deverá ser pago à vista, em dinheiro, na data da transferência das Ações Objeto da Opção.

A Oi ou a CorpCo não estão obrigadas a manter as Ações Permutadas em tesouraria. Caso a PT Portugal, a PT Finance e/ou qualquer das subsidiárias da Oi não possuam, em tesouraria, Ações Objeto da Opção livres em número suficiente para entregar à PT SGPS, a Opção poderá ser liquidada financeiramente, mediante o pagamento pelas Subsidiárias Oi do valor correspondente à diferença entre o preço de mercado então das Ações Objeto da Opção e o respectivo preço de exercício correspondente a estas ações.

Sempre que exercida a Opção, a PT SGPS empreenderá seus melhores esforços para cumprir o objetivo de integração das bases acionárias da PT SGPS e da CorpCo, no menor prazo possível.

Enquanto vigorar a Opção, a PT SGPS não poderá comprar ações de emissão da Oi ou da CorpCo, direta ou indiretamente, por qualquer forma que não através do exercício da Opção. A PT SGPS não poderá ceder ou transferir a Opção, nem tampouco outorgar quaisquer direitos decorrentes da Opção, inclusive garantias, sem o consentimento da Oi. Caso a PT SGPS emita, direta ou indiretamente, derivativos que estejam lastreados ou referenciados em ações de emissão da Oi ou da

Notas Explicativas

CorpCo deverá imediatamente utilizar a totalidade dos recursos financeiros auferidos, direta ou indiretamente, em tais operações na aquisição de Ações Objeto da Opção.

A Oi poderá declarar extinta a Opção caso (i) seja alterado voluntariamente o Estatuto Social da PT SGPS para suprimir ou alterar a previsão que limita o direito a voto a 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da PT SGPS; (ii) a PT SGPS passe a exercer, direta ou indiretamente, atividades concorrentes com as atividades mantidas pela Oi ou suas controladas nos países em que estas atuem; (iii) a PT SGPS viole determinadas obrigações contraídas pelo Contrato de Opção.

A Opção somente terá eficácia e passará a produzir efeitos após a efetivação da Permuta, sendo automaticamente rescindida caso a Permuta não seja efetivada até o dia 31 de março de 2015.

Outras informações relativas à Operação, aprovações societárias e operação de combinação de negócios da Oi e da Portugal Telecom

Os termos e condições do Contrato de Permuta e do Contrato de Opção foram acordados entre a Diretoria da Oi e o Conselho de Administração da PT SGPS e aprovados, em 28 de julho de 2014, pelo Conselho de Administração da PT SGPS. A celebração dos Contratos Definitivos e a efetivação da Permuta e da Opção acima descritas estão sujeitas à implementação de condições, incluindo, entre outras aprovações societárias, a aprovação pelo Conselho de Administração da Oi e pela assembleia de acionistas da PT SGPS.

Serão submetidas, ainda, à reunião prévia dos acionistas da TmarPart e ao Conselho de Administração da TmarPart e da PT SGPS: (i) a alteração do estatuto social da CorpCo para incluir limitação ao máximo de 7,5% dos direitos políticos (I) da PT SGPS, e (II) de qualquer acionista que, em razão da distribuição de ações de emissão da CorpCo pela PT SGPS aos seus acionistas, resulte com uma participação superior a 15% (quinze por cento) da quantidade de ações em que se dividir o capital social da CorpCo, excluídas as ações de emissão da CorpCo anteriormente detidas ou que venham a ser adquiridas por outro meio; (ii) a alteração de prazos e outras disposições dos aditivos aos acordos de acionistas, do compromisso provisório de voto e dos termos de resilição aos acordos de acionistas todos firmados em 19 de fevereiro de 2014.

Além da limitação de voto descrita acima, não haverá no estatuto social da CorpCo qualquer outra limitação ao direito de voto dos acionistas em razão de sua participação no capital social da CorpCo.

Será definida uma nova estrutura de integração das bases acionárias da PT SGPS e da CorpCo, passando o primeiro Conselho de Administração da CorpCo a ser eleito em preparação para a sua adesão ao Novo Mercado a ser assim composto: Antônio Gomes Mota, Fernando Magalhães Portella, Fernando Marques dos Santos, Paulo José Lopes Varela, José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, Rafael Luís Mora Funes, Renato Torres de Faria, Rui Horta e Costa, Sérgio Franklin Quintella, Thomas C. Azevedo Reichenheim e Vitor da Conceição Gonçalves.

Outras informações

A Companhia ressalta que a celebração dos contratos definitivos possibilitarão que a operação de combinação de negócios e das bases acionárias da Oi e da PT SGPS, continue sendo implementada, com intuito de migrar a CorpCo para o segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, com os melhores padrões de governança corporativa, aumento de liquidez, com controle disperso no mercado e aceleração da sinergias criadas pela transação.

Notas Explicativas

Investimento no BES

Em 30 de junho de 2014, o Fundo Autônomo, constituído em 2004, para fazer face a responsabilidades com cuidados de saúde após a aposentadoria detinha ações no BES as quais estavam avaliadas a mercado pelo montante de aproximadamente R\$ 200 milhões.

Em 3 de agosto de 2014 foi anunciada uma reorganização societária no BES pela qual os atuais acionistas passaram a deter ações numa entidade com ativos não relacionados com a atividade bancária e sem cotação de mercado. A Companhia está em fase de avaliação dos impactos deste assunto no valor justo do investimento financeiro no BES.

No entanto, é importante salientar que o pagamento das responsabilidades com cuidados de saúde após a aposentadoria, reconhecidas em 30 de junho de 2014 no balanço, continuará a ser assegurado pela Companhia em até 30 anos, não existindo obrigação legal de antecipar esse financiamento.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da

Oi S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

1. Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Exceto pelo descrito no parágrafo 4 abaixo, base para opinião com ressalva, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Combinação de negócios

4. Conforme descrito na nota explicativa nº 27, a Administração da Companhia vem conduzindo diversas negociações para concretizar a permuta dos Títulos Comerciais de emissão da Rio Forte Investments, SA, registrados na rubrica outros investimentos, por R\$2.763 milhões, por ações de emissão da Oi S.A., detidas pelo acionista Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom"), de valor equivalente, bem como para considerar impactos na contabilização pelo método de aquisição, conforme CPC 15 (R-1) e IFRS 3 que requerem o registro dos ativos adquiridos ao valor justo na data de aquisição. A conclusão desta operação está sujeita a aprovação dos termos propostos pelo Conselho de Administração da Companhia e pela Assembléia Geral de Acionistas da Portugal Telecom e posteriormente pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em caso de não aprovação até 31 de março de 2015 nenhuma das Companhias terá a obrigação de consumir a permuta nos termos previstos nos Contratos. Em virtude das incertezas quanto aos conseqüentes efeitos nas informações contábeis intermediárias da Companhia, não nos foi possível concluir quanto aos conseqüentes impactos nos montantes resultantes da combinação de negócios apresentados na nota explicativa nº 1.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

5. Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo 4, base para opinião com ressalva acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

6. Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo 4, base para opinião com ressalva acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

7. Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que descreve o aumento de capital da Companhia, aprovado em maio de 2014, mediante integralização pela Portugal Telecom da totalidade das ações da PT Portugal. Estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas considerando esses aspectos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

8. Revisamos também as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo 4, base para opinião com ressalva acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel

Contador CRC RJ-087339/O-4